

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

ANAIIS



**I Conferência Nacional
de Políticas para as Mulheres** | **ANAIIS**

Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Nilcéa Freire – Presidenta

Marlise Maria Fernandes – Coordenadora Executiva

Angela Maria Mesquita Fontes, Eline Jonas, Maria Laura Sales Pinheiro, Nalu Faria, Nilza Iraci Silva, Maria Aparecida Schuma Schumacher e Suely de Oliveira.

Comissão de Mobilização

Dirce Margarete Grosz, Maria Elisabete Pereira, Liège Santos Rocha e Teresa Cristina Nascimento Sousa.

Comissão Especial Temática e de Relatoria

Integrantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Suely de Oliveira – Coordenação, Angela Maria Mesquita Fontes, Sônia Malheiros Miguel, Liège Rocha e Cleide Silva.

Integrantes da Sociedade Civil indicadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Clara Araújo, Iáris Ramalho Cortes, Lúcia Xavier, Márcia Camargo, Maria Lúcia da Silveira e Sílvia Camurça.

Equipe de Produção

Patrícia Silva – Produção Executiva

Caíque Santiago, Eclesina Oliveira, Luisa Sena, Raphael Homem e Renata Correia – Assistentes de Produção.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

Nilcéa Freire – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

Maria Laura Sales Pinheiro – Secretária Adjunta

Elisabete Matar Freire de Carvalho – Chefe de Gabinete

Teresa Cristina Nascimento Sousa – Assessora Especial

Angela Maria Mesquita Fontes – Subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres

Marlise Maria Fernandes – Subsecretária de Articulação Institucional

Suely de Oliveira – Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Representantes do Governo

I – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Presidenta do Conselho: Nilcéa Freire

Assessora Técnica: Maria Laura Sales Pinheiro

II – Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão: Guido Mantega

Assessora Técnica: Mariana Meirelles Nemrod Guimarães

III – Ministro de Estado da Saúde: Humberto Sergio Costa Lima

Assessora Técnica: Maria José de Oliveira Araújo

IV – Ministro de Estado da Educação: Tarso Genro

Assessor Técnico: Lúcia Helena Lodi

V – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego: Ricardo Berzoini

Assessora Técnica: Rita de Cássia Munk

VI – Ministro de Estado da Justiça: Márcio Thomaz Bastos

Assessora Técnica: Myriam Brea Honorato de Souza

VII – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário: Miguel Soldatelli Rosseto

Assessora Técnica: Andréa Lorena Butto Zarzar

VIII – Ministro de Estado da Cultura: Gilberto Passos Gil Moreira

Assessora Técnica: Flávia Gomes de Galiza

IX – Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Patrus Ananias

Assessora Técnica: Hildézia Alves Medeiros

X – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Matilde Ribeiro

Assessora Técnica: Denise Antonia de Paulo Pacheco

XI – Secretário Especial dos Direitos Humanos: Nilmário Miranda

Assessora Técnica: Isabel Maria Madeiro Loureiro Maior

Representantes de Entidades da Sociedade Civil

01. Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB

Titular: Schuma Schumacher (Maria Aparecida Schumacher)

Suplente: Analba Brazão Teixeira

02. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR

Titular: Justina Inês Cima

Suplente: Lúcia de Fátima Félix da Silva

03. Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras

Titular: Nilza Iraci Silva

Suplente: Givania Maria da Silva

04. Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ

Titular: Gisela Zilsch

Suplente: Maria Dirce Mendonça Fonseca

05. Central Única dos Trabalhadores – CUT

Titular: Maria Ednalva Bezerra de Lima

Suplente: Carmen Helena Ferreira Foro

06. Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT

Titular: Maria Lúcia Alves Dias

Suplente: Eliana Fernandes da Cruz Malfarage

07. Confederação das Mulheres do Brasil – CMB

Titular: Márcia de Campos Pereira

Suplente: Edna Maria Costa

08. Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI

Titular: Dirce Cavalheiro Veron

Suplente: Maria do Socorro Pinheiro de Carvalho

09. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE

Titular: Raquel Felau Guisoni

Suplente: Luzia Aparecida de Oliveira

10. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Titular: Raimunda Celestina de Mascena

Suplente: Simone Battestin

11. Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil – BPW/BRASIL

Titular: Ana Luisa Fernandes Gonçalves

Suplente: Iria Martins

12. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD

Titular: Creuza Maria Oliveira

Suplente: Maria Noeli dos Santos

13. Fórum de Mulheres do Mercosul

Titular: Maria Elvira Salles Ferreira

Suplente: Dalva Maria Thomaz Rocha

14. Movimento Articulado de Mulheres do Amazonas – MAMA

Titular: Maria da Conceição Maia de Oliveira

Suplente: Maria das Graças Lopes de Castro

15. Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Titular: Marilma Torres Gouveia de Oliveira

Suplente: Maria Avelina Imbiriba Hesketh

16. Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres

Titular: Nalu Faria Silva

Suplente: Eleutéria Amora da Silva

17. Secretaria Nacional de Políticas para Mulher da Força Sindical

Titular: Neuza Barbosa Lima

Suplente: Helena Ribeiro da Silva

18. União Brasileira de Mulheres – UBM

Titular: Eline Jonas

Suplente: Mary Garcia Castro

19. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Titular: Ana Maria de Silva Soares

Suplente: Lia Zanotta Machado

Mulheres com “notório conhecimento das questões de gênero”

20. Rose Marie Muraro

21. Clara Charf

22. Albertina de Oliveira Costa

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres | ANAIS

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Presidência da República
Brasília 2004**

© 2004 Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações:
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar, Sala 200
70047-900 – Brasília – DF
Telefones: (55-61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (55-61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Edição
Heloisa Frossard

Preparação de originais
Marlise Fernandes

Capa
Felipe Lopes

Fotos
Cláudia Ferreira

Distribuição gratuita
Tiragem: 5.000 exemplares

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

Apoio:  Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
Anais da Conferência - Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,
2004. 164 p. (Série Documentos) 1.

1. Políticas Públicas. 2. Conferência de Mulheres. 3. Conselho Nacional dos Direitos
da Mulher. I. Título. II. Série.

CDU 396



SUMÁRIO

Apresentação	9
Programação Geral	11
Abertura	15
Painel 1	30
Análise da realidade brasileira, avaliando as políticas realizadas e os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro	
Painel Internacional	57
Diálogo Interativo sobre experiências internacionais com ministras e representações internacionais	
Painel 2	76
Apresentação de propostas de diretrizes para a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	
Resoluções da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	100
Anexos	146
Regulamento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	146
Homenagem às mulheres brasileiras	153
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: perfil das delegadas e perspectivas de atuação – pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)	157
Créditos	163
Patrocinadores	164

APRESENTAÇÃO

O Presidente da República ao convocar a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, no Ano da Mulher no Brasil, reafirmou o compromisso do governo com a construção da igualdade entre homens e mulheres em nosso país.

Consolidar a igualdade de gênero e igualdade racial não depende só da vontade política de um governo, mas depende, sobretudo da construção de uma política de gênero no país, com atribuições claras e bem definidas para as três esferas de governo, ou seja, municípios, estados e união, bem como para os poderes legislativo e judiciário, dialogando e construindo a com os poderes constituídos, e com a sociedade civil como um todo, especialmente com os movimentos de mulheres e os movimentos feministas.

Neste sentido, foram convidados pelo Governo Federal a participar do processo da conferência os municípios, os estados, os diferentes poderes constituídos e a sociedade civil. Cabe ressaltar o importante papel que desempenhou a Comissão Organizadora da I Conferência que contou com a ativa participação de integrantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e dos movimentos de mulheres e feminista, através da sua representação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Acreditamos que a Conferência foi repleta de êxito, na medida em que seu processo de elaboração envolveu mais de 120 mil pessoas nas plenárias municipais e nas conferências estaduais. Cerca de dois mil municípios realizaram suas plenárias e todas as unidades da Federação realizaram conferências estaduais.

O processo da Conferência foi um rico exercício de democracia, de diálogo e de cooperação, vivenciado tanto pela sociedade civil quanto pelos governos. Algumas vezes um exercício dolorido e sofrido, mas que resultou em importantes avanços na perspectiva de concretizar políticas públicas para as mulheres. A partir da experiência do processo de construção da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, podemos dizer que ele foi pedagógico.

Durante três dias, em Brasília, reuniram-se 1.787 delegadas governamentais e da sociedade civil que assistiram painéis de debates, apresentações artísticas e participaram de muitas discussões, principalmente nos trabalhos de grupo, que indicaram as propostas de diretrizes que foram objeto de votação na plenária final e que compõem as resoluções finais desta I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Para consolidar uma política nacional para as mulheres, estamos aprofundando a discussão a partir

das diretrizes resultantes da Conferência através da formulação de um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, avançando na consolidação e ampliação dos direitos das mulheres, bem como na construção da igualdade de gênero.

O compromisso com a igualdade, além de ser um compromisso de governo, deve ser um compromisso incondicional de cada brasileiro e de cada brasileira.

Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “a democracia contemporânea não pode se limitar aos direitos econômicos e políticos. A igualdade de gênero é uma dimensão inalienável da justiça social no mundo de hoje”. Assim, apresentamos os anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e confiamos que este processo tenha contribuído de maneira decisiva para a construção de um Brasil solidário para homens e mulheres em toda sua diversidade.

Nilcéa Freire

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

PROGRAMA

PROGRAMAÇÃO

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

15 de julho de 2004, quinta-feira
8h30 – 9h30 - Teatro do Oprimido

9h30 – 10h - Abertura

Composição da Mesa - Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República; Senhora Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, Primeira-dama; Senhora Dilma Rousseff, Ministra de Estado de Minas e Energia; Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Senhora Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Senadora Serys Slhessarenko, Presidenta da Comissão Especial do Ano da Mulher no Senado Federal; Deputada Federal Jandira Feghali, Presidenta da Comissão Especial do Ano da Mulher na Câmara dos Deputados; Senhora Nilza Iraci, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Homenagens

Show da Cantora Margareth Menezes

14h – 15h30 - Aprovação do Regulamento

Composição da Mesa - Srª Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Marlise Fernandes, Subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Schuma Schumacher, Representante da Articulação Brasileira de Mulheres e integrante do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM; Srª Maria Ednalva Bezerra de Lima, Representante da Central Única dos Trabalhadores e componente do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM; Srª Liège Rocha, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM.



15h30 – 17h - Painel 1

Análise da realidade brasileira, avaliando as políticas realizadas e os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro.

Coordenação da Mesa - Srª Wanda Menezes, Secretária da Mulher do Governo do Estado de Alagoas



Palestrantes - Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Ministro José Dirceu, Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Srª Sueli Carneiro, Coordenadora Executiva do Geledés - Instituto da Mulher Negra; Srª Jacqueline Pitanguy, Diretora da CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação.

17h –18h – Debate

18h – 19h30 - Painel Internacional

Diálogo Interativo sobre Experiências Internacionais com Ministras e representações internacionais

Coordenação da Mesa - Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Márcia de Campos Pereira, Representante da Federação Internacional das Mulheres e componente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM.



Composição da Mesa - Ministra Patrícia Espinosa, Presidente do Instituto da Mulher do México; Srª Amélia Paiva, Presidenta da Comissão para a Igualdade e pelos Direitos das Mulheres, Portugal; Deputada Nérida Quintero, Cuba; Deputada Biatriz Paredes, Presidenta da Fundação Colosio, México; Srª Ariadna Reyes, Representante do Conselho Nacional da Mulher do Equador; Srª Virgínia Gúzman, Consultora da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL-ONU.

16 de julho de 2004, sexta-feira

8h30 – 9h30 - Painel 2

Apresentação de propostas de diretrizes para a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Coordenação da Mesa - Srª Mara Vidal, Secretária da Mulher do Governo do Estado do Acre.



Palestrantes - Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Srª Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Maria Bethânia Ávila – Socióloga e Coordenadora Geral do SOS Corpo (Instituto Feminista para a Democracia); Srª Nalu Faria, Coordenação da Marcha Mundial de Mulheres; Srª Dirce Cavalcheiro Veron, Representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas - CONAMI, no Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM.

10h – 12h - Grupos de trabalho

1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.
2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança.
3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais.
4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.
5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.



14h – 15h30 - Grupos de trabalho

1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.
2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança.
3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais.
4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.
5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.



22h - Show da cantora Elba Ramalho

17 de julho de 2004, sábado

8h30 – 12h - Plenária Final

Composição da Mesa - Srª Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Marlise Fernandes, Subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Maria Ednalva Bezerra de Lima, Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM; Srª Eline Jonas, Representante da União Brasileira de Mulheres - UBM no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM; Srª Mari Machado, representante governamental, Ministério de Ciência e Tecnologia -MCT.



14h – 18h – Plenária Final

Composição da Mesa - Srª Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Marlise Fernandes, Subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM; Srª Maria Ednalva Bezerra de Lima, Representante da Central Única dos



Trabalhadores - CUT no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM; Sr^a Eline Jonas, Representante da União Brasileira de Mulheres - UBM no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM; Sr^a Mari Machado, representante governamental, Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT.

15 de julho de 2004

ABERTURA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Mesa de Abertura

Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República

Srª Nilcéa Freire, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Srª Marisa Letícia Lula da Silva, Primeira-dama

Srª Dilma Rousseff, Ministra de Estado de Minas e Energia,

Srª Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente

Srª Matilde Ribeiro, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Senadora Serys Slhessarenko, Presidenta da Comissão Especial do Ano da Mulher no Senado Federal

Deputada Federal Jandira Feghali, Presidenta da Comissão Especial do Ano da Mulher na Câmara dos Deputados

Srª Nilza Iraci, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Mestre de Cerimônias: Srª Zezé Mota

Transcrição das falas da Abertura

Srª Nilza Iraci – Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:

Bom dia a todas

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Senhora Marisa Letícia, Senhora Ministra Nilcéa Freire, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em nome de quem eu cumprimento todas as minhas queridas Conselheiras,

Senhoras e senhores Ministros,

Demais autoridades,



15 de julho de 2004

Senhoras, senhores,

E queridas mulheres, que atravessaram este país, de norte a sul, leste a oeste, de barco, ônibus, avião, a pé, para juntar as suas vozes a esse belíssimo coro, que vai entoar e compor uma belíssima canção, que vai ecoar por todo o Brasil.

Quero cumprimentar, especialmente, as nossas irmãs índias, que acabaram de realizar a sua I Conferência Nacional.

Nós, mulheres brasileiras, fomos protagonistas de importantes mudanças no país, no último século: na casa, na rua e na política. Não somos mais as mesmas. Mudamos e contribuímos para os avanços da sociedade. Estamos na luta permanente para mudar o Brasil e por um mundo fraterno, solidário, sem violência, sem preconceito, sem sexismo, sem racismo e com justiça social.

Nós, mulheres brasileiras, há muito afirmamos que políticas públicas para as mulheres devem ser pensadas com integralidade, ou seja, na junção das políticas econômicas com as políticas sociais.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores,

Temos a convicção de que fomos nós, as mulheres, que pavimentamos o caminho para o enfrentamento do medo pela sociedade brasileira. Fomos nós, as mulheres, que mostramos que a esperança pode vencer o medo.



As mulheres negras venceram o medo e tiveram a coragem de romper com uma estrutura racista e patriarcal, que lhes negava a humanidade. As lésbicas tiveram a coragem de romper com os padrões hegemônicos dos donos dos sentimentos e demonstrar que não existe uma única maneira de amar e serem amadas.

As agricultoras, que revolvem a terra, semeiam e colhem mais que nossos alimentos cotidianos, nos devolvem esperança. As feministas, que demonstraram que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a autonomia é fundamental para que possamos governar nossas vidas, nossos corpos, nossa sexualidade, nosso país.

Não é nenhuma novidade um encontro reunindo tantas mulheres. A novidade é que estejamos aqui atendendo a um chamado do Presidente da República, a quem que-

15 de julho de 2004

ro cumprimentar pela coragem de convocar as mulheres para esta Conferência e ouvir o que elas têm a dizer e a propor sobre políticas e diretrizes para a construção de um plano de igualdade que vai beneficiar não apenas as mulheres, mas a toda a sociedade.

Em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, quero saudar a todas e a cada uma das mulheres que estão aqui, mensageiras de tantas outras que não puderam estar presentes neste momento, mas que deram enorme contribuição para que ele acontecesse. A elas também as nossas homenagens. E o compromisso, a certeza de que vamos levar de volta, para cada estado, cada município deste país, a boa nova de que a esperança que venceu o medo pode, também, vencer as barreiras que ainda hoje impedem a igualdade e a autonomia das mulheres.

Estaremos, nos próximos dois dias, construindo mais um capítulo da História. As mulheres esperam que todos, governantes e sociedade, se juntem a nós nessa árdua empreitada de construir um mundo mais feliz, mais humano, mais solidário, mais digno.

Que as nossas ancestrais africanas, que as deusas das florestas nos iluminem nessa tarefa de construir o mundo que queremos.

Bem-vindas a todas e bem-vindos a todos, à nossa I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher



15 de julho de 2004

Srª Nilcéa Freire — Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Bom dia a todas e a todos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

Exma Senhora Marisa Letícia,

Minhas queridas companheiras ministras Dilma Rousseff, Marina Silva e Matilde Ribeiro,

Minhas caras companheiras, parceiras de trabalho, Deputada Jandira Feghali e Senadora Serys Slhessarenko, presidentas, respectivamente, das Comissões do Ano da Mulher na Câmara dos Deputados e no Senado Federal,

Minha querida companheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Nilza Iraci, representando neste ato a sociedade civil.



É preciso ter força,
é preciso ter garra,
é preciso ter memória!

Em 1988, caravanas de mulheres vieram a Brasília no movimento da Constituinte para garantir que nossos direitos estivessem inscritos na Constituição do Brasil.

Em 1997, 2000, 2002, 2003, em Salvador, na Paraíba, em Brasília, no Rio Grande do Sul, encontros feministas e de mulheres aconteceram.

Em 1997 e 1999, saímos do Brasil e fomos para o Chile, para a Costa Rica, fomos também para Washington e para Nova York dizer NÃO a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.

ECO-92

Fizemos o “Planeta Fêmea” na Eco-92 e, em 1993, em Viena, finalmente, conseguimos que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos. Estivemos no Cairo, em 1994 e, em 1995, tivemos uma participação histórica na Conferência de Beijing. Em Durban, reunimos a maior delegação de mulheres negras presentes àquela Conferência.

Cairo e Beijing

As mulheres negras se organizaram em encontros nacionais, em 1988, 1992 e 2001. Prepararam-se também, em seminários específicos para Cairo e Beijing. Organizaram, em 2004, um Fórum Nacional e, hoje, representam, nesta Conferência, cerca de 46% das delegadas.

15 de julho de 2004

As mulheres índias, ao longo de todo o ano de 2003, fizeram encontros regionais. E, nesta semana, segunda e terça-feira, fizeram a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Índias, mostrando a força da sua organização nascente.

O ano de 2004, Ano da Mulher no Brasil, instituído por força de Lei pelo Congresso Nacional, por indicação do Deputado Maurício Rabelo, e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marca uma inflexão positiva, na luta de tantas e tantas mulheres que estão aqui conosco, e daquelas que aqui não podem estar, porque ainda não conquistaram o direito a ter sua voz ouvida. Este ano marca também o reconhecimento de muitas outras mulheres que dedicaram suas vidas à causa da LIBERDADE E DA JUSTIÇA e que, lamentavelmente, já nos deixaram, como a querida Ângela Borba, que hoje, coincidentemente, é aniversário de sua morte.

Nesse momento de abertura da nossa Conferência, quero render uma homenagem especial à ex-Ministra Emília Fernandes que, no ano de 2003, iniciou seu processo de convocação.

Foram muitas plenárias municipais, mais de dois mil municípios as realizaram. Os 26 estados da Federação e o Distrito Federal, fizeram as etapas estaduais da Conferência. Fomos 120 mil mulheres a participando diretamente desse processo.

Queria pedir às minhas companheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que se levantassem, porque juntamente com a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, foram responsáveis pela convocação e realização desta Conferência. Aplausos para elas!

Durante as etapas municipais e estaduais dizíamos que, para além da tarefa imprescindível de estimular o debate, havia um sentido mais amplo na nossa participação nos Estados: captar onde as mulheres vivem seu cotidiano e a enorme diversidade que constitui a maior riqueza do nosso país. Esta diversidade está expressa aqui, através das diretrizes e propostas encaminhadas pelas conferências estaduais.

Estivemos juntas, mulheres profissionais liberais, mulheres donas de casa, mulheres trabalhadoras rurais, mulheres extrativistas e da floresta, mulheres índias, mulheres lésbicas, mulheres de todos os credos religiosos, mulheres urbanas, enfim, mulheres que entendiam o sentido dessa conferência: inscrever definitivamente na estrutura das políticas do nosso país a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres.



120 mil mulheres

Conselho Nacional de
Políticas das Mulheres

igualdade

15 de julho de 2004

3.844 propostas

O resultado desses encontros traduziu-se em 3.844 propostas. Senhor Presidente, estas propostas foram consolidadas em diretrizes que, a partir de amanhã, estaremos discutindo em grupos de trabalho e sessões plenárias. Diretrizes que convergem com a perspectiva de inclusão do nosso governo e ratificam que é na afirmação das diferenças que vamos garantir a igualdade.

Senhor Presidente, eu estou muito emocionada. Foram cinco meses até chegarmos a este momento, período que mais ou menos coincide com o convite que, com muita honra e muito orgulho, recebi de Vossa Excelência para integrar sua equipe de trabalho à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Durante este tempo, todos os dias, diante das dificuldades que por vezes enfrentávamos, me lembrava do que Vossa Excelência havia me dito em seu gabinete, no dia da minha posse e dos novos componentes do seu ministério. Quando lhe perguntei o que Vossa Excelência esperava de mim, ouvi: *espero que a Secretaria, sob a sua liderança, represente a todas as mulheres brasileiras e mais: que você tenha ousadia.*

consulta popular

Temos tentado seguir sua recomendação e corresponder a sua confiança. Mas devemos dizer, ousadia maior é a de Vossa Excelência convocar Conferências em todas as áreas de governo, sendo esta mais uma, no mais inédito e amplo processo de consulta popular que já aconteceu neste país. A ousadia e a coragem de nos submetermos à avaliação e para, através do diálogo com a sociedade que vos elegeu, construirmos juntos uma plataforma concreta de trabalho. A ousadia e a persistência que corresponde ao espírito de todas as brasileiras, que corresponde ao espírito de todas as patriotas e todos os patriotas aqui presentes.

Eu vou pedir perdão às companheiras dos 14 estados onde pude, pessoalmente, acompanhar as Conferências Estaduais e vou repetir uma parte do discurso que fiz naquelas solenidades de abertura, quando ao homenagear as mulheres ali presentes, fazia uma pequena homenagem particular a uma grande brasileira: a escritora e poetisa Lya Luft.

Então, para todas as mulheres aqui presentes, alguns versos de *Canção das Mulheres*, de Lia Luft.

“Que o outro saiba quando estou com medo e me tome nos braços
sem fazer perguntas demais.

...

15 de julho de 2004

Que o outro note quando preciso de silêncio e não vá embora batendo a porta, mas entenda que não o amarei menos porque estou quieta.

...

Que se eu, eventualmente, perco a paciência, perco a graça e perco a compostura, o outro ainda assim me ache linda e me admire.

...

Que o outro — filho, amigo, amante, marido — não me considere sempre disponível, sempre necessariamente compreensiva, mas me aceite quando não estou podendo ser nada disso.

...

Que, finalmente, o outro entenda que mesmo se às vezes me esforço, não sou, nem devo ser, a mulher-maravilha, mas apenas uma pessoa: vulnerável e forte, incapaz e gloriosa, assustada e audaciosa — uma mulher”.

Um grande abraço a todas as mulheres aqui presentes, um grande abraço para as minhas companheiras da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Bem vindas à I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres!

Muita força companheiras e vamos à luta!



15 de julho de 2004

Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República

Minha querida companheira Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres,

Minha querida companheira Marisa,

Senhores embaixadores estrangeiros presentes neste ato,

Meus companheiros ministros e ministras,

Quero dizer para vocês que não tiveram a oportunidade de ver o espetáculo que eu vi, que nós vimos daqui da frente, os ministros sentadinhos aí, pela primeira vez se sentindo minoria absoluta num plenário, batendo palmas envergonhados, querendo dançar, mas com vergonha de dançar. Eu espero que eles comecem a aprender, senão a ser minoria, pelo menos a serem iguais, porque não estávamos habituados a sermos iguais e sim a sermos maioria absoluta em tudo que fazíamos.



conferências

Minha querida Zézé Mota, minhas queridas companheiras Benedita da Silva e Emília Fernandes, minha querida companheira Clara Charf, em nome de quem eu quero homenagear as mulheres aqui presentes e todas as homenageadas. Eu acho que a Clara Charf tem uma especial participação na luta das mulheres em nosso país. Quero cumprimentar a nossa querida Serys, senadora, presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher, no Senado Federal. Quero cumprimentar a companheira Jandira Feghali, presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher, na Câmara dos Deputados. Quero cumprimentar os deputados federais, deputados estaduais, prefeitos. Quero cumprimentar a senhora Nilza Iraci, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, sobretudo, quero cumprimentar as delegadas que vieram para este Encontro.

Esta é a nona conferência de que eu participo nesses 18 meses. Algumas, como esta, significam a primeira conferência nacional. E não fazemos isso apenas porque gostamos de participar de conferência, fazemos isso porque – eu dizia em toda a minha vida sindical e minha vida política – a maior obra que um governante pode deixar para o seu povo não é a quantidade de asfalto que ele fez ou a quantidade de salas de aula. Mas é a relação que o Estado estabelece com a sociedade e a relação que a sociedade estabelece com o Estado.

legislação

Por isso, essas conferências são extremamente necessárias, porque o que for decidido por vocês e o que for transformado em projetos, em leis, decretos ou medidas provisórias, amanhã ninguém poderá dizer que é uma obra desse ou daquele cidadão ou dessa ou daquela cidadã, mas terá que dizer que é o resultado de uma conferência

15 de julho de 2004

que trouxe a experiência de centenas de conferências que vocês fizeram nas cidades, dezenas nos estados e que, portanto, vai balizar o comportamento de todo o conjunto do governo, através da nossa ministra Nilcéa, para que a gente possa aperfeiçoar as políticas de gênero no nosso país.

Portanto, abrir esta Conferência Nacional é uma experiência que me orgulha e me alegra, porque renova o compromisso que assumi, desde meus tempos de líder sindical, com a luta das mulheres.

Eu me lembro como se fosse hoje, o primeiro Congresso das Mulheres Metalúrgicas que realizamos em janeiro de 1978, em São Bernardo do Campo. Aqui neste evento podemos contar mais de duas mil mulheres que fazem dos movimentos sociais, das entidades sindicais, das organizações não-governamentais ou dos diferentes órgãos do governo em que trabalham um espaço para a conquista de seus direitos.

Vocês trazem até Brasília o que foi debatido em mais de duas mil plenárias municipais ou regionais, e também nas conferências realizadas em todas as 27 unidades da Federação. Trazem, acima de tudo, resultados de uma discussão da qual participaram mais de 120 mil mulheres em todo o território nacional. É por essa intensa mobilização, por essa vontade de contribuir com a elaboração de uma política pública para a questão de gênero, que vejo em vocês uma capacidade extraordinária para reverter a dívida histórica que o Brasil tem com a mulher brasileira.



Várias gerações de brasileiras e brasileiros foram educados segundo uma cartilha que relegava a papel secundário, ou a nenhum papel, as mulheres do nosso país. Felizmente essa mentalidade já mudou e mudou muito.

E mudou principalmente graças à mobilização das próprias mulheres que em diferentes espaços da sociedade, lutaram, ao longo da história, para conquistar direitos e ampliar a consciência política da nossa população.

Na luta contra a escravidão, por exemplo, nós tivemos destacadas abolicionistas como Chiquinha Gonzaga. No início do século XX, uma greve de costureiras deflagrou uma série de movimentos em favor da jornada de 8 horas de trabalho no nosso país.

Em 1917, as mulheres conquistaram o direito de ingressar no serviço público. Em 1919, a Conferência do Conselho Feminino da OIT aprovou o salário igual para

15 de julho de 2004

trabalho igual, destacando-se a participação de duas brasileiras no evento: Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira.

voto feminino

Em 1933, Carlota Pereira Queiroz tornou-se a primeira deputada brasileira. Um ano mais tarde, a Assembléia Constituinte assegurou o princípio da igualdade entre os sexos, o direito ao voto feminino, a regulamentação do trabalho da mulher e a equiparação salarial com os homens.

luta contra a ditadura e pela anistia

Isso para não falar da luta contra a ditadura, principalmente o forte movimento pela Anistia, que contou com intensa participação e liderança de valorosas mulheres brasileiras.

Sei que praticamente todas vocês aqui presentes desempenharam, e desempenham, papéis importantíssimos nessas batalhas, fazendo a sociedade e o Estado reconhecerem suas conquistas.

Minhas amigas, minhas queridas companheiras de luta.

É preciso ter sempre em mente qual é a situação da mulher brasileira hoje. Importantes espaços nas empresas privadas e na vida pública já deixaram de ser exclusividade masculina. Ao contrário de antes, por exemplo, as mulheres passam mais anos estudando do que os homens.

equiparação salarial

Há, contudo, graves problemas que continuam atingindo negativamente as brasileiras do Oiapoque ao Chuí. Mesmo quando têm igual escolaridade, o salário médio das mulheres é bem inferior ao dos homens. E, se a mulher for negra, o salário é menor ainda.

maternidade

Infelizmente, também encontramos empregadores que, a esta altura da história, preferem funcionários do sexo masculino somente porque as mulheres podem ficar grávidas.

Temos hoje, de acordo com dados do IBGE, 15 milhões de lares chefiados por mulheres. Em apenas 1 milhão e meio desses lares, ou seja, um em cada dez, as mulheres contam com a ajuda de um companheiro para o sustento da família. Nos demais casos, elas dependem apenas da própria fibra para realizar o verdadeiro milagre que é encontrar um modo de sobrevivência digno para si e sua família.

15 de julho de 2004

Ao mesmo tempo, as mulheres continuam sendo vítimas constantes da violência. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo apontou, em 2001, dados estarrecedores sobre este tema. Mostrou que uma em cada três brasileiras já havia sofrido, ao menos uma vez na vida, algum tipo de violência física. E que na grande maioria dos casos, o agressor estava dentro de sua própria casa. Eram maridos, ex-maridos, namorados ou ex-namorados, entre outros.

Minhas amigas,

Desde que assumi a Presidência da República, tenho me empenhado, tomando medidas efetivas, para mudar essa situação, em parceria com os movimentos de mulheres. Nestes 18 meses, conseguimos alguns avanços significativos, entre os quais vou destacar os seguintes.

Nossa primeira ação foi transformar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, que era vinculada ao Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, diretamente subordinada à Presidência da República e com *status* de Ministério.

No que se refere à questão da violência, criamos no ano passado o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. Por meio dele, buscamos não apenas punir o agressor, mas, principalmente, criar mecanismos de conscientização que previnam e evitem a agressão.

Em relação à violência doméstica, criamos em março passado um grupo de trabalho interministerial, que está atuando intensamente, envolvendo as Secretarias de Políticas para Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos do governo federal.

Sancionei também, no final de 2003, uma lei que obriga todas as unidades de serviços de saúde, públicas ou privadas, a notificarem os casos atendidos de violência contra a mulher. Na verdade, eu hoje de manhã tive a preocupação de ligar para o meu ministro Humberto Costa, e essa lei já foi regulamentada, não foi publicada porque teve alguns erros. Disse-me o ministro Humberto Costa, que ela está na Casa Civil para fazer os acertos e ser publicada, mas que todos os formulários já estão prontos para que, na área da saúde, esse problema seja efetivamente solucionado.

violência contra a mulher



notificação compulsória

15 de julho de 2004

capacitação

Em parceria com 5 estados brasileiros, já capacitamos 2 mil profissionais de 150 delegacias especializadas no atendimento à mulher. Ao mesmo tempo, estamos olhando com especial atenção para as mulheres que vivem e trabalham no campo. Lançamos em maio o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

mulher rural

Com ele, as assentadas da reforma agrária e as agricultoras familiares estão conquistando o direito de ter seus documentos básicos, como certidão de nascimento, CPF, carteiras de identidade e de trabalho.

Esse tipo de ação é extremamente importante. Ter os próprios documentos é uma das conquistas básicas da cidadania. Sem eles, as pessoas não conseguem existir oficialmente, tornam-se praticamente invisíveis para o Estado brasileiro. No caso específico das mulheres do campo, a documentação permitirá também o acesso aos benefícios sociais do governo, principalmente políticas sociais como o Bolsa Família.

PRONAF - Mulher

Com o PRONAF-Mulher, as agricultoras familiares podem pegar financiamentos do governo federal para investir na produção e pagá-los em até 8 anos. Agora, não é só o marido que pode pegar o crédito. Mesmo que ele já tenha um financiamento, a mulher pode obter outro para fazer o seu próprio investimento na produção.

É importante Nilcéa, e é importante vocês ficarem atentas, porque nós criamos isso no ano passado e, possivelmente, não teremos feito a comunicação adequada. E nós não tivemos a procura, no Banco do Brasil, no BNB e no Basa, que nós imaginávamos que fôssemos ter. E, possivelmente, o erro esteja em nós mesmos, talvez esteja no próprio movimento sindical rural, porque a gente não orientou corretamente a família de como proceder para que tanto o homem quanto a mulher, ou o filho de 18 anos, pudessem ter acesso ao financiamento do Pronaf.

agricultura familiar

Vocês sabem que na safra 2003/2004, nós liberamos 83% do dinheiro que nós colocamos à disposição. Foi a primeira vez que o PRONAF virou nacional, sobretudo na região Norte e Nordeste, onde praticamente as pessoas não tinham acesso ao dinheiro, porque muitas vezes os gerentes dos bancos não estavam preparados para atender o trabalhador mais humilde. E nós, este ano, colocamos 7 bilhões à disposição e nós queremos que os 7 sejam contratados, e eu disse, num encontro com os dirigentes sindicais, que não faltará dinheiro para financiar a agricultura familiar, que é responsável por grande parte da produção dos alimentos que nós comemos neste país.

15 de julho de 2004

O governo também inovou, em outubro de 2003, ao reconhecer direitos da mulher assentada em projetos de reforma agrária que antes vinham sendo ignorados. Criamos, por exemplo, a titularidade conjunta da terra. Quando uma família é, hoje, beneficiada com um lote em assentamento rural, a escritura sai em nome do marido e da mulher, e não apenas em nome do marido, como era antes.

titularidade conjunta da terra

O compromisso do Brasil em relação às questões de gênero também está presente na nossa política externa.

O nosso país é signatário, desde 1974, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, aprovada pela ONU. Ela é uma verdadeira Carta Magna dos Direitos das Mulheres.

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher

Mas foi só em 2003, durante nosso governo, que o Brasil enviou ao Comitê da Convenção o seu primeiro relatório de ações no sentido de cumprir a pauta da convenção. Com isso, demonstramos a todo o mundo que o tema é parte central da agenda do nosso governo.

Minhas queridas companheiras,
Minhas queridas amigas,

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que todas vocês estão ajudando a construir aqui neste momento, vai significar um grande salto de qualidade nessa caminhada.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Esse plano estabelecerá um conjunto de ações permanentes, tornando ainda mais eficaz a política de gênero em todos os ministérios e outros órgãos do governo federal.

Quero dar os meus parabéns à companheira ministra Nilcéa Freire pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e a todas vocês que construíram esse belo momento.

E quero também dar um destaque especial a uma decisão que, certamente, tem o dedo das mulheres brasileiras. O programa Bolsa Família que distribui o projeto Fome Zero e Bolsa Escola num único projeto. Hoje, 93% de todo o dinheiro do Bolsa

Bolsa família

15 de julho de 2004

Família é entregue diretamente para as mulheres, porque nós partimos do pressuposto de que quando o dinheiro chega na mão da mulher, será cuidado com mais carinho e gasto com mais eficácia, sem desvio, para que ele cumpra a sua finalidade.

Eu quero desejar a vocês que esta Conferência possa contribuir de forma muito concreta para avançarmos nessa luta, que é libertar as mulheres, na verdade, libertar a todos nós.

A Nilcéa falou de uma conversa que nós tivemos, quando eu pedi ousadia. Eu me lembro que em 1978, quando fizemos o primeiro congresso das metalúrgicas, eu disse que a conquista dos espaços políticos das mulheres e que a liberdade que tanto as mulheres buscavam, não seria obra de nenhum governo e muito menos dádiva, mas seria conquista da organização das próprias mulheres.

Conferência Nacional de
Políticas para as Mulheres

Esta Conferência, além de juntar gente do Brasil inteiro, gente com as mais diferentes experiências nos poderes Executivo, no Legislativo, no movimento sindical, no movimento social, nas igrejas, em tantos outros organismos institucionais e não institucionais, precisa sair daqui com uma consciência muito maior, sobretudo, vocês mulheres, que aprenderam muito mais do que nós e que sabem ter paciência.

As mulheres não precisam nem gritar, as mulheres, diferentemente de nós, não precisam nem esbravejar, porque todos nós, por mais bravos que sejamos, sabemos que de vez em quando precisamos reconhecer que, na maioria das vezes, as nossas companheiras têm razão no relacionamento que têm conosco.

É essa paciência que precisa encontrar em vocês a certeza de que o que nós estamos fazendo no Brasil neste momento, é tentando construir as bases para que a gente possa fazer as profundas coisas de que o Brasil precisa. E quero dizer para vocês que muitas coisas não podem ser feitas em 18 meses, muitas coisas não podem ser feitas em 4 anos, e, possivelmente, tenha outras coisas que não possam ser feitas em mais anos.

O que é importante é que estejamos dando passos, por menores que eles sejam, para que a gente possa estabelecer uma nova relação entre Estado e a sociedade.

15 de julho de 2004

Eu quero desejar para vocês, minha querida companheira Nilcéa, que vocês tenham a ousadia de uma Rigoberta Menchú, que se dependesse da lógica dos homens, certamente, não teria ganhado o Prêmio Nobel da Paz.

Não é a lógica de governo que tem que prevalecer e muito menos a lógica dos homens. O que tem que prevalecer nessa relação é a lógica da consciência, é a lógica do amadurecimento, é a lógica da convivência democrática na diferença e nas adversidades. O que tem que prevalecer é essa aula de democracia que vocês estão dando ao Presidente da República e ao Brasil com a realização desta Conferência.

Vão em frente e boa luta para vocês!



15 de julho de 2004

Dia 15.07.2004



PAINEL I

ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA, AVALIANDO AS POLÍTICAS REALIZADAS E OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO ESTADO BRASILEIRO

PALESTRANTES:

Sr^a Jacqueline Pitanguy, diretora da CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação

Sr^a Sueli Carneiro, diretora do Instituto da Mulher Negra - Geledés e Articulação de Mulheres Negras – AMN

Sr^a Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM

Sr. José Dirceu, ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República

COORDENAÇÃO:

Sr^a Wanda Menezes, Secretária da Mulher do Governo do Estado de Alagoas - SEMULHER



Sr^a Jacqueline Pitanguy

Agradeço o convite da Secretaria de Políticas para a Mulher para participar desta relevante Conferência. Sinto-me honrada em usar a palavra em um momento como este, e cumprimento a Ministra Nilcéa Freire, ao Ministro José Dirceu, a companheira Sueli Carneiro e a todas as delegadas presentes.

Este é um momento de celebração, por estarmos juntas aqui, neste cenário de poder, somando forças, apoiadas em nossa memória coletiva de lutas, conquistas e desafios, reconhecendo nossa diversidade e construindo estratégias conjuntas.

Este é também um momento de reflexão sobre os caminhos percorridos para que as diretrizes e estratégias que vão emergir desta Conferência incorporem nosso passado não como uma recordação saudosista e sim como um elemento fundamental na construção do futuro.

Nesta apresentação, pretendo traçar, de forma breve, os percursos do feminismo no Brasil, as principais estratégias seguidas pelos movimentos de mulheres, e deixar algumas perguntas, que nos assombram neste novo milênio.

15 de julho de 2004

Gostaria de começar ressaltando que no Brasil as mulheres são titulares de direitos tardios, que ainda não foram suficientemente absorvidos no imaginário social. Excluídas até 1932 do direito ao sufrágio, uma das características da participação política da mulher no Brasil tem sido a sua escassa presença nos partidos políticos e em cargos eletivos e sua forte participação em movimentos e associações diversos. A participação da mulher no legislativo federal tem sido extremamente limitada. Em 1933 foi eleita a primeira deputada federal e, nos 70 anos seguintes somente 143 mulheres se elegeram para a Câmara dos Deputados no Congresso Federal, em comparação com 6.619 homens sendo que 116 destas se elegeram a partir do final dos anos 80 quando o debate sobre o acesso da mulher ao poder político já havia ganhado espaço na sociedade.

direitos da mulher

participação política

Apesar de que nossa Constituição de 1988 afirma a igualdade de todos perante a lei há uma distância muito grande entre esta declaração formal e a percepção social desta igualdade, percepção esta que ainda interpenetra o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, e as diversas instâncias da vida social. Apesar dos inegáveis avanços do movimento de mulheres o imaginário social brasileiro ainda é, em grande parte, marcado pela visão da mulher como uma cidadã de segunda categoria.

É, portanto, necessário que se realize um exercício cotidiano de ação pedagógica junto ao Estado e à sociedade. As Conferências Municipais e Estaduais de Políticas para as Mulheres assim como este grande encontro nacional, além de traçarem diretrizes e estabelecerem prioridades de ação política, são também uma ação pedagógica visando a sensibilização de interlocutores diversos para que incorporem a idéia de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que, enquanto tal, devem ser respeitados em seu aspecto normativo e traduzidos em políticas públicas adequadas, de maneira que seja possível vivenciar no cotidiano direitos adquiridos no plano formal.

políticas públicas

Estamos aqui reunidas, a partir de espaços governamentais e da sociedade civil, para traçar políticas de gênero. Gostaria de ressaltar que o desenvolvimento de tais políticas encontra os seus limites e possibilidades nos contextos nacional e internacional e que sua dinâmica obedece a bagagem histórica já acumulada e aos desafios das novas conjunturas. Por esta razão, vou apresentar de forma resumida considerações sobre a história recente do movimento de mulheres e sua interlocução com o poder público. Falarei também sobre a agenda dos direitos da mulher nos anos 1990, marcados pela internacionalização dos movimentos sociais. Gostaria também de

15 de julho de 2004

refletir sobre as implicações da transformação sofrida pelo conceito de direitos humanos, tanto em termos de significado, quanto de seu alcance para as políticas públicas de gênero.

Gostaria de distinguir alguns momentos que caracterizam o movimento de mulheres e as políticas de gênero, ressaltando que não significa que não haja justaposições entre estes momentos, pois, como sabemos, a história não se escreve de forma linear. Estes momentos seriam

- 1- No contexto da ditadura o surgimento do Feminismo como ator político na esfera pública – 1975-1982;
- 2- A redemocratização e a agenda de políticas públicas para a mulher – 1983-1990;
- 3- A internacionalização das agendas: globalização econômica, universalização dos direitos humanos, conferências das Nações Unidas;
- 4- O novo século: nós, aqui, hoje.

Falarei brevemente sobre algumas características mais marcantes destes períodos.

movimento feminista

No Brasil o feminismo irrompe na arena política nos anos 70, década caracterizada por intensa mobilização contra a ditadura e pelo surgimento de movimentos sociais no cenário público. Estes movimentos, que continuam a atuar ao longo dos anos 80, ampliaram o campo do político, alargando a compreensão das contradições sociais para além do estritamente econômico, revelando a existência de outras formas de exercício do poder. Tais movimentos trouxeram o individual para o campo do político, tornando-o coletivo, demonstrando que além das relações de classe também as relações de gênero, raça e etnia se concretizam numa distribuição desigual de poder.

É neste momento histórico de autoritarismo, de contestação e de luta que o feminismo ressurgiu como um movimento organizado, que passa a se constituir em inegável força política, com enorme potencial de transformação social.

Surgem, neste contexto, inúmeras organizações, que atuam como núcleos congregando grande número de mulheres, desenvolvendo atividades diversas, grupos de trabalho, pesquisas, debates, cursos, publicações – e participando das campanhas que levaram as mulheres às ruas dando visibilidade às suas reivindicações específicas, ao lado das reivindicações pelos direitos civis e políticos e pelo fim do regime militar.

15 de julho de 2004

Estas organizações tinham em comum, o fato de se colocarem de forma autônoma frente aos partidos políticos, pois suas agendas ultrapassavam os limites das diferentes correntes partidárias. Isto não significava que rejeitassem os partidos, expressão política fundamental do processo democrático. Ao contrário, buscavam interlocução com estes, no sentido de influenciar suas plataformas. De fato, o movimento feminista trouxe para o interior dos partidos políticos a questão da mulher, pois uma característica que marca desde os anos 1970 este movimento é o seu investimento em influenciar o governo, buscando interlocução com o legislativo (Código Civil 1976), apresentando demandas aos partidos nas eleições de 1979 (Alerta Feminista) e a partir da vitória da oposição em 1982 em Minas e São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando e construindo espaços institucionais a nível estadual como os conselhos, e as delegacias especializadas.

A criação de Conselhos Estaduais voltados para o desenvolvimento de políticas para as mulheres inaugura o segundo momento deste nosso caminhar onde se destaca o ano de 1985 quando o CNDM inaugura uma agenda de políticas públicas a nível federal. Este período coincide com a redemocratização das instituições políticas e a elaboração de uma nova constituição.

No plano legislativo, a Constituição de 1988 traça um marco normativo igualitário para homens e mulheres no âmbito da sociedade conjugal, reconhece a violência intrafamiliar como questão de governo, afirma o direito a livre escolha no âmbito da reprodução, avança na garantia de Direitos específicos na esfera do trabalho, incluindo o trabalho doméstico, da previdência, da mulher rural, dentre outros.

Eu tive a oportunidade histórica e a honra de presidir o Conselho Nacional de Direitos da Mulher por quatro anos, durante o processo Constituinte. Com muitas companheiras aqui presentes, em um trabalho conjunto, conseguimos articular esse grande processo de interlocução política com as diversas faces do movimento de mulheres e com o Congresso Nacional, que foi chamado de o “*lobby do batom*”. Cabe também reconhecer a importância da bancada feminina que se constituiu na Assembléia Nacional Constituinte onde as parlamentares conseguiram, apesar das suas diferenças político-partidárias, trabalharem em conjunto. O Conselho Nacional enviou, ao Congresso naquela época, mais de 100 propostas, emendas substitutivas e constitutivas.

A Constituição brasileira é um documento que me emociona profundamente porque



Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher

Constituição de 1988

lobby do baton

15 de julho de 2004

movimento de mulheres

foi escrito efetivamente por uma luta política que as mulheres, a partir do governo e da sociedade civil, escreveram conjuntamente. O sucesso do CNDM, entre 1985-89, deveu-se ao desenvolvimento de uma ação programática eficiente, e a sua capacidade de interlocução enquanto um ator forte e legítimo, com outros órgãos de estado, particularmente com o legislativo e com conselhos estaduais, com a academia através de apoio a programas de pesquisa, com a mídia, com grupos de juristas e, sobretudo, com feministas e movimentos de mulheres com os quais mantinha uma permanente comunicação, estreitando os laços entre sociedade civil e estado, rotos durante mais de 21 anos.

Durante estes anos, atuando em consonância com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e com Conselhos locais o movimento de mulheres teve a capacidade de articular demandas e estabelecer estratégias de encaminhamento de propostas constitucionais e de políticas públicas.

Cabe, no entanto, ressaltar que o campo de ação política e a agenda do movimento de mulheres comportam temáticas cuja legitimidade social é bastante diversa. Desde uma perspectiva ampla, o campo de ação política do feminismo é o das relações de gênero. Este campo, que se constrói também no nível imaginário e simbólico, se desdobra em esferas específicas tais como: violência doméstica, direitos sexuais, direitos reprodutivos, mercado de trabalho, educação, participação política, e que não gozam da mesma legitimidade social nem da mesma capacidade de informar políticas públicas. Assim é que a luta contra a violência doméstica, presente nas plataformas do movimento de mulheres desde seus primórdios, sempre alcançou maior aceitação na sociedade brasileira do que aquela travada pelo respeito aos direitos reprodutivos.

ditadura militar

Nesta última frente de ação o movimento sempre encontrou a pressão contrária de setores mais conservadores e seu avanço tem sido mais lento, pois é mais sinuoso o caminho percorrido para incorporar questões ligadas a sexualidade, a contracepção, a contracepção de emergência e ao abortamento no debate social e em políticas públicas. Além destas pautas diversas há que se ver a colcha de retalhos e a diversidade deste movimento que, cada vez mais, especifica demandas e dá visibilidade a segmentos da população feminina brasileira destacando-se, por exemplo, a contribuição fundamental do movimento de mulheres negras.

Tendo presente que existem diferenças no campo do feminismo, gostaria agora de fazer um paralelo entre a luta política das mulheres e a plataforma dos direitos

15 de julho de 2004

humanos que é um fator fundamental para a efetivação e sustentabilidade de políticas de igualdade. Esta plataforma sofreu profundas transformações neste período.

direitos humanos

Durante a ditadura havia um divórcio entre sociedade civil, que monopolizava a agenda dos direitos humanos, e o Estado autoritário, violador desses direitos. A redemocratização levou a que essa plataforma de Direitos Humanos fosse incorporada também pelo Estado através de Planos de Direitos Humanos, dos Conselhos, das Comissões Parlamentares e das Secretarias Especiais. Paralelamente a esta ampliação do espaço institucional também o conceito de direitos humanos se expande, incorporando novos sujeitos como as mulheres, os povos indígenas, grupos étnicos e raciais, crianças e adolescentes, idosos, e novas dimensões da vida como o meio ambiente, a reprodução, a sexualidade, dentre outros, em um movimento caracterizado por Bobbio como de universalização e especificação dos direitos humanos.

direitos reprodutivos

O que eu gostaria de ressaltar é que existe uma inter-relação entre as esferas nacionais e internacionais e que o movimento de mulheres brasileiro vem atuando em ambas as esferas. Os avanços na linguagem internacional de Direitos Humanos respondem a transformações ocorridas nos cenários nacionais e ao mesmo tempo contribuem para a sua afirmação e legitimidade tanto frente a governos nacionais, quanto a organizações internacionais.

avanços internacionais

Ao falar sobre este processo de universalização dos direitos humanos, estou na realidade já me referindo ao terceiro momento de nossa história, que é o período correspondente aos anos 90.

Para o movimento de mulheres, este período se inicia com a desestruturação do CNDM que, já em 1989, ainda no governo Sarney, sofre inúmeras pressões e restrições que levaram à renúncia coletiva do seu colegiado, da sua presidência e sua diretoria. Com a eleição de Collor de Mello e seu projeto de redução do estado, o CNDM recebe mais um golpe perdendo sua autonomia administrativa e financeira extinguindo-se, em seguida, o Fundo dos Direitos da Mulher que garantia autonomia financeira a este órgão. A propósito deste esvaziamento do CNDM, a Articulação Nacional de Mulheres afirma que naquele momento fechou-se um diálogo do com o movimento de mulheres.

Conselho Nacional dos
Direitos da Mulher

Buscando reverter este processo, em 1994, ano eleitoral, mais de 200 organizações de mulheres subscreveram um Programa para a Igualdade e Direitos da Mulher, apresentado aos candidatos. Entretanto, no governo Fernando Henrique, o CNDM

15 de julho de 2004

continuou a ser um órgão de caráter apenas deliberativo, subordinado ao Ministro da Justiça, situação em que permaneceu até o último ano desse governo quando finalmente se cria a SEDIM, Secretaria dos Direitos da Mulher. No governo Lula este órgão passa a ser a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e permanecendo o CNDM como órgão deliberativo. A reflexão sobre este processo nos permite constatar mais uma vez que a história não é linear e que os direitos são uma conquista permanentemente ameaçada.

Do ponto de vista da sociedade civil, os anos noventa se caracterizam também como os anos de internacionalização das agendas dos movimentos de mulheres e são anos fundamentais para o avanço dos direitos humanos onde se reafirma de forma transnacional uma plataforma de direitos humanos das mulheres. Nesta plataforma a violência doméstica passa a ser reconhecida como uma violação de direitos humanos (Viena, 1993), as questões ligadas à reprodução deslocam-se da matriz demográfica para a matriz dos direitos reprodutivos, (Cairo, 1994), os direitos sexuais bem como uma ampla plataforma de direitos das mulheres são reafirmados, (Beijing, 1995) e a questão do racismo e formas correlatas de xenofobia são explicitadas em Durban, 2001. Importantes Convenções como a do Belém do Pará, Convenção Regional sobre a Violência contra Mulher, datam também dos anos 1990. As plataformas de direitos econômicos, sociais e culturais, as DESC afirmadas desde a década de 60 e fortalecidas na década de 90, contam também com uma importante participação das mulheres que apontam para feminização da pobreza e as desigualdades sociais e étnico-raciais.

Viena
Cairo
Beijing
Durban
Belém do Pará

organização da sociedade civil

A década de noventa é também a década da proliferação das ONGs, das redes nacionais, da articulação de mulheres, da articulação de mulheres negras, de visibilidade e fortalecimento das mulheres rurais como a Marcha das Margaridas, de redes de mulheres soro positivas, dos movimentos pelo reconhecimento dos direitos sexuais das mulheres lésbicas, e de outras formas de organização da sociedade civil.

Mesmo sem um espaço relevante governamental de interlocução e implementação de políticas de gênero a nível federal, como o que temos agora, com a Secretaria Especial, esta agenda continuou a ser impulsionada, desde a sociedade civil, e em articulação com outros Ministérios, como o da Saúde.

A partir desses processos políticos globais e nacionais foram instituídos no país, na década de 90, legislação e políticas públicas importantes como a Lei do Planejamento

15 de julho de 2004

Familiar, a lei da união estável, a lei do assédio sexual, as importantes Normas Técnicas para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Sexual, os Comitês de Mortalidade Materna, os Centros de Atenção a Mulher Vítima de Violência Sexual no âmbito da saúde pública, a lei de quotas eleitorais. Iniciou-se o questionamento da eficácia da lei 9.099, no que diz respeito a violência intra-familiar que esperamos, venha a levar a uma lei de violência doméstica que garanta as mulheres o direito a segurança.

legislação

Nesta década investiu-se também na formação de profissionais de saúde e de segurança, procurou-se sensibilizar o judiciário sobre a tese da legítima defesa da honra, alcançando importante vitória em 1991 quando o Superior Tribunal de Justiça em decisão histórica repudia esta tese, não reconhecendo seu valor legal. O judiciário é também acionado pelos movimentos de mulheres com relação à questão do abortamento em casos de anomalia fetal grave e irreversível, como a anencefalia, dentre outras iniciativas.

aborto

Apesar de nos anos 90 a capacidade de resposta dos mecanismos institucionais vigentes no âmbito federal se viu prejudicada pelo esvaziamento do CNDM, esta foi uma década de grandes avanços no âmbito internacional em termos da ampliação dos direitos humanos, do reconhecimento de seu caráter indivisível e universal e da afirmação, neste contexto, dos direitos humanos das mulheres. Ao mesmo tempo, o processo de “*advocacy*” desenvolvido pelos movimentos de mulheres garantiu avanços importantes no plano nacional.

Neste novo milênio, em termos institucionais, ressaltamos a importância da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sinalizando a incorporação pelo governo federal de agendas políticas acordes com a gramática atual dos direitos humanos, onde sexo e raça constituem eixos fundamentais.

advocacy

SPM
SEPPIR

Nos anos 2000, do ponto de vista legal, ressaltamos as mudanças no código civil, que regulamentam a igualdade entre os cônjuges, enunciada na Constituição, a lei que determina a notificação compulsória à vigilância sanitária dos casos de violência sexual e doméstica contra mulheres, a criação de inciso no código penal (artigo 129) estipulando que se considera crime de violência doméstica a lesão corporal praticada no âmbito das relações familiares, e a recente liminar de Ministro do Supremo Tribunal Federal autorizando a interrupção da gravidez em feto anencefálico.

15 de julho de 2004

Entretanto gostaria de finalizar ressaltando mais uma vez as dificuldades e desafios que nos assombram. Vou deixar algumas destas indagações com vocês, esperando que as considerem ao discutirem nos *workshops* as diretrizes das políticas públicas que serão traçadas aqui.

A agenda dos direitos das mulheres sem dúvida influenciou o discurso político do Brasil e desencadeou políticas públicas. Cabe agora responder simultaneamente ao desafio de consolidar conquistas e avançar em sua implementação. Neste novo milênio continuamos ainda lutando pelas demandas antigas. Ainda não impactamos a maioria da população feminina, constituída, sobretudo, por mulheres pobres e dentre estas, pelas mulheres negras. Enfrentamos retrocessos no mercado de trabalho com uma crescente informalidade que afeta, sobretudo, as mulheres. Neste sentido temos uma dupla jornada política pela frente: defender as conquistas dos anos 80 consolidando os avanços dos anos noventa enfrentando, ao mesmo tempo, retrocessos e desafios como a crescente desigualdade social e os fundamentalismos religiosos e culturais.

avanços

Ao tratar desta temática e ao refazer o longo caminho trilhado por tantas de nós até hoje, me vem à cabeça a estória de *Alice no país das Maravilhas*. Há uma passagem em que os personagens correm e correm e correm, mas permanecem no mesmo lugar. Acho que nossa história é diferente. Corremos e corremos, ora na sociedade civil, ora no governo, acertamos muitas vezes e freqüentemente não avançamos porque estamos defendendo espaços conquistados no território da política caracterizado por embates, tensões, alianças, negociações. Neste território não permanecemos no mesmo lugar, como na estória de Alice, pois atualmente o debate sobre políticas públicas de gênero ocupa, no cenário nacional e internacional, uma posição diversa daquela que detinha em 75 quando a ONU inaugura o Ano Internacional da Mulher e o movimento feminista organizado desponta no Brasil.

Neste ano de 2004, decretado como Ano da Mulher pelo Presidente da República e no espaço desta grande Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres cabem novas perguntas, próprias a uma agenda de gênero que construída na história, não comporta visões unilaterais nem verdades absolutas.

Muito obrigada!

Srª Sueli Carneiro

Boa tarde a todas e a todos.

Eu quero, também, inicialmente, agradecer à ministra Nilcéa Freire, pela honra e pelo

15 de julho de 2004

privilegio de poder estar aqui, falando nesta Plenária extraordinária. E quero cumprimentar a Ministra pela extraordinária iniciativa e pelo sucesso que esta Conferência já representa, para o conjunto das mulheres brasileiras. Quero cumprimentar o Ministro José Dirceu, a Secretária Vanda Menezes e a minha cara Jacqueline Pitanguy, amiga e companheira de todas as lutas. E acho que, como a Jacqueline, vou começar falando um pouco dos nossos paradoxos.

Creio que nós, mulheres, temos enfrentado conjunturas difíceis, tempos muito difíceis, no que diz respeito à consolidação e à manutenção dos nossos direitos, nos novos direitos que vimos conquistando, ao longo de nossa luta. Direitos que estão sempre sendo colocados em perigo, por diferentes ideologias autoritárias, fascismos, neofascismos, diferentes variações do machismo, do racismo e suas múltiplas formas de discriminação étnica e racial, pelos fundamentalismos religiosos ou econômicos, pelo neoliberalismo ou pelas globalizações.

Ideologias que, invariavelmente, colocam em risco as conquistas das mulheres. Autoritarismos que se reciclam ou se renovam permanentemente, se apropriam de nossas lutas, subvertem nossos sonhos e nossas conquistas.

Lutamos para que as mulheres pudessem estudar, ter uma carreira, e trabalhassem fora de casa. As mulheres entraram para o mercado de trabalho e novas contradições se colocaram. E passamos a nos defrontar com a desigualdade dos salários das mulheres, em relação aos dos homens, mesmo quando apresentamos as mesmas habilitações, desenvolvemos as mesmas tarefas e temos índices superiores de educação, como ocorre atualmente, no Brasil.

Enfrentamos o veto nas promoções, especialmente para os cargos de chefia. O assédio sexual a que muitas têm que se submeter para manter o emprego ou conseguir uma promoção. A ausência de creches para assegurar a guarda dos filhos, para nos mantermos no mercado de trabalho, a falta de solidariedade dos maridos e companheiros, na divisão das tarefas domésticas e em relação à educação dos filhos. Mais recentemente, a informalidade que, como já notou a Jacqueline, é outro fantasma a nos perseguir.

Lutamos por liberdade sexual, pelo direito de ter controle sobre os nossos corpos. Submeteram esses corpos que se supunham, enfim, livres, a um processo brutal de mercantilização, que resulta, hoje, no espetáculo grotesco de exibição narcisista de corpos siliconados e de nádegas expostas a granel, destinadas a vender de tudo:



direitos da mulher

desigualdade salarial

15 de julho de 2004

mercantilização do corpo

sabonete, sexo, carros de luxo, cigarros, bebidas e o que mais vier. Um grau de reificação do corpo feminino, jamais imaginado por nós, nos nossos piores pesadelos.

violência doméstica

Alteramos padrões de comportamento, ao retirar a questão da violência doméstica e sexual do plano privado do casal ou da família para a esfera pública. Recusamos a máxima “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Metemos a colher, sim, e transformamos a questão da violência contra a mulher em questão pública, objeto de políticas públicas.

fundamentalismo religioso

No entanto, a impunidade é uma chaga que permanece cúmplice da violência contra a mulher. Hoje, uma nova legislação acena com a possibilidade de punição da violência contra a mulher. E esperamos que o tempo nos mostre a sua eficácia.

Assistimos, nesse momento, a expansão de diferentes fundamentalismos religiosos. Eles, em geral, professam a conversão ou reconversão das mulheres a valores conservadores. Impedir que a intolerância religiosa seja um fator de retrocesso nas conquistas das mulheres, é mais uma árdua tarefa, nesse cenário de expansão dos fundamentalismos religiosos.

racismo e discriminação

Lutamos contra o racismo e a discriminação racial. Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motor para determinar as mudanças nas concepções e no re-posicionamento político feminista no Brasil.

mulheres negras

As ações políticas das mulheres negras vêm promovendo o reconhecimento da falácia da visão universalizante da mulher, o reconhecimento das diferenças intragênero, o reconhecimento do racismo e da discriminação racial, como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres, no Brasil. O reconhecimento do privilégio que essa lógica produz, para as mulheres do grupo racial hegemônico. O reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras, para a equalização das oportunidades sociais.

O reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem, no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial, na problemática da feminização da pobreza. O reconhecimento da violência simbólica e a opressão, e a branquidão como padrão estético privilegiado e hegemônico exerce sobre as mulheres não brancas. Apesar de

15 de julho de 2004

todo o vitalismo do movimento de mulheres, as práticas discriminatórias permanecem impunes, e as desigualdades raciais inalteradas.

Como agravante de todas essas contradições, as políticas econômicas neoliberais vêm aprofundando o fenômeno da feminização da pobreza, especialmente nos países não desenvolvidos. Graças à precariedade das políticas sociais, o desemprego estrutural, a migração forçada dos homens em busca de trabalho, a perda da capacidade de investimento dos Estados no desenvolvimento social e econômico dos nossos países.

neoliberalismo

Porém, do mergulho nesse mar de contradições nós, mulheres brasileiras, emergimos sempre mais fortes, ousando ofertar um projeto de radicalização democrática ao Estado e à sociedade brasileira. Radicalização democrática que tem como princípios fundamentais a igualdade, a diversidade, a participação, a solidariedade e a liberdade.

É isso o que vimos construindo, programaticamente, enquanto movimento social e que equivale a uma verdadeira revolução cultural e um projeto político para um novo país. Estou tomando como referência dessa análise apenas um dos consensos e pactos que fomos capazes de consagrar, da nossa trajetória de lutas: a plataforma política feminista, gestação coletiva, em 2002, aqui em Brasília, pela maioria de nós, que aqui estamos, na Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras.

Essa plataforma política feminista representou, para as mulheres negras, o coroamento de quase duas décadas de luta, pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram.

plataforma política

Tal concepção constitui-se, hoje, em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A plataforma, ao incorporar essas orientações e diretrizes, selou um pacto de solidariedade e co-responsabilidade entre mulheres negras e brancas, na luta pela superação das desigualdades de gêneros e das desigualdades persistentes entre as mulheres, no Brasil.

desigualdade de gênero e raça

A plataforma redefiniu os termos de uma verdadeira justiça social no Brasil. Como afirmou, na ocasião, Guacira César de Oliveira "com a plataforma feminista, reafirmamos que, os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar a democracia, deixando claro que ela não existirá enquanto não houver igualdade, que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas. E não há distribuição das riquezas sem o reconhecimento das desigualdades entre os homens e mulheres, sem o reconheci-

15 de julho de 2004



mento das desigualdades entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, contradições que hoje estruturam a pobreza no Brasil”.

Não almejamos a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório. Dessa perspectiva, daquela Conferência, nós, mulheres brasileiras, negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias, nos detivemos, criticamente, sobre as questões mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e nos desafios e mecanismos para a sua superação.

neoliberalismo

A partir desse diagnóstico, reafirmamos os nossos compromissos para com a autonomia e autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres. Com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório, insustentável, do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético; com a defesa dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres; com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica social; com o direito universal à educação, à saúde e à Previdência; com a luta pelo direito à terra e à moradia; com a luta anti-racista e a defesa dos princípios equidade racial e étnica; com a luta contra as formas de discriminação de gênero e com o combate à violência, maus tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas; com a luta contra a discriminação à lésbicas e gays; com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; com o direito das mulheres de ter ou não ter filhos, com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; com o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros; com a descriminalização do aborto, como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública, tal como expressamos através das jornadas brasileiras pelo direito ao aborto legal e seguro que hoje realizamos.

Porém, essa vitalidade, esse sentido de responsabilidade cívica que o movimento de mulheres expressa em suas lutas, essa crença na possibilidade de radicalização da agenda democrática do país, não tem encontrado contrapartida efetiva no Estado brasileiro, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas destinadas a promover a equidade de gênero entre as mulheres.

políticas públicas

E nossa presença nessa Conferência é mais uma demonstração de nossa perseverança, de nosso compromisso ético e político, de nossa busca incessante de sensibilizar os governos e o Estado brasileiro para a reconhecer e acolher, de maneira efetiva, a agenda de reivindicações desse sujeito político e estratégico que são as mulheres, de

15 de julho de 2004

cuja inclusão, promoção e emancipação depende a possibilidade de mudar esse país para melhor.

Não vou me deter nos números das desigualdades de gênero e de raça. Eles estão amplamente divulgados em todos os documentos que suportam os debates em torno dessa Conferência. Basta reafirmar que, em relação às mulheres negras, metade da população feminina do país, os indicadores conhecidos configuram um verdadeiro matriarcado da miséria, tal a magnitude da exclusão. E, no entanto, desconhece-se uma única política específica voltada para alterar as condições de vida dessa população.

Por outro lado, não há indicadores desagregados, por sexo e raça, para se avaliar o alcance dos programas em execução, sobre as mulheres negras. Porém, essa Conferência é mais uma oportunidade para essa correção de rota.

Para isso, é necessário que o plano de ação de promoção da igualdade de gênero, que deva decorrer das diretrizes que serão aqui aprovadas, articule um conjunto de políticas de diferentes naturezas, como políticas compensatórias, políticas de ação afirmativa e focalização nos segmentos mais vulneráveis, como as mulheres negras e indígenas, um conjunto de políticas capazes de realizar, a um só tempo, a promoção da igualdade de gênero e a erradicação das desigualdades raciais entre as mulheres.

indicadores sociais

Senhora Ministra,

Como aponte, através da plataforma política feminista, consagrada pelos movimentos de mulheres, em 2002, nós, mulheres negras, vimos enegrecendo o feminismo e o movimento de mulheres brasileiro, em suas propostas e seus fóruns. Nossa presença maciça nessa Conferência é a expressão desse protagonismo político crescente das mulheres negras brasileiras.

mulheres negras

É chegada a hora de enegrecer as políticas públicas. Para isso, construímos a nossa contribuição para os debates desta Conferência. É o *Manual para fazer a Diferença*, elaborado pelo Fórum de Mulheres Negras de São Paulo e pela coordenação da articulação de ONGs de mulheres negras, onde aprofundamos as linhas de ação que consideramos estratégicas, para a promoção da igualdade de gênero e intragênero.

A nossa ambição é que as perspectivas de promoção de igualdade de gênero, de uma perspectiva racial que para aqui trazemos, possa realizar o milagre da reparação que é devida, historicamente, às mulheres negras deste país.

15 de julho de 2004

E, tendo em vista a invisibilidade histórica das mulheres negras, nas políticas públicas, sonhamos que essa reparação se dará, em letras garrafais, nas diretrizes e, sobretudo, nas metas físicas, financeiras e nos indicadores de monitoramento de execução de políticas de promoção e equiparação social das mulheres negras brasileiras.

Muito obrigada.

15 de julho de 2004

Ministra Nilcéa Freire.

Boa Tarde a todas e a todos.

Quero especialmente cumprimentar e agradecer a presença nesta mesa de debates ao ministro José Dirceu, às companheiras Jacqueline Pitangy, Suely Carneiro e a nossa moderadora, a Secretária da Mulher de Alagoas, Wanda Menezes.

Antes de iniciar minha breve exposição gostaria de recuperar um fato que talvez tenha passado despercebido na cerimônia de abertura pela manhã. E este fato foi a assinatura pelo Presidente Lula de uma Portaria que reafirma o seu compromisso com as diretrizes emanadas desta Conferência, que constituirão as bases do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.



Essa Portaria institui um Grupo Interministerial, com a participação da sociedade civil, através da representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a participação de representação dos órgãos executivos estaduais e municipais encarregados do desenvolvimento de políticas para as mulheres, com o objetivo de elaborar nosso Plano Nacional e propor medidas para sua implementação e acompanhamento.

Passando a minha intervenção, vou tentar a partir de alguns dados da realidade das mulheres no nosso país mostrar como nosso governo entende as políticas para as mulheres e como vem atuando no sentido de diminuir a distância existente entre a igualdade formal prevista em nosso ordenamento jurídico e a realidade cotidiana de desigualdade e exclusão em que vivem ainda milhões de brasileiras.

Quem somos nós?

O Brasil segue sendo um país predominantemente urbano. Nos últimos vinte anos houve um acentuado processo de migração para os grandes centros urbanos. De 1980 a 2000, segundo os dois últimos censos, a população urbana passou de 67.5 para 81.25%, enquanto a população rural passou de 32.41 para 18.75%.

O Brasil ainda é um país predominantemente jovem, mas é um país jovem de cabelos brancos, a nossa expectativa de vida tem aumentado, com vantagem para as mulheres.

Somos 51,2% da população, 46 % de nós se auto declaram pretas e pardas, vivemos predominantemente em áreas urbanas, nossa taxa de fecundidade vem caindo ano a ano mas cresce o número de jovens que precocemente engravidam.

população
economicamente ativa

Constituímos 42,7% da PEA (População Economicamente Ativa), e somos mais escolarizadas que a população masculina (temos em média 6,6 anos de estudo enquanto os homens têm 6,3). Enquanto a taxa de desocupação entre os homens em 2003 era de 7,8% a nossa chegava a 12,3% e recebemos em média 70% dos seus rendimentos. Portanto, muito embora o nosso nível de escolaridade venha aumentando, esta condição por si só não nos tem garantido igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

ensino

Hoje representamos cerca de 62% daqueles que concluem o ensino superior, mas quanto maior o nível de escolaridade maior a discrepância salarial entre homens e mulheres, chegando uma mulher com onze anos ou mais de estudo a receber 58% do salário dos homens.

Apenas 9% dos cargos executivos das 500 maiores empresas brasileiras são ocupados por nós (Instituto Ethos, setembro de 2004) e ainda nos fazemos representar por apenas 9% de mulheres entre a Câmara e o Senado Federal.

desigualdades duráveis

Estes dados confirmam um padrão de desigualdade que pode enquadrar-se naquilo que os sociólogos chamam de desigualdades duráveis. Ou seja, mesmo que se obtenha uma melhoria das condições gerais de vida na sociedade tanto para homens como para mulheres isto não se traduz necessariamente em maior equidade de gênero, o mesmo fenômeno acontecendo também para a condição racial. Assim, ser mulher neste país, é por si só uma condição que exclui. E na mulher negra encontraremos nela a representação da base da pirâmide social.

A persistência dessas variáveis como operadoras de exclusão somadas ao desequilíbrio de poder historicamente construído entre homens e mulheres se expressa em todas as relações sociais sejam elas no espaço público ou no espaço privado. A manutenção destes padrões de desigualdade certamente tem causado enormes prejuízos e distorções no processo de desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Por que políticas para as mulheres?

SPM

Ao assumir a Secretaria ouvi muitas perguntas, de companheiros, de companheiras, de jornalistas, enfim de muita gente que não entendia porque uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A alguns perdão pela ignorância, pois pensam que isso é uma invenção do Governo Lula, que quis criar mais um espaço institucional com *status* de ministério inchando a máquina governamental. O que talvez ainda poucos saibam é que mecanismos institucionais como este já existem há muito em

15 de julho de 2004

outros países, só para mencionar três exemplos na América Latina, lembro o Paraguai, Chile e México sem citar aqui os existentes na Europa e na América do Norte. A outros, não lhes perdão o preconceito e a falta de sensibilidade.

Em outros casos se colocava a criação da SPM dentro de uma falsa disjuntiva entre políticas de caráter universal ou políticas focalizadas. Defendemos o caráter universal das políticas no entanto temos convicção de que é preciso tratar afirmativamente as desigualdades de gênero e de raça. É preciso agir para equilibrar as relações de gênero e raça na sociedade em favor daqueles seguimentos que ao longo da história vem acumulando desvantagens.

Políticas públicas para as mulheres significam para nós a busca da igualdade na reafirmação das diferenças. Significam incorporar as necessidades e demandas específicas das mulheres e lançar o seu olhar sobre todas as políticas de todas as esferas de governo.

Desta forma quando nos indagam porque e para que políticas para as mulheres, respondemos com questões muito simples e práticas. A primeira delas é se já nos preocupamos em apurar o custo da não incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e o quanto se perde por não avaliar desde sua formulação como incidem diferentemente na vida de mulheres e de homens, por exemplo, políticas de transporte urbano, de iluminação pública ou a construção de uma barragem.

Como garantir a incorporação cidadã das mulheres, no desenvolvimento econômico do país, se o Estado, os governos e a sociedade não compartilham das tarefas que garantem a reprodução do viver e que ainda hoje são quase que exclusivamente atribuídas a elas? Há que intervir na educação e na cultura combatendo estereótipos e atitudes que levam à divisão sexual do trabalho e ao mesmo tempo garantir a construção de equipamentos sociais como lavanderias comunitárias e o aumento da oferta de vagas na pré escola, só para citar algumas medidas.

E se ainda, depois de tudo isso, ainda me perguntam porque políticas para as mulheres respondo que perguntem a pelo menos uma mulher se esta não conhece, pelo menos mais uma, que tenha sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. Desde a agressão física às mais sutis violências psicológicas muitas vezes configuradas como cerceamento de liberdade e de escolhas.

Portanto, certamente cada uma de nós, sabe responder porque e para que políticas para as mulheres.

políticas universais

desigualdades de gênero

custo da não incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas

estereótipos

violência contra a mulher

15 de julho de 2004

O que já estamos fazendo?

3.844 propostas

Foi com muita alegria que ao recebermos as 3.844 diretrizes e propostas das conferências estaduais – nunca mais vou esquecer desse número – verificamos que muitas delas correspondiam a políticas, programas, ações já em execução ou planejadas em diferentes áreas, em vários Ministérios do nosso Governo.

pobreza e geração de renda

Para enfrentar a pobreza no campo, estamos trabalhando com linhas de crédito específicas para as mulheres. Estamos aprofundando essa discussão, tanto com o Movimento de Mulheres Camponesas quanto com as mulheres da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, no sentido de avançar, em relação ao PRONAF-Mulher (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher). Ainda para enfrentar a pobreza e ampliar a autonomia econômica das mulheres, um dos eixos centrais de nossa ação posto que permite o enfrentamento dos demais desafios colocados nesta conferência, apoiamos programas de capacitação para o trabalho e acabamos de assinar um convênio com o SEBRAE nacional e a Associação de Mulheres de Negócios para estimular o empreendedorismo feminino e criar oportunidades de geração de trabalho e renda.

PRONAF - Mulher

capacitação para o trabalho

empreendedorismo feminino

violência contra a mulher

Para combater a violência uma de nossas prioridades tem sido o reaparelhamento e a ampliação dos serviços de atendimento às mulheres que vivem em situação de violência. Neste primeiro semestre apoiamos financeiramente projetos encaminhados por estados e municípios de implantação, adequação ou aparelhamento de casas

Região	Quant.	Cidade/UF	Conveniente	Total concedido
Centro-Oeste	06	Brasília/DF	Contag/DF	100.000,00
			Cecria/DF	61.445,00
		Goiânia/GO	Prefeitura	25.000,00
			Prefeitura	100.000,00
			Prefeitura	150.000,00
		Campo Grande/MS	Gov. estadual	149.999,00
				586.444,00
Nordeste	14	Campina Grande/PB	Prefeitura	40.000,00
		Natal/RN	Prefeitura	112.800,00
		Parnamirim/PB	Prefeitura	113.501,60
		Icapuí/CE	Prefeitura	77.850,00
		Fortaleza/CE	Gov. estadual	52.252,00
		Aracaju/SE	Prefeitura	150.000,00
		Petrolina/PE	Prefeitura	115.296,98
		Olinda/PE	Prefeitura	80.002,90
		Orobó/PE	Prefeitura	32.478,60
		Recife/PE	Rede Nac. Parteiras	55.000,00
	Instuto PAPAI	49.945,00		

15 de julho de 2004

Região	Quant.	Cidade/UF	Conveniente	Total concedido
		Salvador/BA	Gov. estadual	150.000,00
			FAPEX	25.208,00
		Teresina/PI	Gov. estadual	85.715,64
				1.140.050,72
Norte	13	Porto Velho/RO	Prefeitura	50.000,00
			Prefeitura	100.000,00
		Vilhena/RO	Prefeitura	200.000,00
		Macapá/AP	Prefeitura	86.809,10
		Palmas/TO	Prefeitura	25.000,00
			Prefeitura	39.903,00
			Gov. estadual	42.235,00
		Rio Branco/AC	Gov. estadual	75.122,55
			Gov. estadual	12.749,44
			Gov. estadual	150.000,00
			Gov. estadual	15.000,00
			Comitê MAMA	25.000,00
		Boa Vista/RR	Gov. estadual	80.000,00
				1.036.819,09
Sudeste	11	Diadema/SP	Prefeitura	178.838,12
		Rio Gde. da Serra/SP	Prefeitura	38.740,00
		Guarulhos/SP	Prefeitura	56.170,14
		Gov. Valadares/MG	Prefeitura	79.460,00
		Uberlândia/MG	Prefeitura	20.000,00
		Vitória/ES	Gov. estadual	108.698,00
		Rio de Janeiro/RJ	Gov. estadual	25.000,00
			UERJ	79.813,21
			ACB-RJ	150.000,00
			IBAM	33.743,50
			Nova Sociedade	78.706,54
				749.709,51
Sul	08	Constantina/RS	Prefeitura	25.000,00
		RS	COTRIMAIO	300.000,00 (SPM)
				150.005,10 (Min. Agr.)
		Porto Alegre/RS	Mov. Terceira Idade	48.000,00
		Joinville/SC	Prefeitura	71.428,57
		Blumenau/SC	Prefeitura	27.207,39
		São Bento do SUL/SC	Prefeitura	71.428,57
		Florianópolis/SC	FAPEU	55.000,00
		Palmas/PR	Pastoral - CPEA	41.264,00
				646.848,53
Total 1º semestre 2004				4.159.871,85



abrigo para mulheres em situação de risco e centros de referência como podemos ver na tabela.

SENASP/MJ

Ainda com relação à violência estamos, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, trabalhando para introduzir na matriz curricular das academias de polícia, disciplinas que discutam as questões de gênero e violência contra a mulher. Estamos, também, ainda na mesma parceria e em outras organizações não governamentais, capacitando o pessoal das delegacias especializadas de atendimento à mulher.

15 de julho de 2004

Ainda este ano, dentro desta profícua colaboração vamos reaparelhar 50 DEAMs, em todo o país, de forma que tenhamos pelo menos uma delegacia por estado dentro do padrão mínimo que entendemos como necessário. Este será um passo importante no processo de normatização e padronização das DEAMS.



saúde e direitos sexuais

E, finalmente ainda no âmbito da violência, estamos revisando a legislação que trata da violência doméstica contra a mulher e esperamos que, no segundo semestre, estejamos encaminhando ao Congresso Nacional um ante projeto de lei que teve como subsídio um projeto base elaborado por um consórcio de oito organizações não governamentais e que tem contado com o apoio e participação da comissão do ano da mulher no Senado e na Câmara. Nos últimos 1º e 2 de julho, estivemos discutindo esse ante-projeto com estas organizações, com defensores públicos, com juízes de juizados especiais, com promotores e com profissionais da área de saúde.

Para garantir a saúde e os direitos sexuais reprodutivos, o Ministério da Saúde em colaboração com a SPM lançou o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Entre as causas mais importantes de mortalidade materna estão colocadas aquelas provenientes de complicações nos casos de abortamento inseguro e, portanto, o pacto garante a ampliação do atendimento ao abortamento previsto em lei nas unidades do SUS e garante, por outro lado, a humanização do atendimento.

sociedade civil

Enfim, na educação, na saúde, na geração de emprego e renda, na ampliação da autonomia das mulheres, na diminuição, portanto, das desigualdades, temos, nós da SPM, encontrado apoio e respaldo. Temos encontrado, também, e isso se reflete nessa Conferência, uma interlocução generosa, uma interlocução respeitosa com a sociedade civil, e com as companheiras que têm nos acompanhado nessa trajetória no Governo.

Finalmente, é preciso enfatizar que os caminhos para a construção da igualdade não estão ainda totalmente pavimentados. Seria uma ilusão achar que, com apenas desejo ou vontade, poderemos desconstruir o preconceito, a discriminação e a intolerância. É preciso muito trabalho e muita persistência.

Essa Conferência representa para nós, do executivo federal, a reafirmação do quanto nós precisamos trabalhar. A presença hoje, pela manhã, de praticamente todos os Ministros das pastas que têm uma intercessão mais direta com o nosso trabalho nos é muito cara, significa a possibilidade concreta da transversalidade de gênero em nosso Governo.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui, de estar aprendendo a cada dia com todas vocês e com os companheiros e companheiras de Governo. Muito obrigada.

15 de julho de 2004

Ministro José Dirceu

Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer esta oportunidade, cumprimentar a Sueli [Carneiro], a Wanda [Menezes], cumprimentar a nossa ministra [Nilcéa Freire], cumprimentar a Jaqueline [Pitanguy]. Quero cumprimentar de uma maneira especial e fazer uma referência especial a uma amiga e companheira que está presente aqui conosco e que, para mim, sempre representou mais do que um exemplo de militância, de combatente, um exemplo de dignidade, que é a Clara Charf. Eu vim para cá com um discurso escrito para prestar contas da política do governo, do nosso governo, do governo do presidente Lula, com relação às mulheres, à luta pela igualdade de gênero, mas, ouvindo a Jaqueline, ouvindo antes a Wanda, depois, a Sueli e a Nilcéa, e pela própria fala que o presidente fez aqui pela manhã, resolvi mudar e falar um pouco sobre o Brasil, falar um pouco do que acredito que posso dar como uma contribuição maior para esta Conferência.

O nosso país se encontra em um momento especial e tem uma oportunidade única pela frente, e, a partir da perspectiva de vocês, das mulheres, é fácil identificar que o país não consegue mais conviver com os níveis de desigualdade, de violência e de desemprego que hoje enfrentamos. E acredito que ninguém mais do que a mulher sente os efeitos da situação em que o país se encontra. Por isso, é muito importante nos darmos conta do que mudou no Brasil.

Quando se cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, isso não significa apenas que o Brasil assumiu, assimilou uma luta de muitas décadas das mulheres, significa que o Estado brasileiro voltou a ser Estado — quando a Jaqueline falava, ela lembrava da política da década de 90, do Estado mínimo, e, hoje, nós estamos recuperando (e muitos não enxergam isso) o papel do Estado brasileiro no planejamento. Sem planejamento, nenhuma nação, nenhum povo conseguiu se desenvolver. O papel do Estado, enquanto financiador do desenvolvimento do país, não é só pelo Orçamento — todos nós sabemos que é um orçamento contingenciado, é um orçamento de um ajuste fiscal —, mas, é, principalmente, pela retomada do papel dos bancos públicos.

O Brasil é um país privilegiado na América do Sul e na América Latina - e, mesmo, no Hemisfério Sul. Nós temos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é um banco que financia o investimento de longo prazo, porque todas aqui sabem que investimento no Brasil, quando o sistema bancário financia, é



SPM

estado mínimo

bancos de fomento

15 de julho de 2004

inviável pelas taxas de juros e pelo prazo desse investimento. Não se constroem hidrelétricas, fábricas, não se constroem rodovias, portos, ferrovias, hidrovias e não se implantam setores de papel e papelão, siderúrgico, petroquímico ou mesmo indústrias de ponta sem crédito e investimento de longo prazo. O Brasil tem o BNDES, mas que tinha se tornado um banco comercial, e voltou a ser um banco de fomento, da exportação, dos investimentos de longo prazo, da reorganização do parque produtivo brasileiro, do mercado interno, da política de ciência e tecnologia, do financiamento a pequenas e microempresas. E temos o Banco do Brasil, que financia a agroindústria e a agricultura familiar brasileira. Temos a Caixa Econômica Federal, que financia o saneamento e a habitação, e temos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que sustentam a política de enfrentamento ao desemprego, de habitação e de saneamento, e temos o próprio BNDES.

dívida externa

Voltamos a ter esses bancos articulados, com uma visão estratégica de o país ter, novamente, uma política industrial, uma política de ciência e tecnologia, uma política de exportação. Porque somos um país que devemos ao exterior, mas, aqui dentro, temos uma dívida de R\$ 1 trilhão praticamente. Se nós pagamos 10% de juros dessa dívida, pagamos R\$ 100 bilhões — que é aproximadamente o que iremos pagar neste ano —, e se tiramos do Orçamento a Previdência, o pessoal e os gastos obrigatórios, o governo na verdade tem R\$ 71 bilhões (que é o que terá em 2005, para o que chamamos de “despesas discricionárias”), o que dá para ter uma idéia da gravidade desta dívida interna.

Se temos dívida externa, se temos que pagar juros sobre essa dívida e se temos *déficit* na balança de transporte — tínhamos na balança de turismo —, isso significa que o país precisa não só de investimento externo, mas precisa de *superávit* comercial. Nós vamos ter um *superávit* de US\$ 30 bilhões neste ano, e, mais do que isso, vamos ter, pela segunda vez depois de quase 15 anos, um *superávit* na conta corrente de US\$ 3 bilhões a US\$ 5 bilhões. Assim, o país vai fazer reservas, vai parar de depender do mercado internacional de capitais, porque está, inclusive, recebendo investimentos externos.

investimentos

Voltamos a investir na infra-estrutura de saneamento e de habitação. Em saneamento, investimos em 18 meses mais do que o governo anterior em sete anos; dobramos, praticamente, o financiamento de habitação. O governo triplicou os recursos do Bolsa Família, unificando os programas, sustentou o Programa Fome Zero por mais um ano e cuidou da agricultura familiar para além da reforma agrária.

15 de julho de 2004

Temos que fazer a reforma agrária, mas, no Brasil, antes, temos que garantir a agricultura familiar, porque não adianta assentar 100 mil famílias por ano e 100 mil famílias saírem do campo. É preciso sustentar a agricultura familiar porque não havia assistência técnica, porque 350 mil famílias assentadas nos últimos anos não tinham água, luz, crédito, segurança da venda dos seus produtos, seguro. A metade tinha quitação, porque a própria reforma agrária garante o crédito de habitação, mas só metade. É preciso levar luz para todas essas propriedades, crédito, financiamento, água, estradas. No primeiro ano do governo Lula, nós tivemos que cuidar disso basicamente, cuidar da agricultura familiar. No segundo ano, vamos assentar mais de cem mil famílias e cumprir o Plano de Reforma Agrária.

reforma agrária

agricultura familiar

É preciso combater a pobreza, fazer reforma agrária, devolver ao Estado brasileiro o papel do desenvolvimento do país, retomar o projeto de desenvolvimento nacional, voltar a ter política industrial e tecnológica e investir na infra-estrutura. Todas aqui viajaram para Brasília e sabem qual é a situação das ferrovias e, principalmente, das rodovias brasileiras. Nós passamos dez anos sem investimentos na infra-estrutura, privatizamos os setores petroquímico, energético, de telecomunicações, além das rodovias e das ferrovias. Foram arrecadados US\$ 100 bilhões com as privatizações e, no entanto, hoje, a nossa sociedade, o povo brasileiro, paga onze pontos percentuais de impostos a mais do que em 1995, apesar de termos vendido US\$ 100 bilhões do nosso patrimônio. A nossa dívida pública praticamente dobrou. Na verdade era de pouco mais de R\$ 150 bilhões [em 1994] e hoje é de quase R\$ 1 trilhão, mas, atualizando pelo índice inflacionário, bastaria dizer que ela era 30% da riqueza, do nosso Produto Interno Bruto [PIB], e hoje é 56%.

projeto de desenvolvimento

O país ficou mais pobre, porque vendeu o que tinha, endividou-se lá fora e aqui dentro, acumulou 10 milhões de desempregados e precisa crescer 5%, 7% ao ano — isso só para incorporar 1,5 milhão de jovens que chegam ao mercado de trabalho. Neste primeiro semestre, já em maio, nós tínhamos criado 856 mil empregos com carteira assinada. Acredito que neste ano o país crescerá mais que 3,5%.

Nós pegamos os juros do país a 25% ao ano e hoje ele está a 16%, mas o país precisa de mais crédito, mais financiamento e de juros menores. Hoje, as famílias pagam quase um terço da sua renda em juros, impostos e tarifas públicas — a demanda do país está deprimida e a renda, além de concentrada, não cresce, porque o emprego não vinha crescendo.

juros



reformas

Para este país crescer, precisamos de mais investimento. O investimento é muito baixo no Brasil comparado com aquilo que o país necessita, que é de 24%, 25% do PIB – hoje, é de 17%, 18%. Para aumentar o investimento, é preciso tirar o recurso que a sociedade tem entesourado, rendendo juros, aplicado em títulos do governo indiretamente. Se o cidadão e a cidadã recebem menos no investimento, numa compra de ação, numa pequena empresa ou num trabalho autônomo do que deixando o dinheiro rendendo juros, acontece o que está acontecendo no Brasil: temos praticamente meio trilhão de reais rendendo juros, que não vão para a produção.

Para resolver esta equação é preciso tempo e, como todos e todas aqui sabem, o tempo político e social não é igual ao tempo econômico. A sociedade reivindica e pressiona. Faz greves, manifestações e ocupações. Esse contraditório, esse conflito é que faz o país avançar e que fez o Brasil chegar até aqui. Todas que estão aqui - nos conhecemos há 20, 30, 40 anos nas lutas sociais, contra a ditadura, na resistência, na construção da democracia e das nossas entidades e organizações, na construção das nossas pautas e dos nossos programas, das nossas políticas públicas, na construção do Estado brasileiro e das suas instituições -, vejam bem: neste ano o país fez uma reforma do Judiciário e vai ter que fazer uma reforma política. Neste ano, o país fez as reformas tributária e previdenciária, aprovou o Estatuto do Idoso, aprovou o Estatuto do Desarmamento e deve aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que vai para o Congresso. O país tem aprovado leis importantíssimas, como a Lei de Falências, que acabou de passar no Senado, mudou toda a legislação de crédito imobiliário. Isso significa que nós estamos consolidando a democracia brasileira, combatendo a pobreza e a miséria, melhorando a infra-estrutura social e econômica do país, melhorando o país do ponto de vista tecnológico. Mas o tempo é curto e conspira contra nós.

educação

O maior desafio pela frente é a agenda da Educação, porque a agenda da Saúde teve um avanço extraordinário no Brasil com o SUS — que tem recursos constitucionais garantidos, uma pauta, um avanço orçamentário e institucional. Nós temos 11 milhões de jovens fora do ensino médio. Desses, milhões não voltarão mais para o ensino médio, só para o supletivo. Mas, pelo menos 6 milhões, 7 milhões estão à espera. Este é o maior problema que o país tem hoje, porque eles querem também o ensino técnico-profissional, não só o ensino médio. Este desafio está ligado à questão da criminalidade e da violência, ligado à questão da cultura, à agenda da

15 de julho de 2004

juventude, do emprego da juventude, do ensino técnico-profissional, do lazer da juventude. Praticamente, nós temos que ressocializar a juventude brasileira das grandes periferias, dos grandes centros metropolitanos. É a agenda, talvez, mais prioritária do país. As mulheres e as jovens estão sendo, talvez, as primeiras vítimas desta situação, porque é maior o desemprego, é maior a violência. Nós temos ainda a gravidez precoce como um problema gravíssimo.

Eu quero registrar, para além do otimismo pela realização desta Conferência, a presença de todas aqui em Brasília, a pauta e o avanço das lutas feministas, das mulheres em nosso país, a agenda, a incorporação pela sociedade, apesar da resistência, do conservadorismo. A sociedade brasileira tem avançado de maneira extraordinária do ponto de vista de consciência dos direitos e do papel da mulher, e a mulher tem avançado na nossa sociedade. Basta que cada um se referencie na própria família, nas nossas mães, irmãs e filhas para ver o avanço que a sociedade brasileira produziu nesses últimos anos. Mas nós também sabemos da gravidade da situação de preconceito, desigualdade e desobediência da lei, de falta de recursos e instituições. Temos muito para avançar.

O que eu quero reiterar aqui para a nossa ministra Nilcéa, para todas, é o nosso compromisso, o compromisso do presidente Lula — que não é só compromisso de governo, é um compromisso de vida, de militância. Não estamos no governo lutando pelo direito das mulheres; estamos continuando no governo a luta histórica pelos direitos das mulheres. Eu quero reafirmar, neste momento, a minha fé e o meu otimismo na nossa luta e, em primeiro lugar, na capacidade de luta do povo brasileiro. Eu sempre digo que o nosso povo é muito melhor que as elites brasileiras e ele já deu provas disso várias vezes, porque sempre é o povo brasileiro que começa as lutas e muda a correlação de forças, embora nem sempre acabe ganhando, vencendo. Em muitas fases da história brasileira, o povo iniciou na luta, mas as elites fizeram considerações, acordos e desorganizaram o *status quo*.

Com o governo do presidente Lula, com a coalizão que governa o Brasil hoje — que tem o PT como partido principal, porque é o partido do presidente, mas há os partidos de esquerda que são nossos aliados —, estamos tendo uma oportunidade histórica de mudar o Brasil. As conferências que realizamos (de Meio Ambiente, de Educação, de Saúde e esta, da Mulher, além do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), a parceria ideal que instituímos na sociedade e o respeito do governo com as manifestações e greves — neste governo não houve repressão a nenhuma atividade

luta das mulheres

conferências

15 de julho de 2004

pública, seja da oposição, seja dos movimentos, seja da sociedade — são uma garantia e a nossa certeza de que nós podemos avançar. É no pluralismo, é no debate, é na disputa política que a democracia se consolida e o país avança. Por isso fiz questão de vir aqui hoje (mesmo com o presidente tendo comparecido na abertura, com ministros), para, em nome do governo, em nome da Casa Civil, da coordenação do governo, reiterar não o nosso apoio à luta das mulheres, mas a nossa militância com vocês pelos direitos das mulheres.

Muito obrigado.

15 de julho de 2004

Dia 15.07.2004

PAINEL INTERNACIONAL

**DIÁLOGO INTERATIVO SOBRE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS
COM MINISTRAS E REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS**

PALESTRANTES:

Srª Patrícia Espinosa, Presidente do Instituto da Mulher do México.

Srª Amélia Paiva, Presidente de Comissão para a Igualdade pelos Direitos das Mulheres de Portugal

Srª Nérida Quintero, Deputada, representante da Federação das Mulheres Cubanas.

Srª Beatriz Paredes, Deputada, Presidente da Fundação Colosio, México.

Srª Ariadna Reis, representante do Conselho Nacional da Mulher no Equador.

Srª Virgínia Gúzman, consultora da CEPAL/ONU

COORDENAÇÃO:

Srª Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, e Srª Márcia Campos, presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres – FEDIM, e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.

Ministra Nilcéa Freire

Boa tarde. Vamos trabalhar esse Painel com uma certa dose de informalidade, por isso chamamos de “Diálogo Interativo”. Na verdade, nós estamos, aqui, abusando um pouco das nossas companheiras, das nossas convidadas internacionais, que atenderam ao nosso convite e que, à medida que estariam aqui, conosco, nós não poderíamos perder a oportunidade de ouvir um pouco das suas experiências.

Então, convidamos, também, a UNIFEM e a CEPAL para estarem aqui conosco, e a companheira Márcia Campos, que é do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Presidenta da FDIM (Federação Democrática Internacional de Mulheres), para que faça a moderação dessa Mesa.

Eu vou passar a condução dos trabalhos, portanto, para a Márcia, para assistir, do Plenário, a intervenção das nossas companheiras aqui presentes, que eu passo a agradecer: a Ministra Patrícia Espinosa, Presidente do Instituto da Mulher do México; a Excelentíssima Senhora Cândida Celesta da Silva, Ministra da Família e Promoção da Mulher de Angola; Doutora Amélia Paiva, Presidente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; a senhora Deputada Nérida Quintero, representante da Federação das Mulheres Cubanas; a senhora Deputada Beatriz Paredes, Presidente da Fundação Colosio, do México; Doutora Ariadna Reis, Representante do Conselho

15 de julho de 2004

Nacional da Mulher do Equador; Doutora Virgínia Gúzman, consultora da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – grande parceira da nossa Secretaria e do Movimento de Mulheres Brasileiras, e Doutora Mônica Munhoz, representante da UNIFEM no Brasil.



política norte-americana

Então, por favor, Márcia, passo a condução dos trabalhos para você.

Sr^a Márcia Campos

Boa noite a todas as companheiras que estão aqui, abrilhantando a nossa 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Gostaria de dizer para cada companheira que está aqui presente, para todos e para todas, que o nosso país e o mundo vivem um momento muito grande de transformações.

Nós, hoje, percebemos a humanidade se somando, se indignando com políticas como as do governo dos Estados Unidos que, de forma cada vez mais unilateral, não leva em consideração os desejos da humanidade.

Essa Mesa vai expressar um pouco do esforço que a humanidade faz, por soberania, por desenvolvimento, por igualdade, para garantir a identidade de cada Nação, e para que cada vez mais, a cooperação entre as Nações, a integração entre as Nações possa vigorar no mundo.

O Presidente Luiz Inácio da Silva tem feito um esforço muito grande, desde que assumiu a Presidência da República, para buscar novos caminhos para a humanidade. É a relação que o Brasil vem desenvolvendo com a China que vai crescer, que vai gerar, para o nosso país, divisas, vai gerar emprego, vai gerar mais desenvolvimento para a Nação brasileira.

É o nosso país enfrentando, com dignidade, a tentativa norte-americana de impor uma ALCA, uma Área de Livre Comércio, que não interessa à Nação brasileira e aos demais países americanos. É o Presidente Lula se esforçando para que o Mercosul seja um caminho de desenvolvimento para os países latino-americanos e, hoje, também para o México, também para a Venezuela, o que é uma honra muito grande, porque estamos descobrindo o caminho do desenvolvimento de todas as Nações. É hora, efetivamente, de garantir a paz no mundo, de garantir a cooperação e de garantir a inclusão de todos os povos e Nações.

Eu quero registrar, saudar e resgatar neste momento o heroísmo do povo do Iraque,

ALCA
Mercosul

15 de julho de 2004

o heroísmo do povo palestino, o heroísmo do povo de Cuba, que não vai se agachar perante os norte-americanos e vão defender a honra das suas Nações. É a isso que o povo brasileiro se soma aqui, nesta noite, e se soma aqui, neste momento.

Vamos agora ouvir a palavra de cada uma das nossas visitantes, que nós esperamos com tanta ansiedade, durante todo o período de preparação dessa Conferência.

Primeiro eu gostaria de fazer dois resgates nacionais: à companheira brasileira que coordenou em nosso país um trabalho muito bonito resgatando todas as mulheres guerreiras do nosso país em relação ao Prêmio Mundial da Paz. Queria agradecer à companheira Clara Charf, pelo brilhante trabalho que desenvolveu, em nome de todas as brasileiras. Vamos ganhar esse prêmio. Nós e as outras mil mulheres. Resgatar ainda o papel do Mercosul, esse trabalho tão importante para o povo brasileiro, e também para o povo latino-americano, o trabalho da companheira Maria Elvira, que é presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, também Conselheira juntamente com a Clara Charf do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Ministra Patrícia Espinosa.

Muito obrigada por me dar a oportunidade de poder falar aqui para vocês, por estar presente nesta conferência de mulheres brasileiras tão cheia de impactos. Vou falar em espanhol, espero que me entendam, mas a apresentação está em português para que fique mais claro. Desculpem por eu não falar português.

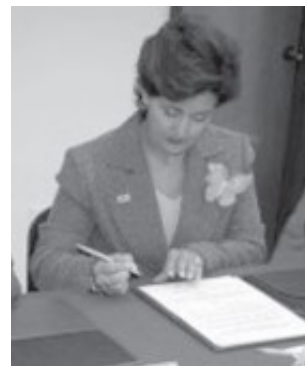
Quando me chegou o convite da ministra Nilcéa, decidimos compartilhar a experiência do México, já que o Instituto Nacional das Mulheres, que é o similar da Secretaria da Mulher aqui no Brasil, foi criado em 2001, já temos 3 anos e meio e vamos compartilhar a experiência da criação do Instituto.

Os Institutos no México não são Ministérios, são aquilo que chamamos de Gabinete Ampliado, que têm interlocução direta com todos os Secretários e os acordos são feitos diretamente com o Presidente da República. São uns dos avanços e das importantes conquistas para que as mulheres possam influenciar nas políticas públicas de nossos países.

O México, no relatório sobre o desenvolvimento humano do PNUD da ONU, se encontra no índice de desenvolvimento humano número 53 de 175 países. No índice de desenvolvimento relativo ao gênero, estamos no lugar 55 de 144 e no índice de

1000 mulheres pela Paz

Instituto Nacional da Mulher
do México



indicadores sociais

15 de julho de 2004

potencialidade de gênero no número 42. Contamos com uma população de um pouco mais de 104.000.000 (cento e quatro milhões) dos quais 50,25% somos mulheres e 49,75% são homens; com uma esperança de vida das mulheres de quase 78 anos e dos homens de quase 73 anos. Temos 5 anos de diferença na média de vida. O México é uma República Federal com 31 estados e 1 distrito federal no país.

CEDAW
Belém do Pará

Entre os tratados e convênios internacionais quero destacar a assinatura da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, a CEDAW e também foi assinado o Protocolo Facultativo da mesma forma que a Convenção de Belém do Pará. O Instituto Nacional das Mulheres é o mecanismo nacional reitor na agenda de gênero, onde estamos trabalhando com todos os Ministérios do Governo Federal para conseguir transformar uma cultura masculina machista em uma cultura democrática entre homens e mulheres.

Plano Nacional de Desenvolvimento

Para dar seguimento e cumprimento aos compromissos internacionais e regionais em matéria de gênero e conscientes dos objetivos do desenvolvimento do milênio; estes estão refletidos no Plano Nacional de Desenvolvimento deste governo de 2001 a 2006. Este plano estabelece como um dos objetivos centrais, conduzir de maneira democrática e participativa o processo de transição do país para uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres. O plano estabelece uma nova relação entre o governo e a sociedade civil e postula novos paradigmas de desenvolvimento humano com equidade.

Programa Nacional de Igualdade de
Oportunidades e não Discriminação

Beijin

Portanto abaixo está o Programa Nacional para Igualdade de Oportunidades e não Discriminação, que conhecemos como Pró-Equidade, para cumprir com o seu compromisso tem como ponto de partida também os acordos de Beijing, da plataforma de ação de Beijing, que em seu parágrafo 197 fala a respeito da criação dos mecanismos. Antes do Instituto no México nós tivemos o programa nacional para o avanço das mulheres que teve vigência desde 1995 até 2000. Em 2001 foi criado o Instituto e o Programa Nacional para Igualdade de Oportunidades. Para a realização deste programa, vocês vêem em azul, temos um acordo nacional pela equidade. O Presidente Lula assinou o decreto para fazer a institucionalização da perspectiva de gênero em todas as políticas do governo.

No México assinamos um acordo nacional pela equidade entre homens e mulheres com o Presidente e todos os Secretários de Estado. Isso tem feito com que os Secretários atendam a agenda de gênero. Estamos trabalhando com todos os companheiros do governo. O Instituto Nacional das Mulheres conta com uma junta de governo,

15 de julho de 2004

que é o órgão mais alto dentro da instituição do Instituto. A junta do governo conta com 2 órgãos auxiliares. Um é o Conselho Consultivo e o outro é o Conselho Social. Estão aqui comigo duas conselheiras destes órgãos auxiliares, a companheira Olímpia Flores e Candelária Ochoa. O Conselho Consultivo é o órgão assessor e promotor das ações e o Conselho Social é o órgão de assessoria e consulta.

junta de governo

O Plano de Igualdade, como é chamado aqui, nós o chamamos de Pró-Equidade, teve um processo de elaboração através de um Fórum Nacional de Consulta, muito semelhante ao que vocês já fizeram aqui. Estivemos fazendo fóruns em todo o país, onde foram recebidas as propostas. Foram mais de 2000 propostas de trabalho e o Plano Nacional de Igualdades foi construído com uma participação muito ampla de toda a sociedade, dos conselhos, da academia, dos legisladores e dos funcionários.

pró-equidade

fóruns

O Pró-equidade tem como objetivo potencializar o papel das mulheres em todas as esferas da sociedade para a eliminação de todas as formas de discriminação. Tem nove objetivos fundamentais. O primeiro, que é um dos mais importantes, porque trabalha com a institucionalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Conseguir com que os programas de políticas públicas do governo levem em consideração que mais da metade da população é de mulheres e que as mulheres não tem acesso a esses projetos e a essas políticas porque são projetados com outra visão. Em 3 anos nós já revisamos muitas dessas políticas dos programas, como funcionam as regras, a norma para que se possam ter acesso a elas.

O Pró-equidade tem outros 8 temas que trabalhamos como impulsionar o marco jurídico, fomentar a igualdade de oportunidades econômicas, impulsionar as condições que incidem para terminar com a pobreza, sobre temas como política educacional, saúde integral, o combate à violência, a tomada de decisões por parte das mulheres. Tudo isso está em conformidade com o programa do nosso plano nacional. O nosso programa está na página do Instituto, para quem tem interesse em conhecê-lo. Já o compartilhamos com a nossa contraparte.

Para conseguir tudo isso nós criamos uma série de mecanismos para vincular e coordenar todas as tarefas. São vários os mecanismos, mas eu apenas gostaria de ressaltar esses 4. A partir do acordo pela equidade cada titular da dependência federal designou um representante e criamos a mesa de conexões de gênero federais. Contamos com 55 agentes de ligação que estão trabalhando em cada um dos espaços do governo para poder influenciar nessas políticas e para conseguir com

metodologia

que a agenda de gênero seja realmente uma agenda de governo. Temos também um trabalho permanente, uma agenda de diálogo com as organizações da sociedade civil, com todos os estados e municípios. Temos nos 31 estados e no Distrito Federal, nas 32 entidades, uma instância da mulher. Nos municípios, que são 2.400, contamos com quase mais de quinhentas instâncias municipais com as quais já estamos trabalhando.

violência

O tema da violência também é um tema que nos tem tomado tempo, criamos uma mesa institucional para coordenar ações para combater e erradicar a violência. Contamos com um programa e ações importantes como, um levantamento que fizemos sobre violência familiar, linha de orientação telefônica para vítimas, a rede de refúgios e uma série de indicadores. Há também outros grupos e outros mecanismos que são importantes a sua criação para se realizar estes objetivos.

capacitação

Entre os instrumentos, ferramentas só quero ressaltar algumas, como é o acordo nacional por equidade, convênios de colaboração e também já assinamos mais de 20 acordos ou convênios com os titulares da administração pública, com 15 governadores, com 8 instituições acadêmicas, e muito mais com algumas organizações da sociedade civil. Outro ponto importante é a capacitação com uma ação multiplicadora, então levamos a cabo o trabalho institucional e transversal.

O seguinte slide é somente um exemplo a respeito de como medimos os objetivos e metas do Pró-equidade. Colocamos metas de curto, médio e longo prazo e dos 9 objetivos vamos medindo como está o resultado, como se tem trabalhado, e a ponderação vai somar a cem que é o último item que trabalharíamos. Também nós medimos os avanços de metas do plano em cada um de nossos objetivos, porque se não contamos com indicadores como vamos fazer avaliação e medir o avanço e a incidência de cada uma das metas e dos objetivos; não saberemos como medir.

indicadores de gênero

Entre os sistemas de medição contamos com o SISESIM que é um Sistema para o Seguimento da Situação da Mulher que nos dá indicadores para conhecer qual é a situação da mulher; temos um sistema interativo para dar prosseguimento a CEDAW, que se chama SICEAW; temos um sistema estatal de indicadores de gênero; já temos 14 estados no país que tem seus sistemas de indicadores; também fizemos um levantamento nacional para saber a situação da violência entre casais, em mais de 52.000 moradias. É o único levantamento na América Latina desta dimensão, feito

15 de julho de 2004

diretamente em moradias onde vivem mulheres de mais de 15 anos, com companheiros. A prevalência de violência foi de quase 50%, sendo reconhecida pelas mulheres.

Para conseguir a transversalidade da perspectiva de gênero nós impulsionamos a capacitação tanto de funcionários dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos estados e municípios, como de integrantes da sociedade civil. Alguns dos programas são de capacitação, com uma metodologia, com indicadores de gênero.

Nós também temos um manual para desenvolver indicadores de avaliação com perspectiva de gênero. Outros exemplos, nós também capacitamos e fazemos *workshops* para procuradores de justiça e advogados. Temos um grande acervo de indicadores e estatísticas separadas por sexo.

Este é um resumo do trabalho que temos feito nestes 3 anos e meio no Instituto para conseguir transformar essa sociedade e conseguir com que as políticas públicas estejam voltadas para a perspectiva de gênero, para que ajudem a diminuir a discriminação e a lacunas. Muito obrigada!

Doutora Amélia Paiva

Muito obrigada a todas. Muito boa noite a todas e a todos. Eu sou, exatamente, presidente de Comissão para a Igualdade pelos Direitos das Mulheres em Portugal, e fui organizadora recentemente de um Seminário dos Países de Língua Portuguesa.

Foi com muita honra que aceitei o convite lançado pela senhora ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Doutora Nilcéa Freire, para participar, nesta I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, muito louvável e importante iniciativa do governo brasileiro, de reunir as mulheres brasileiras para construir com elas, e para elas, um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

No ano em que se comemoram em Portugal os 30 anos do restabelecimento da democracia, vou me permitir partilhar convosco algumas reflexões sobre a evolução dos direitos das mulheres em Portugal, bem como sobre os dois planos, o Segundo Plano Nacional para a Igualdade, e o Segundo Plano Nacional contra a Violência Doméstica, que foram aprovados no Conselho de Ministros, no ano de 2003.

É forçoso reconhecer que os progressos alcançados em Portugal, em matéria de igualdade, entre mulheres e os homens foram, nos últimos 30 anos, progressos notáveis.



planos nacionais

autonomia jurídica

De fato, as mulheres portuguesas conquistaram autonomia jurídica. A maioria de vocês, aqui, como muitas vezes em Portugal me acontece perceber, não lhes ocorre pensar que as mulheres portuguesas, antes de 25 de abril de 1964, não podiam viajar para o estrangeiro sem uma autorização do marido. E que apenas em novembro de 1974 foram abolidas todas as restrições, baseadas no sexo, quanto à capacidade eleitoral. E que só em 1966 foi abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher. E que só em 1968, com a entrada em vigor da revisão do Código Civil, a mulher casada deixa de ter um estatuto de dependência, para ter um estatuto de igualdade com o homem. E só, então, desaparece uma figura que ainda tanto se utiliza, na linguagem de todos os dias, a figura do chefe de família.

A mulher deixa, a partir de então, de precisar da autorização do marido para ser comerciante. E cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão ou atividade, sem o consentimento do outro.

Também aproveito para dizer que só nessa altura terminou a impossibilidade das mulheres serem magistradas, juízas, ou serem diplomatas. Até essa altura, 1964, não era permitido às mulheres, em Portugal, desempenharem nenhuma dessas duas carreiras, a diplomacia ou a magistratura.

autonomia econômica

Hoje, as mulheres portuguesas caminham, felizmente, e progressivamente, no sentido da autonomia econômica. Obtiveram igualdade de direitos com os homens e entraram, em grande número, no mercado de trabalho. Todos os anos representam, já, a maioria dos jovens diplomados no ensino superior. São já 67,1% dos diplomados. No entanto, o maior número de desempregados com licenciatura, na procura do primeiro emprego, continuam a ser as mulheres.

Mas os progressos alcançados têm sido lentos. A igualdade formal já atingida não corresponde a uma igualdade de fato. E esta continua a não garantir que mulheres e homens tenham, efetivamente, as mesmas oportunidades. Permanece uma estreita ligação entre a função biológica das mulheres e a forma como os papéis sociais se encontram divididos, entre essa função e a discriminação contra as mulheres, na vida profissional e nas várias instituições da sociedade.

Se refletirmos sobre os cotidianos, sobre a vida de todos os dias, das mulheres e dos homens, constataremos, e como dizia a senhora ministra, na sua intervenção desta

15 de julho de 2004

tarde, não vivem os mesmos problemas e, tampouco, têm acesso às mesmas oportunidades. Basta falar, por exemplo, do sistema de transportes. Daí decorrem, em grande parte, as diferenças significativas que subsistem entre ambos os sexos, em áreas fundamentais. As mulheres continuam a constituir, em Portugal, a maioria dos desempregados. A taxa de feminização do desemprego era de 53,6% no primeiro trimestre deste ano.

desemprego

São, freqüentemente, as únicas responsáveis pela assistência a filhos, idosos e a dependentes em geral. Ganham menos do que os homens. Em 2000, as mulheres portuguesas receberam 77,4% da remuneração média de base mensal. Possuem menos bens e trabalham o maior número de horas.

desigualdade salarial

Efetivamente, de acordo com estudos recentes, as mulheres trabalham, em média, mais duas horas por dia, se tivermos em conta, além das responsabilidades profissionais, o trabalho familiar e doméstico. Isso as impede, muitas vezes, de ascender a outros domínios de participação cívica e política.

As mulheres são, também, mais expostas à violência e à exploração sexual. A pobreza continua a atingir, sobretudo, às mulheres. Mantém-se, por outro lado, a desigualdade entre as mulheres e os homens, no acesso efetivo à participação e à decisão política, económica, social e cultural.

Estas desigualdades são contrárias ao princípio da democracia, que pressupõe que cada cidadão e cada cidadã participem, de forma ativa e plena, em todas as esferas da vida pública e privada.

Não quero, obviamente, dar-vos, aqui, uma lição de História recente de Portugal, mas lembrar que a construção de uma sociedade mais desenvolvida e mais democrática são grandes propósitos, inscritos na Constituição portuguesa. Sendo a igualdade entre mulheres e homens uma das tarefas fundamentais do Estado.

Neste quadro, a redução das desigualdades entre homens e mulheres é, de fato, uma das maiores revoluções ocorridas em Portugal, nas últimas décadas, e é parte da consolidação do sistema democrático. Sem igualdade entre homens e mulheres, nunca teremos uma sociedade justa, democrática, desenvolvida e respeitadora dos direitos humanos.

Como todas sabemos, e todos sabemos, as tarefas, no sentido da promoção da igualdade são muitas e variadas. Tanto mais quanto a sociedade continua a atribuir,

15 de julho de 2004

a mulheres e a homens, papéis sociais específicos e diferentes, que vão ter consequências nas suas escolhas escolares e profissionais, e que influenciam a forma como umas e outros desempenham funções, na esfera do público e do privado, da produção e da reprodução, funções essas que continuam, como todas sabemos, a ter valor e reconhecimento social, e até econômico, diferentes.

planos nacionais

Passadas quase 3 décadas de democracia pode, por outro lado, afirmar-se que a participação das mulheres portuguesas, em termos igualitários, está, não obstante os grandes progressos, longe de ser desenvolvida. E, por essa razão, o Governo de Portugal considerou fundamental a adoção de dois instrumentos para atingir esses objetivos. São eles: o Segundo Plano Nacional para a Igualdade e o Segundo Plano Nacional contra a Violência Doméstica, de que vos falava há pouco.

Ambos os processos envolveram, à semelhança do que acontece no Brasil, os vários departamentos do Estado e a administração local. E ambos os processos tentam conseguir que as políticas e as medidas estruturais venham a integrar, efetivamente, a perspectiva de gênero em todas as atividades dos vários departamentos da Administração Pública, tanto ao nível do seu funcionamento interno, como no que se refere às iniciativas dirigidas aos públicos com os quais trabalham.

Trata-se de continuar a aplicar, com empenho redobrado, uma estratégia para alcançar a igualdade de oportunidades. Essa estratégia passa pelo desenvolvimento de um vasto número de atores, na intervenção sistemática de uma perspectiva de gênero em todos os processos de elaboração, implementação, avaliação e redefinição das políticas e das ações, tal como vem sendo recomendado pela União Europeia, pelas Nações Unidas, pelo Conselho da Europa.

Assim, não basta o combate à discriminação e a criação de programas específicos para as mulheres, ou para mulheres e para homens, porque também consideramos que para atingir uma igualdade efetiva é cada vez mais fundamental que neste combate e nesta luta estejam envolvidas não apenas as mulheres, mas as mulheres e os homens. Aquilo que, normalmente, nesses programas de políticas chamamos as “ações positivas”.

É necessário, sobretudo, que a perspectiva de gênero e a dimensão da igualdade sejam integradas em todas as políticas governamentais.

15 de julho de 2004

O Segundo Plano Nacional para a Igualdade, que vos falarei muito brevemente, tem como grandes medidas, medidas organizadas, medidas estruturantes, que são de carácter transversal, cuja implementação caberá a todos os Ministérios e medidas por grandes áreas de intervenção.

igualdade

As principais áreas de intervenção — e vou, obviamente, abreviar — são: atividade profissional e vida familiar; trabalho, emprego e proteção da maternidade e paternidade; e conciliação da vida familiar e profissional; educação, formação e informação, e a área nuclear, neste capítulo, é a educação; cidadania e inclusão social onde, sub-capítulos importantes são o poder e a tomada de decisão, a pobreza e a inclusão social, as mulheres migrantes e as minorias étnicas e culturais. Portugal é, cada vez mais, um destino de imigração, e um sub-capítulo, neste outro, violência contra as mulheres, onde a questão do tráfico de mulheres e da prostituição são preocupações fundamentais.

E, por último, e por isso estou aqui, com muito gosto, em março fui anfitriã de um Seminário que pôde contar com a presença da Maria Laura, a cooperação dos países da CPLP.

Este Plano é um plano vasto. Mas há um segundo, que é um Plano dedicado exclusivamente às políticas de combate à violência doméstica. É um plano que está estruturado em sete grandes áreas de intervenção, num total de sete medidas, e as quais, e das mais importantes são: informação, a sensibilização e a prevenção; a formação dos profissionais que trabalham com as mulheres vítimas de violência doméstica; a proteção das vítimas, nomeadamente através das Casas-Abrigo; e a integração e a formação profissional dessas mulheres e, obviamente, as políticas de avaliação.

violência

Vou terminar deixando-vos duas reflexões. A História tem nos ensinado que é muito mais fácil conceder direitos à mulher abstrata e ideal do que às mulheres concretas e reais, no exercício de um cotidiano, que foi construído sobre bases que têm como norma e como modelo o masculino. Não basta, por isso, mudar leis e princípios, há, também, que mudar modelos, hábitos e mentalidades. Há, ainda, uma batalha a ser ganha: a batalha a favor da paridade e dos direitos humanos.

Muito obrigada pela oportunidade.

Muito bons trabalhos.

15 de julho de 2004



revolução cubana

Deputada Nérida Quintero.

Lamento muito não falar em português, porque me solidarizo com as palavras tão emotivas da amiga Márcia e hoje temos estado muito emocionadas porque realmente a vitalidade, a combatividade das milhares de mulheres reunidas neste dia de hoje, nos tem feito refletir sobre a força das mulheres e quando pensamos nos nossos antecedentes da índia indomável, da guerrilheira incansável não teremos mais nada a pensar. A força e a vitalidade que nós mulheres latino americanas colocamos em tudo o que fazemos. Realmente somos uma força pujante com a qual temos que contar.

Quero transmitir-lhes um abraço em nome das quatro milhões de mulheres cubanas que represento, sou representante da Federação das Mulheres Cubanas que há 45 anos crescemos como mulheres. Podemos mostrar a vocês os progressos que temos conquistado num processo em revolução; revolução que mantém acesa sua chama que bate no coração junto com vocês e que temos conquistado nestes 45 anos, conquistas tão significativas para as mulheres cubanas que 66,1% de nossas mulheres cubanas pertencem ao setor técnico e científico, 48% são cientistas e 66% são mulheres em aulas universitárias e 99,8% estão alfabetizadas. O grau médio de escolaridade do país é o nono grau. Realmente podemos mostrar ao mundo o que temos sido capazes de fazer através da implementação da transversalidade do gênero nas políticas públicas no nosso país.

Beijing

No ano de 1997 foi aprovado por decreto lei do Conselho de Estado da República de Cuba o Plano de Ação Nacional para dar seguimento da quarta Conferência de Beijing, com 90 tarefas que checamos sistematicamente junto com a sociedade civil. Nossa organização de mulheres, junto com o estado cubano, temos conseguido melhoras incríveis para as mulheres em todos os setores da educação, da saúde. Hoje em Cuba 70% dos médicos são mulheres, são professoras mais de 70% e hoje podemos mostrar o trabalho internacional feito pelas mulheres cubanas quando no mundo mais de 50% dos médicos que prestam assistência solidária são mulheres. E isso é um orgulho para nós, poder mostrar a vocês o que temos conseguido com o seguimento das políticas públicas no estado cubano e com as conquistas que temos tido.

Algumas amigas nos falavam das conquistas que tivemos na saúde sexual e reprodutiva, das conquistas que temos tido na mortalidade infantil em Cuba; 6,3 falecidos para cada 1000 nascidos vivos é a mortalidade infantil mais baixa da América Latina neste momento está em Cuba. É um país bloqueado há 45 anos.

15 de julho de 2004

Homens e mulheres em Cuba lutam pela igualdade de oportunidades entre ambos e podemos mostrar conquistas significativas.

Eu agradeço em nome das minhas mulheres, em nome do meu povo, a possibilidade de me dirigir a vocês, a possibilidade de compartilhar estes lindos dias com vocês e crescer como mulher junto a vocês. Desejo a vocês muito sucesso no seu evento, muitas coisas lindas e cantar junto com vocês o samba brasileiro e a salsa cubana, que ambas, que cantemos em uníssono em uma dança, na qual somos muito apaixonadas, tanto vocês quanto nós. Convidamos vocês a ir a esta pequena ilha do Caribe de 11 milhões de cubanos que se sentem orgulhosos das conquistas nestes 45 anos de revolução. Muito sucesso! Muitas felicidades! Viva a primeira conferência! Saudações a todas!

Obrigada!

Deputada Beatriz Paredes.

Boa noite! Eu falo um pouquinho de português, mas falarei em espanhol bem devagar. Saudações a minha amiga de Cuba por sua paixão e sua emoção. Eu me perguntei muito, o que poderia dizer a vocês que fosse útil, que tivesse sentido nesta primeira conferência, neste feito memorável das mulheres brasileiras, principalmente porque admiro e conheço as conquistas do feminismo brasileiro e sei que as mulheres no Brasil têm contribuído para todo o avanço das mulheres na América Latina; mas também porque estou convencida que o Brasil está vivendo um momento histórico, porque eu tenho a certeza que a chegada do Presidente Lula ao governo do Brasil significa uma esperança não só para o Brasil, mas também para a América Latina e para o mundo.

De repente há processos de regressão que arrebatam as mulheres, o que é um produto de um enorme esforço coletivo. Conscientes dessas possíveis regressões e no âmbito de um processo histórico, como o qual vocês estão vivendo, eu acredito que a estratégia do Ministério da Mulher, do governo do Presidente Lula e do movimento massivo de mulheres, dos diversos movimentos de mulheres do Brasil tem saber distinguir o que é o importante, o que é o urgente e o que é o transcendente.

As mulheres da vida cotidiana estarão exigindo o que é urgente, ou seja, mais moradia, melhores serviços de saúde, maiores oportunidades de capacitação, respaldo para um programa para a mulher rural e tudo isso precisa ser atendido e atendido com grande eficiência. Ao mesmo tempo em que atendemos o que é urgente temos



movimento feminista brasileiro

15 de julho de 2004

que olhar também o que é transcendente e a experiência de revisão de vários dos projetos governamentais na América Latina faz com que eu compartilhe com vocês as seguintes considerações:

legislação

Primeiro: façam com que as verdadeiras conquistas sejam projetadas na legislação. A legislação é o que permite uma projeção de grande alcance, uma grande projeção ao longo dos anos e às vezes os dirigentes políticos, principalmente os dirigentes políticos da esquerda não dão toda a importância à legislação. Eles pensam finalmente que é a expressão de um *status quo* superado. Eu quero propor que seja feita uma proposta legislativa que seja negociada com os deputados e senadores dos diferentes partidos, que tenham um programa legislativo que possa ser realizado ao longo de toda a administração do Presidente Lula e que tenham a certeza, não somente de que sejam erradicadas todas as normas discriminatórias, mas também que sejam garantidas ações afirmativas em todos os sentidos e que deixem materializadas, no âmbito do legislativo, a institucionalização em favor das mulheres.

mentalidade

O segundo assunto está relacionado em como podem incidir na cultura e na percepção de homens e mulheres sobre o papel da mulher. Quando está começando uma administração federal, quando há possibilidades de alianças positivas é possível ter projetos ambiciosos. Eu me atrevo a sugerir que façam uma revisão dos programas de estudo e que consigam ter uma incidência no sistema educacional brasileiro para que o padrão educacional não reproduza cultura discriminatória, nem com relação às mulheres, nem com relação às raças. Eu acho que vocês estão em condições de tentar um processo de reforma educacional pela igualdade, que permita conceitualmente incidir na projeção dos programas de estudo em uma série de exercícios na prática escolar que possa erradicar a discriminação.

capacitação

O terceiro assunto, que eu acho indispensável é que vocês façam um esforço monumental, massivo e contundente para a formação de quadros. Eu acho que a experiência que hoje nós tivemos quando escutamos que estavam presentes vereadoras de diferentes regiões do Brasil, percebemos que vocês podem fazer um esforço de formação enfocando o gênero das líderes comunitárias, das líderes de base, das vereadoras e de toda a estrutura de representação social brasileira. Seria possível fazer uma estratégia de capacitação que utilize os recursos informáticos e os meios eletrônicos. Eu me atrevo a sugerir que tenham uma rádio da mulher, que possa transmitir avisos, assuntos, programas e que seja um instrumento fácil de comunicação em um país com uma geografia tão extensa; onde as mulheres pobres para se informar, estão limitadas pela possibilidade de transporte. O rádio é um instrumento muito útil.

15 de julho de 2004

Acho indispensável esse processo de capacitação generalizada, porque o que importa no Brasil, como o que importa no mundo, não é que tenhamos, como tivemos hoje ao meio dia, um painel com uma qualidade extraordinária de Jacqueline Pitanguy, de Sueli, da ministra, mas precisamos que isso se reproduza por milhares, por milhões; esse seria um esforço de capacitação popular, que permitiria dar continuidade à estratégia de equidade de gênero, independentemente das circunstâncias políticas e independentemente do peso institucional, porque a minha experiência, queridas amigas, é que o governo não é suficiente. É importante, mas não é suficiente.

Nas questões de transformar a discriminação, nas questões de sacudir a consciência, nas questões de mudar o mundo, somente a sociedade e o povo têm a última palavra e é indispensável gerar uma massa crítica que esteja atenta, que exija e que solicite a continuidade dos projetos.

Finalmente, eu gostaria de concluir assinalando a importância dos pactos. Quanto ao tema da luta contra a desigualdade nós não podemos ser rigorosos com relação as intensidades. Existem aqueles que lutam contra a desigualdade a partir da esfera acadêmica, aqueles que o fazem em uma palestra na Câmara dos Deputados, aqueles que o fazem em uma comunidade. O fundamental é que não haja um conflito entre todas aquelas e todos aqueles que queriam transformar a realidade brasileira. Vocês terão a solidariedade das suas amigas da América Latina e do mundo, eu tenho certeza.

Nós mexicanas temos a honra de sermos representadas no Brasil, por uma destacada mulher mexicana, a embaixadora Cecília Soto, a quem saúdo com muito prazer e que hoje nos acompanha. Nós estamos também disponíveis para compartilhar todas as nossas experiências.

Gostaria de dizer que eu aprendi muito com vocês, que vocês têm muitas coisas para ensinar ao mundo, que nós temos o que trocar com o Brasil, com os brasileiros. Fazer com que recuperemos a utopia que outro mundo é possível e como é dito em uma canção de Gonzaguinha: "Eu não sei se a vida é boa ou ruim, eu só sei que é bonita, é bonita e é bonita..."



Beijing

diversidade das mulheres

governabilidade democrática

Doutora Ariadna Reis.

Desde já sejam bem vindas ao meu país no Fórum Social Mundial das Américas. Muito obrigada a ministra Nilcéa Freire por convidar o Conselho Nacional de Mulheres do Equador, ministras, autoridades e todas que nos acompanham aqui neste momento histórico como foi dito pela companheira do México. Estão dizendo que eu falo rápido, então falarei mais devagar. Eu gostaria de saudá-las pessoalmente em nome do Conselho Nacional das Mulheres do Equador, que é um órgão vinculado com a Presidência da República da mesma forma que no Brasil, e também em nome da nossa diretora executiva, a doutora Rocio Roseiro.

Eu gostaria de começar dizendo que esta manhã eu tive uma lição, uma aprendizagem de memória, uma aprendizagem da transcendência dos quadros de mulheres, das mulheres líderes que lutaram e que transformaram no Brasil e também em toda a América Latina e no mundo. Isto é o que nos une e é o que inclusive fez com que fosse possível que cada país tivesse o seu mecanismo institucional, o seu conselho, o seu ministério, o que faz parte também da conquista do movimento de mulheres mundial. Nós no Equador, no ano 2004, também estamos construindo o plano de igualdades e de oportunidades. Este é realmente o segundo plano de igualdades e de oportunidades porque nós, em 1995, o fizemos baseado em Beijing, na plataforma de Beijing. Eu asseguro que nós aprendemos muito com essa experiência. Eu gostaria de compartilhar alguns pontos muito breve do que foi este processo agora em 2004.

A primeira lição que tivemos é que a inclusão da diversidade das mulheres é um desafio construído com muita força, diariamente e que não é fácil. Passar da formalidade de dizer que somos diferentes porque pertencemos a uma classe, pela nossa diversidade étnica, pela nossa idade, pela nossa opção sexual ou se somos da cidade ou do campo a construir uma política pública para apoio a essa diversidade é muito complexo. É um desafio que precisa ser construído com o estado e também com a sociedade civil, realmente como construtoras do pacto de equidade de gêneros de cada país.

A segunda idéia é que também foi uma lição importante dos últimos 7 anos no Equador, é que a compreensão das lacunas da equidade precisa ser uma lição para o país, uma lição de governabilidade democrática e neste sentido não pode ser vista como um tema exclusivamente de mulheres, para mulheres, a partir de mulheres; ou

15 de julho de 2004

seja precisa ser uma prioridade nacional de todos e todas e uma obrigatoriedade para os cidadãos e as cidadãs e para o Estado que projeta as políticas públicas. Não somente do conselho e das secretarias, mas todos os órgãos do executivo, do legislativo e da administração da justiça.

A terceira idéia é porque nós vivemos e tivemos uma fraqueza nos últimos 3 anos com relação aos mecanismos institucionais públicos de gênero. O conselho, a secretaria ou o ministério, o que seja em cada país, e nós acreditamos que o plano de igualdades e oportunidades do ano de 2004 não pode começar com nenhum passo atrás das conquistas e lutas que estão consagradas nos instrumentos nacionais de direitos. Este é o ponto mínimo que nos propusemos no Equador. Estamos nesse processo de construção, precisamos ir mais além, não podemos nos permitir, ainda mais em um momento tão comovente internacionalmente pelo cumprimento das convenções e instrumentos internacionais, dar um passo atrás.

Finalmente eu gostaria de dizer que um dos grandes desafios de 2004 é recuperar a força transformadora e revolucionária do movimento feminista e de gênero do Equador. Nós estávamos dormindo um pouco no Equador. Apesar de ser politicamente complexo o país, nós acreditamos que se não recuperarmos essa força transformadora, eu gostaria de deixar isso para vocês, nas suas mentes, nos seus corações e nas suas mãos, será muito difícil continuar avançando.

Muito obrigada.

Doutora Virgínia Gúzman.

Em primeiro lugar eu estou muito agradecida e me sinto privilegiada de estar neste momento aqui com vocês. O que eu gostaria de fazer agora é simplesmente refletir em voz alta a partir do que eu escutei ao longo do dia e um pouco a partir do que eu vi na CEPAL em um projeto de governabilidade democrática e gênero que temos trabalhado no Brasil, com grande satisfação da minha parte. Eu tenho uma simpatia enorme, muito grande.

Eu acredito que uma primeira reflexão, são 4 ou 5, que foi bastante repetida é como esse momento é um momento de um processo histórico muito amplo, que foi conseguido graças a criação de força política, campos políticos, novas concepções e novas interpretações da realidade. Tem sido um processo muito questionador do que são ou o que eram as instituições que subordinavam as mulheres. Então eu acho que

governabilidade democrática

15 de julho de 2004



essa força, esse caráter, não somente de mobilização política, mas de questionamento institucional para gerar novas instituições, acho muito importante que seja resgatado.

Outra idéia que a Beatriz mencionou agora e que a Jacqueline repetiu e que foi dito ao longo do dia, eu acho que também é importante ser assinalada, o movimento de mulheres, a luta pela igualdade de gênero não acontece no nada, acontece em contextos históricos, culturais muito específicos e esta área política, que em algum momento se consegue gerar, pode crescer ou pode se enfraquecer. Em um momento determinado, as conquistas podem aparecer muito enfraquecidas. É um trabalho permanente de consolidação e de manutenção porque eu sempre assinalo que o movimento feminista, a equidade de gênero, a igualdade, é uma mudança cultural e uma proposta inovadora.

Entretanto eu acredito que neste momento, no âmbito da América Latina, e eu acho que o Brasil tem um papel privilegiado neste caso, nós vivemos em um contexto de grandes oportunidades e de grandes riscos para a equidade de gênero. Grandes oportunidades por que? Porque esta ordem de gênero tão monolítico já foi enfraquecida, porque as mulheres ganharam autonomia, porque de alguma forma existe o reconhecimento do respeito ao estilo de vida diferente, onde de alguma forma é solicitado o protagonismo.

liberdade
autonomia
justiça social

Contudo, poder exercer a liberdade e a autonomia passa pela obtenção dos recursos e das oportunidades para fazê-lo e neste sentido eu acho que o desafio atual é como articular o elemento de liberdade com justiça social. Eu acho que é a grande luta, porque a luta das mulheres é uma luta pela liberdade, pela autonomia e pela justiça social; e eu acho que o Brasil com os desafios da inclusão social tem neste tema a possibilidade de articular essas duas grandes dimensões, a justiça e a liberdade.

Estado e sociedade

Por outro lado eu gostaria de tocar em um segundo ponto, que é o seguinte: o Presidente Lula disse esta manhã que este evento e esta política estão propondo uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Agora, no momento atual as relações entre o Estado e a sociedade não são rígidas, ou seja, são bastante livres, ou seja, nós podemos encontrar correntes progressistas que vão desde a sociedade penetrando o Estado como correntes também atrasadas dentro do Estado e dentro da sociedade. Então eu acho este aspecto de fluidez de limites não bruscos, não rígidos é importante ser levado em consideração.

15 de julho de 2004

Acho que o Brasil, eu fico impressionada com a experiência de participação e de controle social que foi feito num momento de elaborar políticas comparando com outros países, acho que ainda fica um grande desafio que é o desafio da gestão das políticas, como eu construo uma institucionalização que efetivamente permita a elaboração e a manutenção de políticas e serviços de gênero.

Quando o que eu proponho, e isso eu acho que é muito importante, questiona a organização habitual do Estado, questiona a setorialidade, questiona os critérios de avaliação de sucesso e fracasso, questiona o tipo de distribuição de orçamento e etc. Então o tema de como introduzir a gestão, a Patrícia disse muito bem, alguns indicadores, algumas normas, alguns critérios que nos permitam dar seguimento as políticas. Eu acho que o tema da tecnologia é um tema que os mecanismos de gênero, as secretarias das mulheres, as novas tecnologias, é um grande tema para ser abordado.

tecnologia

Finalmente, acho que de alguma forma, a última reflexão que me veio neste dia é que estamos num momento não apenas numa relação, construindo uma relação nova entre o Estado e a sociedade, não só estamos questionando uma velha institucionalização, mas gerando uma nova institucionalização e isso a Beatriz falou, estamos num momento em que é necessário gerar um novo pacto social, um novo pacto social em torno da igualdade e equidade de gênero.

Muito obrigada.

Ministra Nilcéa Freire.

Obrigada, Virgínia. E, ao encerrar esse painel internacional, mais uma vez, quero agradecer a presença da companheira de Cuba, da companheira de Portugal, das mexicanas, da companheira do Equador, da companheira da CEPAL, e quero dizer estamos aptas a construir um caminho diferente da guerra, da fome, da discriminação e da violência. Nós somos fortes o suficiente, e sairemos mais fortalecidas dessa Conferência, para firmar um caminho de paz e cooperação entre os povos e as nações. Um caminho de progresso e igualdade. Um caminho de soberania e de solidariedade entre todos os povos.

Muito obrigada a cada uma de vocês.

Obrigada a todas as companheiras.

16 de julho de 2004

Dia 16.07.2004

PARTE DA MANHÃ

PAINEI 2

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

PALESTRANTES:

Srª Dirce Veron, representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Srª Bethânia Ávila, Coordenadora Geral do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e Articulação de Mulheres Brasileiras

Srª Matilde Ribeiro, ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR

Srª Nalu Faria, Coordenação da Marcha Mundial de Mulheres – MARCHA

Srª Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM

COORDENAÇÃO:

Srª Mara Vidal, Secretária de Estado da Mulher do Governo do Acre

Srª Dirce Veron.

Bom dia a todas e a todos. Quero saudar, inicialmente, na pessoa da ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, toda a mesa. Faço minha saudação especial a todas as mulheres índias presentes nesta conferência, representando 230 povos indígenas no Brasil. Eu quero dizer que nós estamos bastante felizes, bastante contentes, não muito felizes, mas estamos bastante contentes de estar aqui também participando desta 1ª Conferência Nacional, sendo que nós mulheres indígenas estamos saindo da nossa 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas que aconteceu nos dias 12 e 13 de julho, aqui em Brasília.

Esta Conferência Nacional das Mulheres Indígenas foi uma preparatória para essa Conferência onde estamos agora. Peço licença a todas por que nós temos no Brasil 195 línguas diferenciadas, por isso eu gostaria de cumprimentar a minha etnia, o povo a que eu pertença na minha língua, peço licença a todos vocês, eu gostaria de estar cumprimentando elas e dizer também para os outros povos que nós estamos aqui



mulheres índias

Conferência Nacional
de Mulheres Indígenas



16 de julho de 2004

para lutar, para estar ao lado da mulher branca, da mulher negra, porque a gente acredita também que nós mulheres indígenas precisamos nos organizar, estamos nos organizando, e com muita ousadia mesmo é que estamos aqui.

(a Sr^a Dirce Veron cumprimenta as companheiras no idioma de sua etnia)

Gostaria de iniciar a minha fala informando a essa platéia, que nós mulheres índias saímos de uma conferência, da nossa conferência e queremos compartilhar com vocês, mas como vocês, penso eu que a maioria das senhoras que estão aqui presentes já tem conhecimento que nós indígenas somos vários povos neste Brasil, então nós já temos nossa cultura diferente, nós somos diferentes de uma etnia para outra, de um povo para outro, falamos línguas diferentes, de jeito diferente, por conta disso, nós pedimos o apoio para Secretaria Especial de Política para Mulheres para que nós fizéssemos nossa conferência.

diversidade de etnias

Para que nós estivéssemos aqui mais preparadas, com nossas propostas, do jeito que nós queremos, nós mulheres índias cada uma se colocando, participar dessa conferência, de acordo com nossas necessidades, do jeito que cada uma quer participar, do jeito que as mulheres índias querem participar dessa Conferência, de um jeito que essas questões de gênero venham, de acordo com nossas necessidades, como a gente vive na nossa aldeia e nós estamos aqui.

Quero dizer que nós estamos mesmo audaciosas, nós estamos com muita ousadia mesmo, nós saímos de trás do cocar, agora nós estamos ao lado dos nossos caciques, o que nossos caciques ainda não fizeram nós estamos buscando agora. O que eles não fizeram, o que até agora eles não encontraram o meio, nós mulheres vamos encontrar, porque nós somos, ao lado das mulheres negras, as mais sofridas do Brasil.

Quando eu digo que nós somos as mais sofridas, nós que acompanhamos nossos maridos em demarcações de terra, nós é que compartilhamos a nossa vida 90% do tempo. Somos nós que fazemos as nossas aldeias, só que isso nunca foi reconhecido, nós queremos ser reconhecidas, nós queremos ser reconhecidas também ao lado dos nossos caciques. E nós estamos buscando isso, e é por isso que nós estamos aqui hoje. Estamos em pouco número ainda, mas eu acredito muito, eu acredito plenamente, tenho a esperança gigantesca que ainda eu vou ver uma boa parte de cocares, índias sentadas, aí na próxima conferência.



Quero dizer também que nós mulheres indígenas gostaríamos que nos respeitassem mais do nosso jeito de viver, do nosso jeito de ser. Existe muita discriminação, até aqui mesmo a gente percebe isso. Muita discriminação com as mulheres indígenas, ainda. Eu acredito que é por que nós estamos tão audaciosas não é? Nós estamos com tanta ousadia que às vezes algumas nem acreditam que somos indígenas, nossa, estamos falando tão bem! "Nossa, como vocês estão com uma boa aparência"! Como eu disse que os nossos caciques não fizeram isso, nós vamos fazer, nós vamos lutar, nós estamos lutando. Nós temos as nossas diferenças sim de etnia para etnia, mas somos unidas sim, nós estamos nos unindo conforme as nossas condições também, conforme as condições que nos tem dado como movimento, como organização, como a gente tem brigado... Eu acredito muito, como eu já disse, que com o tempo a gente vai ver muito mais índia aqui sentada.

Eu vou dar uma lida aqui em alguns papéis que me chegaram.

Quero dizer que eu não sou muito de ler, eu vou falando, o que eu falo vem do meu coração, por isso quero dizer às minhas companheiras que elaboraram alguma coisa pra eu estar falando... eu sou assim, eu gosto de falar aquilo que vem, aquilo que eu vivo na minha aldeia, aquilo que eu vejo e o que eu acho que deve ser mudado, porque nós estamos numa fase de construção, para isso é que estamos aqui.

saúde e educação

Penso que nós mulheres indígenas somos as verdadeiras mães da terra não é gente!? Por isso que nessa conferência a nossa maior briga, a nossa maior luta é para que nós tenhamos uma boa saúde, uma boa educação. Nós elaboramos nossas propostas, elaboramos nossos documentos que nós vamos estar entregando para a Secretária Adjunta Maria Laura, que eu tenho uma fé muito grande em que a gente já sentou, já conversou, tivemos uma pequena conversa com a ministra, onde ela colocou para a gente que elas estão de portas abertas, mas ela disse também que a gente tem que estar levando. Por que eu reconheço que o povo brasileiro não tem um reconhecimento muito profundo das causas indígenas, das questões indígenas por que as cartilhas nesse Brasil desde a época que eu me senti gente, quando eu pisei numa escola de branco, eu já vi lá como é que é escrito, às pinceladas.

respeito à cultura indígena

Por isso que muitas vezes quando a gente chega aqui, quando a gente vai conversando, as pessoas vêm com cada pergunta, o que eu tenho recebido assim... Cada pergunta que eu fico horrorizada, achando que eu nem estou no Brasil. Porque às vezes

16 de julho de 2004

quando a gente está fora parece que povo de lá conhece muito mais do que o povo que está aqui, então eu fico assim, na maior tristeza, de ver, às vezes, companheiras fazendo umas perguntas pra mim, que eu falo gente, e eles acham cada coisa, eu vou respeitar porque eu sei que as pinceladas que foram passadas, somente mesmo aquelas pessoas que tem um carinho especial pela cultura indígena, somente mesmo algumas pessoas, muito pouquinha pessoas que vão à nossa aldeia, que visitam a gente que tem outra compreensão. Os estados que sabem que têm aldeia, que gostam verdadeiramente. Eu acho que não precisa nem gostar do índio, mas que respeitem a sua cultura, que respeitem que ele viva daquele jeito.

Por isso que eu ainda respondo às várias e tristes perguntas que chegam para mim, mas vai chegar uma hora que eu não vou responder mais não gente, quer saber, vai pra aldeia, vai lá ver também. Porque a gente está aqui na cidade, comprando roupa, fazendo uma série de coisas, então a gente paga imposto, vive aqui, então vá também lá, quer saber mais alguma coisa, não fica só querendo comprar cocarzinho, colarzinho para usar não, querem saber também o que ela significa, o que ela é pra nós.

Agora eu vou ler umas partes aqui mesmo, por isso nós propomos dentre outras diretrizes as ações contidas no documento das mulheres indígenas que solicitamos a incorporação ao conjunto de propostas apresentadas no processo de construção dessa conferência. Políticas afirmativas que visam incluir as mulheres índias no enfrentamento a pobreza, geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra, humanização da atenção e a saúde da mulher índia com atendimento diferenciado, inclusão de uma área temática específica para as mulheres índias dentro da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, e quando houver essa inclusão que esteja a índia lá dentro participando. Garantia da educação escolar para as mulheres índias nos três níveis, fundamental, médio e superior. Punição em forma de lei específica para qualquer tipo de discriminação à mulher índia.

Eu li esses cinco pontos por que são as que a gente achou bastante importante, a gente já passou isso aqui pra Secretaria e a gente já tirou várias cópias xerox desse documento que eu vou estar espalhando por aí. Peguem, distribuam e ajudem a gente.

E eu gostaria aqui, até vou levantar, eu gostaria de pedir mesmo para as mulheres negras, não querendo deixar as mulheres brancas de lado, mas para as mulheres negras, nós somos as mais discriminadas nesse país, vamos fazer um pacto, vamos nos levantar e vamos nos juntar porque eu acho que só assim que verdadeiramente as políticas públicas para a mulher vão ter mudança nesse país.

Muito obrigada!



políticas afirmativas

SPM
SEPPIR

negras e índias

16 de julho de 2004



Sr^a Maria Betânia Ávila.

As conferências municipais e estaduais já definiram os conteúdos que devem conformar as diretrizes. esses foram os espaços próprios e legítimos que alimentam este momento nacional. Então quero salientar a importância desse movimento que construiu a Conferência Nacional, com dificuldades, alegrias, tensões e contradições. em processos como esse, não lidamos só com convergências, ao contrário são as luta em torno das contradições que fazem avançar a democracia. sendo essa a primeira conferência nacional de políticas públicas para as mulheres, ela se constitui em um marco histórico.

movimentos sociais

Esse marco compromete o Estado e seus poderes, compromete também os movimentos sociais com especial relevância o movimento de mulheres. Temos que fazer do marco uma marca na nossa história política, mas também uma marca na real possibilidade de transformar a vida cotidiana das mulheres, levando em conta as desigualdades que existem entre elas e nesse sentido a situação de pobreza a qual milhões de mulheres estão submetidas. Essa marca que se constrói aqui, para ganhar força e capacidade de ação, exigirá dos governos um compromisso nunca antes concretizado na prática, que é aquele com a transformação real desse país. E exigirá de nós, movimento de mulheres, muita organização, capacidade de luta e nenhuma paciência ou condescendência com um sistema produtor de exploração e desigualdade.

políticas públicas

Políticas públicas para as mulheres devem se constituir em uma política de Estado. Uma política que deve ser um elemento estrutural da configuração de um estado democrático. É neste sentido que os resultados dessa conferência devem referenciar os valores e os conteúdos da ação estatal com vistas à superação da desigualdade de gênero relacionada às desigualdades de classe, raça e etnia. Igualdade, autonomia e liberdade esses são termos que referenciam movimentos de mulheres na busca da emancipação. São esses termos também que qualificam o conflito em torno da transformação do estado em uma perspectiva feminista. A realização dessa conferência deve fortalecer a legitimidade do movimento de mulheres como um sujeito político estratégico para a transformação da sociedade brasileira.

Reconhecemos que vivemos em uma democracia política, mas que essa democracia tem que avançar, pois ainda é plena de desigualdades. E que as possibilidades atuais são produto de uma história de luta que nos garantiu liberdade de expressão e organização política. E neste sentido é relevante compreender a importância dessa conferência como parte de um processo de participação política no âmbito do poder

16 de julho de 2004

executivo o qual deve trazer novos sentidos e novas práticas que façam avançar a democratização do estado. E neste sentido que façam avançar a participação das mulheres nos espaços de poder de decisão.

Achamos importante salientar que a Constituição Brasileira de 1988 rompeu com a institucionalização do poder patriarcal. Conquista sem dúvida nenhuma do movimento de mulheres que acirradamente lutou no espaço da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, reconhecemos que as práticas do estado e da sociedade ainda estão impregnadas da cultura de dominação masculina herdeira do poder patriarcal e que ainda se expressa com bastante vigor. Políticas culturais são imprescindíveis para superação da dominação no campo simbólico. Esse poder esteve historicamente vinculado à exploração de classe e à discriminação de raça. O patriarcado e a escravidão no Brasil são realidades históricas inextricáveis. Essa herança colonial ainda não superada é uma herança de violência que pesa também sobre o povo índio. Lembrar sempre é preciso, para que a história não se repita em forma de barbárie.

Compreendemos que a questão econômica e a questão social são indissociáveis. Temos que ligar as políticas macroeconômicas às políticas sociais. O compromisso incontornável com a superação da perspectiva neoliberal que impõe políticas macroeconômicas, voltadas para os interesses do mercado e produtoras de pobreza e violência, é para nós uma diretriz sobre a qual devem estar delineadas as políticas públicas de curto e longo prazos.

As política sociais compensatórias impostas pelo ajuste estrutural, servem para manutenção da pobreza, pois nem sequer trazem alívio para a situação das populações pobres, porque como está constatado em dados sobre os impactos da globalização econômica e financeira, esta globalização trouxe mais concentração de riqueza e conseqüentemente aumento da pobreza e de sofrimento humano. Direitos sociais que assegurem políticas universais são imprescindíveis como diretriz que se contraponha a esse modelo e assegure a sua superação.

Neste contexto de conservadorismo imperialista e fundamentalismo religioso no qual se fazem guerras, violações terríveis aos direitos humanos e atos de repressão e violência sexual, a defesa de um estado laico é um bem inestimável para este país e para o mundo. O Estado brasileiro é um Estado laico. Neste sentido é importante resgatar que uma das conquistas primordiais da democracia moderna é o estado

Constituição de 1988

poder patriarcal

políticas sociais



Estado laico

laico. Na perspectiva das lutas de emancipação e do contexto mundial atual essa é uma premissa a ser recolocada sempre como valor e como condição básica da vida democrática.

divisão sexual do trabalho



O trabalho das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva está marcado pela desigualdade da divisão sexual do trabalho. Consideramos que as políticas públicas devem garantir mudanças que tragam impactos a curto prazo na situação das trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas e que apontem na direção da transformação dos fundamentos dessa divisão. Políticas públicas que incidam, sobre o desemprego e a falta de renda para as mulheres, sobre as relações trabalhistas para garantir os direitos, e sobre políticas sociais que assegurem instrumentos coletivos de suporte a vida cotidiana e que dado o estado atual de desigualdade de gênero afetam diretamente a autonomia das mulheres. Instrumentos que minorem o fardo da dupla jornada e assim liberem o tempo das mulheres para usufruir outras dimensões da vida social, inclusive que liberem o tempo das mulheres agir como sujeito político.

mulheres camponesas

A terra para quem nela trabalha, é um direito das mulheres camponesas que ainda buscam para muitas a cidadania civil do acesso aos documentos que confere identidade pessoal e acesso às políticas, como crédito e posse da terra. Reforma agrária e reconhecimento como sujeito da transformação do campo neste país esse é um direito das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais.

direitos sexuais reprodutivos

Direitos reprodutivos e direitos sexuais estão relacionados a autonomia e a integridade da pessoa humana, pois o nosso corpo é o lugar primeiro da nossa existência. É o lugar onde habita o nosso eu, portanto esses direitos devem se manter e avançar como parte de uma política de estado. Como meio de combater a violência sexual e doméstica e de garantir uma vida reprodutiva plena de igualdade, assegurando as mulheres o direito a concepção e anticoncepção. Assegurando uma vivência da maternidade com dignidade, bem estar e como expressão de uma sociabilidade transformada, assegurando ainda o acesso a uma prática integralmente legal e segura do aborto, com respeito a decisão das mulheres. Esses são aspectos imprescindíveis de uma ética verdadeiramente centrada em uma cidadania voltada para vida cotidiana.

Partindo dos direitos sexuais a liberdade de orientação sexual se institui como parte dos direitos humanos. Essa liberdade como premissa de uma vida social civilizada é sim um legado dos movimentos *gay* e lésbico e feminista à democratização das relações humanas.

16 de julho de 2004

As mulheres, profissionais do sexo, através de sua organização política tem trazido para a esfera pública a relação entre cidadania e a sexualidade com campo de trabalho remunerado.

profissionais do sexo

Cabe ao Estado promover esses direitos como um valor coletivo que promova a superação dos preconceitos, das discriminações e da violência que eles causam.

É sobre a sexualidade e sobre o corpo das mulheres que se desenvolve com mais força a indústria da mercantilização do prazer e da banalização da exploração sexual. É também nesse terreno que a força repressiva das instituições conservadoras tem produzido controle e abusos em nome de princípios transcendentais.

Por fim quero trazer nossa defesa intransigente das políticas públicas para igualdade racial que possam garantir de imediato novas perspectivas na vida das mulheres negras, e que sejam definitivamente o caminho da superação do preconceito da desigualdade e da construção de um país verdadeiramente democrático. O preconceito de raça e a desigualdade que pesa sobre as mulheres negras é o signo de uma herança que queremos destruir.

igualdade racial

O caminho da nossa emancipação e da nossa igualdade atravessa as linhas tortuosas que conectam as desigualdades entre nós mesmas. Por isso na defesa de políticas públicas que configurem um estado democrático e produtor de justiça social temos que ter consciência crítica sobre a realidade social, compromisso para transformá-la e solidariedade no olhar de nós sobre nós mesmas.

16 de julho de 2004



Ministra Matilde Ribeiro.

Bom dia a todas as pessoas presentes nesta Conferência.

Quero cumprimentar a ministra Nilcéa Freire e, na sua pessoa, cumprimento os demais componentes da mesa.

Gostaria também de saudar, neste momento, as mulheres de todos os cantos do Brasil, representadas pelas delegadas e outras participantes desta Conferência.

Cumprimento às parlamentares, gestoras, servidoras que fazem de seu exercício profissional a busca para políticas públicas de promoção da igualdade.

Gostaria de felicitar a organização do evento, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, mas que, com toda certeza, contou com mulheres e homens de diversas organizações, órgãos públicos e particulares, construindo a base da infra-estrutura dessa Conferência.

Também gostaria de cumprimentar os homens aqui presentes, e desejar que esse momento não seja ímpar em suas vidas...

E elas nunca se cansam...

Essa frase está contida num vídeo, exibido recentemente para mulheres da América Latina e do Caribe, e retrata a organização feminista na América Latina e no Mundo, desde 1975 – Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU. Aparentemente simples, esta frase sintetizou as várias formas de participação das mulheres e a continuidade na luta por seus direitos e por uma vida digna para toda a humanidade.

O evento em questão foi a 9ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, promovida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe) no período de 10 a 12 de junho, no México. Nesta conferência participaram mulheres representando governos e sociedade civil, levando suas experiências locais propositivas para a melhoria de vida das mulheres.

Analisando esta frase e pensando nas diversas formas de organização feminista, verifico alguns fatores que contribuem para que as mulheres façam a diferença e deixem suas marcas: a persistência, a obstinação e, acima de tudo, a crença em um mundo melhor. Sei que muitas vezes *elas se cansam*. Mas também sei que *elas não desistem* facilmente!

9ª Conferência Regional
sobre a Mulher - CEPAL

16 de julho de 2004

Se, por motivos diversos uma ou outra mulher se retira da luta, novas surgem, tocando adiante o ideal coletivo pela igualdade, liberdade e justiça. Foi assim na conquista da abolição da escravidão, na luta pelo direito ao divórcio, na inserção dos direitos das mulheres na reforma constitucional e na ampliação da representação da mulher em todos os espaços políticos e sociais.

conquistas da mulher

As mulheres negras do mundo se encontraram na França, dias 01 e 02 de julho de 2004, no I Congresso Mundial da Mulher Negra Líder, evento que reuniu mulheres negras de diferentes partes do mundo e que, a partir de suas ações políticas e militantes somam ao mundo os seus protestos, suas reivindicações, mobilizações sociais, ações profissionais e conquistas políticas.

mulheres negras

Esta perspectiva vai ao encontro da quebra da invisibilidade historicamente imposta às mulheres negras, invisibilidade criada e mantida pelo machismo e pelo racismo, as formas contemporâneas mais perversas e silenciosas de exclusão. Neste sentido, é necessário identificar que as desigualdades sociais impostas às mulheres não atingem a todas na mesma dimensão, pois as mulheres negras e indígenas vivem uma situação de maior vulnerabilidade em relação às mulheres brancas.

Sabemos que as desigualdades de gênero se tornam muito mais acentuadas quando somadas à vulnerabilidade da condição de vida dos grupos racial e historicamente discriminados. Isto aparece explícito no discurso de Kofi Annan, por ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, na África do Sul, em 2001:

Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a serem desproporcionalmente pobres, afetadas pelo desemprego e menos escolarizadas do que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente menor expectativa de vida. Estas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro.

A afirmação de Kofi Anan foi direcionada às condições da população negra e de grupos outros étnicos discriminados, mas sem sombra de dúvida, reforça a frase que ouvi no México: "E elas nunca se cansam...". É grande a aposta em um futuro pauta-

16 de julho de 2004

do na justiça social e racial e, a lista de mulheres negras brasileiras que também fazem desse objetivo sua luta cotidiana, é enorme. Muitas delas fazem desse objetivo seu propósito, seja no exercício profissional, seja na militância, ou simplesmente na sua imagem. Aqui apresentamos algumas que se destacam:



Ruth de Souza que teve sua primeira experiência artística no Teatro Experimental do Negro, nos anos 40, com a peça "O Imperador Jones". Foi a primeira atriz negra a pisar no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Atuando nas primeiras radionovelas brasileiras, foi através de muita luta contra a discriminação racial que conseguiu ser uma das referências da Tv Brasileira, exercendo papéis de destaque e concorrendo a prêmios internacionais. Um exemplo disso é sua indicação para o prêmio de melhor atriz, na edição do Festival de Veneza de 1954. Disputou o Leão de Ouro com monstros sagrados do cinema mundial, como comenta Ruth: "Concorri com Katharine Hepburn, Michele Morgan e Lili Palmer, para quem perdi por dois pontos. Mas só com a indicação já me senti 'premiada'". Filha de lavadeira e lavrador, reproduz, com muito orgulho, as histórias que viveu, quando diziam-lhe que seu sonho era impossível: uma menina negra tornar-se artista de renome.

Laudelina de Campos Melo que nasceu em 12/10/1904 em Poços de Caldas, em Minas Gerais, e que ainda jovem integrou a Frente Negra Brasileira. Em 1936 criou uma Associação das Empregadas Domésticas, fechada em 1942, quando atividades políticas foram proibidas em função do Estado Novo. Mais adiante, em 1961 em Campinas, fundou a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, para defesa dos direitos sociais e intermediação de conflitos entre patroas e empregadas, uma vez que não havia legislação trabalhista para a categoria. Em 1988, esta associação foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos. Laudelina morreu em maio de 1991, na cidade de Campinas.

Lélia de Almeida Gonzalez que também nasceu em Minas Gerais, filha de pai negro e mãe indígena, foi militante da causa da mulher e do negro. Historiadora e Filósofa, tornou-se mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Na condição de pesquisadora, explorou ao máximo o espaço acadêmico para desenvolver pesqui-

16 de julho de 2004

sas sobre mulheres e negros. Na vida política se destacou como participante, nos anos 70, da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Foi membro do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN); do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga; e, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Atuou, também, em partidos políticos como primeira suplente de Deputado Federal, pelo PT em 1982 e suplente de Deputado Estadual pelo PDT, em 1986. Lélia morreu nos anos 90 no Rio de Janeiro.

Benedita da Silva que é natural do Rio de Janeiro, começou a trabalhar cedo: vendeu limão e amendoim, foi operária fabril e entregava a roupa lavada e passada por sua mãe. Foi professora de escola comunitária, onde fundou a Associação das Mulheres do Chapéu Mangureira. Tornou-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos eletivos da história do Brasil: vereadora (em 1982), deputada federal constituinte (1988), reeleita para um segundo mandato em 1990, senadora, em 1994, vice-governadora e, posteriormente governadora (2002). Seus mandatos foram marcados pela defesa das mulheres e negros. Em 2003 Benedita foi Ministra do Ministério de Assistência Social, no Governo LULA, onde teve a oportunidade de conciliar os conhecimento teóricos, a militância e o aprendizado parlamentar.

Essas brasileiras, incansáveis em suas ações, quebraram lógicas excludentes e apontaram novos rumos para a população negra, para as mulheres, e para os pobres. Independente de idade, escolaridade ou profissão, fizeram de suas histórias de vida exemplos de garra no combate ao machismo, ao racismo e à exclusão. Com isso, reafirmase a máxima de que “elas nunca se cansam” e de que “querem sempre mais”!

Elaborar um Plano Nacional é uma tarefa árdua. A transversalidade entre gênero e raça é fundamental não apenas para a elaboração de políticas voltadas para a população mais vulnerável, quanto para aliar os conhecimento dos movimentos sociais que lidam com a exclusão e que, de certa forma, já reuniram um cabedal de conhecimento importantíssimo para o poder público.

Consciente dessa necessidade, a SPM já trouxe, no Eixo Temático 5, “Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação, e produção de conhecimento para a igualdade”, a proposição de ações afirmativas. Ao atentar para a necessidade de “formular políticas de ações afirmativas que possam ser desenvolvidas de modo trans-

Plano Nacional de
Políticas para as Mulheres

16 de julho de 2004

versal, estabelecendo parcerias com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, SPM inova, em abrangência nacional, o que já vem sendo proposto em âmbito internacional.

raça e etnia

O Plano Nacional de Política para as mulheres, ao incorporar as questões de raça/etnia, vai de encontro ao propósito internacional de combate à desigualdade. Recentemente, na 9ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, foram enfatizadas as diferentes condições econômicas e sociais das mulheres, muitas vezes resultantes de processos culturais excludentes, ponto convergente tanto na exploração profissional e econômica, quanto na feminização da pobreza.

movimento de mulheres

A participação do movimento de mulheres em diversas conferências tem permitido a elaboração de documentos e subsídios para a formulação conjunta de políticas de combate à pobreza, trazendo à tona as reais condições das mulheres em relação ao exercício pleno de cidadania e de conquista de direitos. Importante salientar que a mobilização, o protagonismo, e o acompanhamento das formulações normativas e políticas nacionais e internacionais, reafirmam que os Movimentos Negros e de Mulheres Negras, têm desempenhado, no processo de formação da nação brasileira, um papel fundamental na denúncia do mito da democracia racial e na elaboração de propostas de políticas públicas que contribuam para a alteração do quadro de desigualdade e opressão, não apenas racial, mas também de gênero.



Porém, as maiores dificuldades em relação à conquista de políticas equitativas estão na relação da incorporação da perspectiva de gênero nos assuntos de decisão políticas, com a falta de respaldo jurídico institucional e o cumprimento de normas e tratados em âmbito internacional. O marco jurídico para enfrentamento da discriminação de gênero, deve estar aliado à participação do Brasil em tratados e convenções internacionais de diferentes matizes. Somente assim é possível promover a equidade de gênero com recortes párea raça, etnia, localidade, orientação sexual, condição civil, etc.

Considerando as condições das mulheres em relação ao mercado de trabalho, à educação, à saúde (o eixo contemplado com 923 propostas aprovadas no processo das conferências estaduais, considerado um campo onde as mulheres mais acumularam na discussão das políticas públicas) a busca por uma gestão democrática e equânime tem sido, sem dúvida, o maior dos compromissos dos movimentos de mulheres em qualquer que seja a área de atuação: feministas, negras, indígenas, negras, quilombolas...

Padrões culturalmente estabelecidos são um dos obstáculos da conquistas da equidade: a erradicação da pobreza e das péssimas condições de vida e cidadania das mulheres em situação de vulnerabilidade estão diretamente relacionadas a manutenção do estereótipo do poder. Também são as maiores dificuldades para a incorporação da transversalidade nas políticas públicas.

O Brasil tem suporte governamental: ministérios e secretarias especiais, bem como órgãos em nível estadual e municipal são bases para a superação da distância entre as leis e a efetivação dos direitos. O contexto de debilidade institucional e as dificuldades (morais e técnicas) de gestão impedem o cumprimento e o aumento do alcance das políticas afirmativas com recortes de gênero.

Durante todo o processo preparatório da Conferência, verificam-se avanços políticos traduzidos na formulação dos eixos e diretrizes muitos bem fundamentados e abrangentes. Podemos notar, por exemplo, que a menção a relação de gênero, raça e etnia está presente em todos os eixos e diretrizes temáticas, aparecendo em diferentes espaços, em número considerável de vezes e, com apontamentos para as mulheres negras e indígenas, propondo acordos e pactos entre mulheres brancas, negras e indígenas.

Devo destacar a importância de instrumentos para o “controle social”: a sinalização de ação planejada e sistematizada (proposição, execução e monitoramento), apontando para realização de conferência a cada três anos. Isso remonta a necessidade de elaboração de documento propositivo que incidirá no orçamento, reelaborando a definição de prioridades de governo. Com isso, temos o Estado reconhecendo a desigualdade de gênero e formulando, conjuntamente com o movimento social, ações para a justiça social.

A partir do momento em que as políticas de governo se fortalecem, e isso somente é possível a partir de aliança, principalmente com ações dos movimentos sociais organizados, pode-se articular o empoderamento das mulheres. Embora a demanda seja maior que a estrutura, somente alianças pautadas nas experiências práticas e educativas podem propor, em um período menor de tempo, a alteração da cultura machista e racista.

Desejo a todas um excelente evento.

Srª Nalu Faria

movimento feminista

O primeiro aspecto que quero ressaltar é o papel da luta das mulheres e do feminismo para a nossa presença aqui, ou seja, para que esteja acontecendo neste momento essa conferência. Foi a partir do feminismo que emergiu como questão política a situação de opressão vivida por nós mulheres e trouxe para a esfera pública e para o campo dos direitos várias questões até então consideradas apenas questão individual, parte da vida privada.



Como parte desse processo foi questionada a suposta neutralidade do Estado e também explicitou o funcionamento do mercado e sua relação com a estrutura de família, houve a denúncia intransigente de todas as formas de preconceito, discriminação e violência. Foram colocadas em questão e para serem repensadas nossa subjetividade, nossa percepção e nossas práticas. Nós mulheres nos tornamos sujeitos de transformação em todos os campos da vida pública e privada. E isso está inteiramente ligado como nossa auto-organização por autodeterminação, por autonomia e por igualdade.

Entre os resultados, podemos celebrar que as mulheres saíram da invisibilidade e hoje nos expressamos em nossa pluralidade como mulheres negras, brancas, urbanas, rurais, quilombolas, indígenas, de diferentes idades e em nossa diversidade de exercício da sexualidade.

movimento social e governo

Um segundo elemento a ser ressaltado é o sentido dessa Conferência e a importância de que em nesse momento ocorra o debate conjunto entre movimentos de mulheres e governo para a definição de um projeto para o conjunto da sociedade e que envolva a elaboração de políticas em todos os níveis do Estado. Afirmamos que consideramos como o horizonte desse processo a construção de uma sociedade em que coloque um fim para a exploração e que, portanto reforce a luta do movimento de mulheres por autonomia e igualdade para as mulheres.

política para as mulheres

A discussão sobre diretrizes para uma política para as mulheres deve ser proposta a partir do que é a dinâmica atual da sociedade brasileira. O Brasil tem como principal característica ser uma sociedade hierárquica, onde as desigualdades de classes são assentadas nas desigualdades de gênero, raça e outras formas de opressão como geração, sexualidade, deficiência, contextos regionais.

neoliberalismo

O outro balizador é o contexto neoliberal que estamos vivendo e isso nos remete a olhar para mais de uma década atas e suas conseqüências. O neoliberalismo se

16 de julho de 2004

implantou em um momento em que as mulheres estavam avançando nas suas reivindicações de cidadania ativa e, portanto de conquista de direitos em uma perspectiva de sujeitos de transformação. Nesse contexto a globalização econômica, as políticas de ajuste e conservadorismo em geral fizeram retroceder os avanços que estavam sendo duramente conquistados.

Esse processo foi legitimado pelos organismos multilaterais e colocou o paradoxo: enquanto se avançava na normalização e declaração de direitos nas Conferências da ONU, o mercado organizava nossas vidas. Nunca é demais lembrar que foi no mesmo ano em 1995 quando se comemorava os avanços da IV Conferência da Mulher em Pequim que se criou a Organização Mundial do Comércio - OMC. E todas nós sabemos e experimentamos o significado da OMC no ataque aos nossos direitos e na garantia das transnacionais e, portanto, do livre mercado.

O que se coloca hoje é como conter a expansão do mercado sobre nossas vidas. Não é possível discutir isso sem abordar as relações imperialistas que têm imposto uma enorme transferência de recursos dos países do sul para os países do norte. Neste processo o EUA é o principal sugador como forma inclusive de suprir seu déficit público.

Dentro dessa perspectiva que querem incluir no âmbito da OMC a agricultura e os serviços. Na América Latina não temos a menor dúvida que esse é o sentido da proposta da ALCA, ou seja, a política de neo-colonialismo dos EUA. É essa lógica que tem privilegiado o capital financeiro e que os países da América Latina têm que manter o ajuste para gerar superávit primário e seguir pagando os juros da dívida eterna e já paga tantas vezes. Nós temos demonstrado que somos os credores de uma dívida social, de gênero, de raça e ambiental.

O enfrentamento a essa lógica é fundamental para que as políticas nacionais possam promover mudanças estruturais que se orientem para a ruptura com o livre mercado e conter a expansão do mercado sobre nossas sociedades. A partir disso será possível recuperar o papel do Estado como indutor de um novo projeto de sociedade voltado para o mercado interno e para o consumo de massas, portanto de produtos básicos para o bem estar e para a garantia dos direitos de todas e todos.

A Conferência tem de ter um posicionamento radical sobre o que significa ter políticas para garantir a autonomia das mulheres e permitir a sua condição de sujeito nesse novo modelo de desenvolvimento. Isso pressupõe a combinação de políticas

Beijin
Organização Mundial do Comércio

ALCA



políticas para as mulheres

redistributivas e de garantia de direitos sociais de caráter universal, combinadas com políticas específicas voltadas para o combate à desigualdade das mulheres no sentido do rompimento com a suposta neutralidade do Estado.

público e privado

Um elemento central é o rompimento com a lógica de que divisão entre o público e o privado - e isso é ideológico, não confere com o cotidiano. Ainda vivemos sob a idéia de que as mulheres estão em casa e os homens estão no trabalho. Isso faz com que nada se modifique em casa quando as mulheres saem para trabalhar. Ao longo dos anos, o Estado acabou atuando como se as mulheres fossem um recurso interminavelmente disponível para complementar suas ações. Por isso, em nosso país, a educação em período integral e as creches nunca foram prioridade. Parece que sempre há uma mulher esperando a criança depois das suas 4 horas de aula.

Romper essa relação entre o público e o privado, que também é uma divisão entre a produção e a reprodução - e esta última está a cargo das mulheres - é repensar o paradigma da sociedade, é romper aquela lógica de mercado que mencionei anteriormente e colocar o cuidado com a reprodução da vida humana como centro da nossa atenção. Isso significa repensar as políticas sociais e exercer um papel ativo para que as tarefas domésticas sejam compartilhadas por homens e mulheres.

autonomia para as mulheres

Para garantirmos autonomia às mulheres são necessárias políticas específicas voltadas para elas em três níveis. O primeiro é a autonomia pessoal e econômica, ou seja, o direito ao emprego, a igualdade salarial, o acesso à terra, ao crédito, à profissionalização e à educação igualitária. O segundo é a atuação do Estado para alterar essa divisão sexual do trabalho em casa e no mercado, quer dizer, a construção de creches, a escola em período integral e uma política cultural e um trabalho educativo de incentivo à divisão do trabalho doméstico.

autonomia sobre o corpo

A terceira diretriz é que se garanta autonomia sobre o corpo das mulheres. Nesse tema colocamos todas as questões da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais e do direito a viver sem violência. Sabemos que, no período do neoliberalismo, uma das coisas que aumentou foi o mercantilismo do corpo e da vida das mulheres. Não aumentou só o tráfico para os países europeus, a prostituição infantil e a utilização das mulheres nos tais trabalhos de entretenimento ou turismo sexual, mas também a imposição de um padrão de consumo para as mulheres. Isso faz com que tenhamos

16 de julho de 2004

um mal-estar com o nosso corpo, querendo, em todo o momento, sermos outra coisa por meio da utilização dos intermináveis cosméticos, das lipoaspirações, das ginásticas, das cirurgias plásticas, das injeções de colágeno, dos *botox*, e assim por diante. Temos a idéia de que o nosso corpo, todo o tempo, está defeituoso e precisa de uma intervenção, e isso não pára apenas na questão do padrão de beleza estrito.

Há também a medicação. Em nome das novas tecnologias e da idéia de que os remédios não fazem mal, as mulheres voltaram a tomar, cada vez mais, antidepressivos, e a ver sua menstruação com interferências, como, na menopausa, as tais terapias de reposição hormonal (TRH). Hoje há pesquisas consistentes que demonstram justamente que aumentaram as doenças cardiovasculares que os médicos diziam que diminuía. Temos também a supressão da menstruação nas jovens e a construção de uma TPM (Tensão Pré-Menstrual), sempre com a idéia de que o corpo da mulher falha e necessita de uma intervenção médica. Então, a nossa conferência deve também se posicionar quanto a isso, ou seja, desconstruir mitos e trabalhar com a sociedade uma nova visão sobre os temas.

Uma política de combate à violência passa por assistência às mulheres vítimas, por um trabalho de prevenção e informação e também pela revisão de questões legais.

Pensar igualdade para as mulheres passa por políticas universais para o modelo de desenvolvimento e políticas específicas de ações afirmativas que levem em conta a diversidade da situação das mulheres. Não somos apenas brancas, somos mulheres brancas e negras; somos urbanas e rurais; somos indígenas, somos jovens e velhas; somos heterossexuais e homossexuais. Isso tem definido condições e discriminações diferenciadas. Portanto, nessas políticas universais e específicas devem levar em consideração esse conjunto. Para isso, é extremamente importante que espaços de debates e de participação estejam sempre abertos.



violência

ações afirmativas e diversidade

16 de julho de 2004



Srª Maria Laura Sales Pinheiro.

Bom dia. Bom dia à ministra Nilcéa Freire, aqui nossa delegada número um; às delegações estrangeiras; à delegação angolana, que não esteve conosco ontem, mas temos certeza absoluta que desde o momento em que vocês decidiram vir a esta Conferência, vocês já estavam conosco. Muito obrigada pela presença entre nós. Bom dia às minhas companheiras de Mesa: Dirce, Bethânia, Nalu, a ministra Matilde, que tem sido, desde o primeiro momento, uma grande parceira, como ela mesma diz, muito mais do que estratégica - é importante que o que é verdade a gente continue dizendo. Bom dia à Mara, nossa Secretária de Mulheres do Governo do Estado do Acre que está aqui com sua filhinha, a Maria, que completa hoje três meses, companheiras. Três meses faz a Maria, e a Mara já está nos ajudando a construir esse momento, o da nossa Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A Mara está entre as Marias que, neste país, continuam a nossa luta e que não se cansará, ministra Matilde, tenho certeza.

Companheiras, delegadas, todas e todos que estão aqui presentes. Eu podia até ficar calada, podia não dizer mais nada, mas eu vou dizer. Podia não dizer nada porque eu sinto que há uma sintonia muito grande entre o que está sendo dito nos painéis, tanto de ontem como o de hoje.

No entanto, é importante a gente repetir, porque repetir é reafirmar. E reafirmar é mostrar o compromisso que nós temos. Por isso, algumas coisas vão ser repetidas, eu vou tentar somar nessa discussão que nós estamos fazendo aqui, que tem o objetivo de subsidiar as discussões que vão ser feitas nos grupos, que terão por base o que está neste caderno que a ministra Matilde mostrava, quando ele ainda estava xerocado. O caderninho que vai estar nos grupos é esse, bonitinho, com a nossa cor, e que é fruto do trabalho da Comissão de Relatoria da nossa Conferência, que contou com a presença da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e de representantes da sociedade civil, indicadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Companheiras, como juntar em um momento só a emoção que a gente está vivendo? Eu diria que a eleição de um operário para a Presidência da República é uma enorme conquista da sociedade, e já fala da particularidade do momento histórico que vive nosso país.

Esta Conferência é uma conquista. E eu ressalto esses elementos porque é nos apropriando dos avanços, das conquistas, das construções que são feitas na sociedade, que nós construímos e avançamos na nossa história.

16 de julho de 2004

O nosso Governo, com o Presidente Lula, em apenas 18 meses de Governo, realiza a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres no nosso país, nesse 2004, Ano da Mulher no Brasil. E a gente sabe que já se passaram 29 anos, desde o ano de 1975, quando, no México, aconteceu a 1ª Conferência Mundial. Muitas mulheres brasileiras, que inclusive estão aqui hoje, além de outras que já se foram, participaram daquela Conferência.

conferências de mulher

Foi necessária muita história e muita luta para que nós chegássemos aqui, 29 anos depois, para realizar a nossa I Conferência Nacional. Parabéns a todas nós. Parabéns a todas por acreditar na História.

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial para tratarem das questões de gênero, das questões de raça e das questões dos direitos humanos como referências para a construção das diversas políticas públicas, já é indicador do compromisso do Governo com a promoção e com a inclusão social, estabelecendo novos paradigmas, compreendendo a diversidade e a pluralidade. Indicando, portanto, outro rumo para a intervenção do Poder Público.

criação das Secretarias Especiais

Nós vivemos sob um Governo que adota as Conferências como instrumento de gestão, valorizando experiências governamentais e o acúmulo de práticas dos movimentos sociais. Isso altera a lógica do planejamento. Isso gera, além da participação, legitimidade na construção, provoca a cumplicidade. E mesmo que os resultados concretos não sejam visíveis imediatamente, essa prática constrói uma nova forma de relação com a sociedade, uma nova forma de relacionamento de Estado e governos.

conferências

O Presidente Lula, ao abrir a Conferência dos Esportes, disse assim: “No meu Governo, o que é feito é tão importante quanto a maneira de fazer”. Eu acho que essa questão coloca também para nós o significado da construção estratégica dessa Conferência. Nós também estamos em um Governo que compreende a autonomia dos movimentos sociais. A Nalu, em sua fala, nos dizia: “O nosso Governo...”. Isso demonstra que os movimentos sociais sabem que apoiando o Governo, sentindo-se responsáveis pelo Governo, não perdem a liberdade de criticá-lo. Porque isso ajuda a construir as forças necessárias para que o Governo responda da forma mais positiva às necessidades e aos anseios da população. Neste Governo as demandas da sociedade, além de serem ouvidas, não são reprimidas.

16 de julho de 2004



Eu fiquei coçando a língua, para ver se dizia isso aqui ou não. Mas eu lembro, como se fosse hoje, da primeira greve dos petroleiros neste país, no início do primeiro mandato do Governo que nos precedeu. As pessoas atentas àquele momento sabem a repressão que se abateu contra os petroleiros em greve no nosso país. Aquilo ali foi a sinalização para a forma como o Governo trataria os movimentos que ousassem, certamente, entrar em greve.

O Presidente Lula, ao convocar a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, deu uma demonstração clara de que, para efetivar a inclusão, como objetivo estratégico de Governo, é necessário que as políticas públicas incorporem as desigualdades de gênero, as desigualdades de raça – e nós vamos continuar repetindo – e as desigualdades étnicas.

A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em nome do Governo Lula, se dirigiu a todos os Governadores e Governadoras, Prefeitos e Prefeitas deste país, convocando-os a assumir, juntos, o desafio de construir esta Conferência. Ao mesmo tempo em que propôs como estratégia esta forma de parceria com a sociedade: movimentos de mulheres e feministas, o fez pela convicção de que nesse processo era fundamental o diálogo com os organismos governamentais, que são os responsáveis, ou virão a ser, pela execução das políticas públicas que serão tiradas nesta Conferência.

Eu acho que a estratégia adotada para a construção da Conferência, por si só, já indica qual é a estratégia de gestão do nosso Governo e que desdobramento nós queremos como resultado dessa Conferência.

Companheiras, delegadas e convidadas, ontem o ministro José Dirceu e o próprio Presidente Lula, além de outros, se referiam aos últimos 50 anos de nossa História recente e falavam dos avanços, dos recuos, e eu digo: das ditaduras, dos neoliberalismos – não é, Nalu? E, hoje, temos um Governo, e isso também o ministro José Dirceu disse ontem, que se apropria da concepção de que o que é dever do Estado e direito da cidadã e do cidadão, para serem efetivados, exigem políticas públicas.

Ouvimos o ministro José Dirceu ontem quando ele dizia que no nosso Governo o papel do Estado foi recuperado, como financiador do desenvolvimento. Nós dizemos também, e eu digo, com toda a certeza, que o nosso governo rompe com o modelo do Estado mínimo e que entende que cabe ao Poder Público garantir a universalida-

16 de julho de 2004

de dos direitos, alterando as desigualdades e ressaltando que esta alteração precisa também ser considerada, do ponto de vista das relações de gênero, raça e etnia, modificando as relações de poder e acesso a direitos, em sua dimensão social e política.

“A apropriação de uma Política Nacional para Mulheres, em direção à igualdade de gênero, implica em reconhecer que a organização do Estado, especialmente a sua lógica de formulação de políticas, interfere na vida das mulheres reproduzindo ou alterando padrões de relações de gênero. E exige, também, uma nova institucionalização que absorve o diálogo entre distintas esferas de Governo e a presença das mulheres como protagonistas deste processo”.

Política Nacional para as Mulheres

A efetivação da Política Nacional para Mulheres exige a institucionalização de organismos executivos, de articulação e implementação, ao nível dos estados e municípios: secretarias, coordenadorias, o que for possível construir dependendo da correlação de forças.

conselhos da mulher

É também importante destacar que o reforço, a criação e o fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Mulheres, como espaços de participação das mulheres e de controle social são fundamentais para que os organismos executivos tenham, de fato, a possibilidade de adotar também a construção de políticas, considerando o acúmulo da luta das mulheres e dos movimentos feministas.

Para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Política Nacional para as Mulheres orienta-se, entre outros princípios – e, aqui, eu vou repetir um rol de coisa – o da igualdade na adversidade, da universalidade dos direitos, da autonomia das mulheres. Estes, sem sombra de dúvida, são base para a construção dos planos governamentais – e aqui eu estou colocando no plural. No atual contexto de desigualdades, consideramos, também, necessárias, políticas afirmativas como instrumento para promover oportunidades que ao longo da História foram negadas às mulheres, às mulheres negras, às mulheres índias. Atender, de forma afirmativa as desigualdades, superando-as, é fundamental para construirmos a igualdade de oportunidades.

No entanto, sabemos que só por meio de políticas públicas efetivas, permanentes, estruturais e estruturantes poderemos de fato construir novos valores, rompendo padrões, e estabelecendo novos paradigmas.

As Conferências Estaduais – repito um dado que já foi dito aqui – produziram 3.844

16 de julho de 2004

propostas que são indicativas de programas, ações, projetos, sugeridos aos Governos municipais, estaduais e ao Governo Federal.

documento base

A Comissão de Relatoria produziu este documento que as delegadas desta Conferência vão analisar, tomando posições e decisões nos grupos e na Plenária Final. São 40 diretrizes pontuadas no eixo de enfrentamento da pobreza, geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra.



Plano Nacional de
Políticas para as Mulheres

No eixo que trata da superação da violência contra as mulheres, identificamos 16 diretrizes. Já o eixo sobre a promoção do bem-estar às mulheres, que abrange saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais, engloba 60 propostas de diretrizes. O que trata da efetivação dos direitos humanos das mulheres, dos direitos civis, políticos, sexuais e reprodutivos, contém 14 diretrizes. E o eixo de desenvolvimento das políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade, gerou 33 diretrizes. O documento acrescenta princípios e diretrizes gerais – a própria ministra Matilde já se referiu a eles, também, como eu – que vão nortear a discussão, nos grupos que vocês vão constituir daqui a pouquinho.

Então, é sobre esse material que as delegadas vão se debruçar e, democraticamente, deliberar, contribuindo, assim, ativamente, com a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Nós observamos uma grande similaridade nas propostas, o que indica, e nos alegra, o acúmulo da sociedade sobre os temas e a maturidade do debate. Ao mesmo tempo, observamos que muitas dessas propostas, já estão sendo absorvidas pelo próprio Governo, mas nós temos certeza absoluta que elas serão reforçadas quando legitimadas nessa Conferência Nacional. E isso dá, cada vez mais, a dimensão da importância desse espaço nacional.

Para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a consequência desta Conferência é fundamental para a ampliação e institucionalização, nos Governos estaduais e municipais, de mecanismos que gerem políticas para as mulheres, em diversos níveis.

Institucionalizar significa criar Secretarias nos Estados e nos Municípios, incorporar os desafios a serem superados nos objetivos estratégicos dos governos, visando a construção da igualdade.

Na construção do Plano Plurianual 2004/2007 consta o desafio da promoção da

16 de julho de 2004

igualdade de gênero e de raça com programas e projetos que nosso Governo assumiu, estrategicamente. O que significa, incorporar as categorias de gênero e raça para a construção de indicadores no planejamento governamental dos Estados e Municípios; capacitar os gestores; construir mecanismos de monitoramento da execução das políticas, possibilitando a desagregação de indicadores. Significa também incorporar nas pesquisas e no Censo os indicadores de gênero nas diversas áreas de políticas públicas; significa explicitar, nos programas, projetos e ações dirigidos às mulheres, as metas físicas, as financeiras e os recursos orçamentários, porque nós sabemos que é dessa forma que nós vamos estar criando as condições para alterar o cotidiano da vida das mulheres.

Precisamos, também, criar elementos para monitorar, cada vez mais e melhor, o cumprimento dos acordos internacionais.

acordos internacionais

Portanto, companheiras delegadas, termino a minha fala dizendo que ao final do nosso Governo nós queremos saber quantas mulheres foram incorporadas no trabalho formal, quantas mulheres se integraram à Previdência Social, quantas jovens mulheres tiveram acesso ao primeiro emprego, quantas mulheres acessaram o PRONAF e outras linhas de crédito; quantos hospitais a mais foram habilitados para fazerem o aborto previsto em lei - hoje, ainda em número insuficiente; quantos Estados criaram Secretarias para as Mulheres, quantos Conselhos foram fortalecidos, quantas mulheres, com título de propriedade de terra, quantas mulheres com documentação.

Nós queremos conhecer a realidade do Brasil, porque nós temos certeza do nosso compromisso com a alteração dessa realidade. Nós estamos aqui, companheiras delegadas, ministra Nilcéa, ministra Matilde, delegações estrangeiras, estamos aqui, possibilitando a construção de um legado para a sociedade brasileira, e dando a nossa contribuição para o mundo.

O que esta Conferência decidir deverá ser apropriado pela sociedade, porque ela é muito mais ampla do que os Governos. Nós sabemos que os Governos são frutos de momentos históricos, de correlações de forças e que eles contêm, também, contradições. Temos certeza de que é necessário que, estrategicamente, se compreenda o momento que estamos vivendo e o significado de cada decisão que tomarmos.

Nós estamos certas de que, no Governo do Presidente Lula, fazemos a diferença na medida em que entendemos que a construção da História passa por tudo que nós vivemos e que nós estamos fazendo nesse momento. Muito obrigada.

17 de julho de 2004

RESOLUÇÕES

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

RESULTADOS DA PLENÁRIA FINAL

17 de julho de 2004

NOTA METODOLÓGICA



Durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o processo de elaboração das diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres se deu a partir da discussão do Documento “Propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres”, nos 20 grupos de trabalho constituídos durante a Conferência.

Todos os 20 grupos discutiram a parte geral deste Documento “Natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia”.

Os cinco eixos temáticos que faziam parte do Documento foram discutidos, cada um deles, por 4 grupos.

Eixo Temático 1 – Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.

Eixo Temático 2 – Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento.

Eixo Temático 3 – Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais.

Eixo Temático 4 – Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.

Eixo Temático 5 – Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

O trabalho de sistematização das discussões dos grupos foi realizado com a participação das coordenadoras e reladoras de cada um dos grupos, e coordenado pela Comissão Especial Temática e de Relatoria.

17 de julho de 2004

Os relatórios das discussões dos grupos foram compatibilizados, sendo destacados os itens que foram aprovados (50%+1) pelos 4 grupos nos respectivos eixos temáticos. E as diretrizes da parte geral do Documento que também foram aprovadas pela maioria dos grupos.

A partir das discussões levantadas nos grupos se estruturou um bloco de questões “conceituais” que foram definidas no primeiro momento da Plenária Final e que, depois de aprovadas pelas delegadas, seriam utilizadas em todo o documento.

As propostas das diretrizes que sofreram alguma modificação nos grupos foram separadas em dois grandes blocos. O primeiro bloco aglutinou as diretrizes aprovadas na íntegra e as propostas de diretrizes que receberam emendas de redação, que não alteravam o conteúdo da proposta e sim melhoravam ou clareavam o texto sugerido. O segundo bloco aglutinou as emendas que sugeriam novos conteúdos.

Por sugestão da Comissão Especial Temática e de Relatoria, acatada pela Plenária, foram discutidas na Plenária Final da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres as sugestões de emendas deste segundo bloco, que exigiam um posicionamento das delegadas. O primeiro bloco foi levado à Plenária somente para referendado.

As propostas de diretrizes apresentadas à Plenária para serem referendadas obtiveram 50% + 1 dos votos nos grupos de trabalho.

Na parte geral do Documento foram aprovadas por maioria as diretrizes de número: 1, 4, 5, 6, 12, 13, 17, 21, 22, 23, 30, 33 e 40.

No Eixo Temático 1, foram aprovadas por maioria as diretrizes de número: 43, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82 e 83.

No Eixo Temático 2, foram aprovadas por maioria as diretrizes de número: 90, 91, 96, e 101.

No Eixo Temático 3, foram aprovadas por maioria as diretrizes de número: 120, 125, 127, 128, 132, 133, 147, 153, 155 e 162. Da mesma forma foi aprovada por referendado a diretriz de número 130, que teve a proposta de alteração de texto aprovada nos 4 grupos deste eixo.



17 de julho de 2004

No Eixo Temático 4, foram aprovadas por maioria as diretrizes de número: 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182 e 183.

No Eixo Temático 5, foram aprovadas por maioria as diretrizes de número: 189, 192, 200, 203, 207, 208, 220, 221, 222, 223 e 224.

Brasília, agosto de 2004.

Comissão Especial Temática e de Relatoria

17 de julho de 2004

ACORDOS GERAIS DEFINIDOS NA PLENÁRIA FINAL

Onde couber, mencionar categorias estruturais: gênero, raça, etnia e classe social, quando estivermos nos referindo às desigualdades estruturais.

Conferir visibilidade e afirmar todas as expressões da diversidade em relação à livre orientação sexual, às jovens, às idosas e às mulheres com deficiência;

Conferir visibilidade e afirmar a diversidade de inserção social e regional: mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, profissionais do sexo, mulheres vivendo com HIV/AIDS, refugiadas e mulheres em situação de encarceramento;

Igualdade e equidade: adotar, sempre que se aplicar, a equidade de gênero em associação com igualdade, nos termos indicados pelos grupos.

Para visibilidade da diversidade: procurar usar de forma associada: movimento de mulheres e feminista;

Ao citar grupos específicos de mulheres, além de negras e índias, incluir, sempre que adequado e nos termos propostos: as jovens, idosas, populações tradicionais, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres que fazem sexo com mulheres, mulheres vivendo com Aids, profissionais do sexo, mulheres com deficiência, mulheres privadas de liberdade e refugiadas;

Dar visibilidade a desigualdades regionais, adotando esta referência nos casos propostos nos grupos, ao tratar de desenvolvimento.

Adotar a menção as perspectivas não sexista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica nos casos indicados.

Como regra geral usar mulheres em situação de violência. Onde couber referência à garantia de direitos, reparação, indenização e punição, usar mulheres vítimas de violência.



NATUREZA, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES NA PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÊNERO, CONSIDERANDO A DIVERSIDADE DE RAÇA E ETNIA.

1. A proposição de uma Política Nacional para as Mulheres na direção da igualdade e equidade de gênero – considerando raça e etnia e a livre orientação sexual - implica, em primeiro lugar, em reconhecer que a organização do Estado, especialmente a sua lógica de formulação de políticas, interfere na vida das mulheres determinando, sancionando, reproduzindo ou alterando padrões de relações de gênero, raça e etnia, e a liberdade de orientação sexual. E, na medida em que reconhecemos que essas relações têm um caráter sistêmico, o alcance de uma Política Nacional deve interferir no sentido das ações do Estado.



2. O desafio a ser enfrentado na implementação de políticas públicas é desmistificar a neutralidade do Estado como propositor e articulador de uma ação política. Cabe ao poder público garantir a universalidade, alterando as desigualdades sociais. Esta alteração precisa ser também considerada do ponto de vista das relações de gênero, raça e etnia, de geração, da diversidade de orientações sexuais e das necessidades específicas de pessoas com deficiência, modificando relações de poder e acesso a direitos em sua dimensão social, política, econômica e cultural. Possibilitando, assim, o rompimento da visão corrente e assumindo o pressuposto de que a definição de masculino e feminino é uma construção histórica, política, cultural e um componente estrutural das relações sociais e econômicas.

3. Esta Política estrutura diretrizes e princípios para intervenções governamentais, visando a inserção construtiva das mulheres nas ações do Estado, promovendo políticas concretas que efetivem a igualdade e equidade de gênero, raça e etnia e a livre orientação sexual, considerando as mulheres como sujeito e não apenas como apêndice da família ou recurso poupador de investimentos públicos.

4. O reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos e como sujeitos políticos, previstos na Constituição Federal de 1988, também é próprio desta Política Nacional, posto que considera importante promover seu maior acesso e participação nos espaços de poder e se torna essencial para democratizar o Estado e a sociedade.

5. Nesse sentido, a Política Nacional para Mulheres, reconhece e valoriza a contribuição dos movimentos feministas e de mulheres, para a construção dessa trajetória de

17 de julho de 2004

alteração da lógica tradicional de políticas para as mulheres no plano do Estado e das demais políticas que tradicionalmente não levam em conta as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia.

6. A Política Nacional para Mulheres, por todos estes desafios, é uma estratégia de longo alcance no sentido da democratização do Estado e construção de uma nova institucionalização que exige a gestação de um processo articulado de diálogo entre os distintos sujeitos, dentre os quais as mulheres que, em suas múltiplas experiências e movimentos, vêm dando enorme contribuição ao país.

7. A institucionalização necessária a uma Política Nacional para as Mulheres, que seja efetiva e que altere as condições de desigualdades entre as mulheres e homens exige a criação de organismos executivos de articulação e implementação de políticas, indispensáveis para a construção de uma coerência nas ações do Estado. A criação de Secretarias de Políticas para as Mulheres, no primeiro escalão de governo nas esferas federal, estadual e municipal com poder político, administrativo e orçamentário é estratégica para a construção da igualdade. Para assegurar e garantir a construção de relações democráticas com o movimento feminista e de mulheres é importante a criação e fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social como as conferências, os conselhos de direitos das mulheres e a participação das mulheres na elaboração do orçamento participativo, além de outros mecanismos existentes de participação popular, contemplando a representação das mulheres indígenas, negras, lésbicas, idosas, deficientes, jovens, ciganas e profissionais do sexo.

PRINCÍPIOS

8. A Política Nacional para Mulheres, que fundamenta os planos governamentais, orienta-se pelos princípios da igualdade na diversidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade, participação e solidariedade.

9. IGUALDADE. As políticas para mulheres, nos termos desta conferência, constituem um desafio para a igualdade e a equidade numa perspectiva de gênero. O princípio da igualdade deve ser por isto o parâmetro para uma política de Estado que se proponha a superar as desigualdades entre mulheres e homens, com recorte étnico e racial.

10. Políticas de ações afirmativas implicam em garantir a responsabilidade das esfe-

17 de julho de 2004

ras governamentais (federal, estadual, municipal) na implementação de políticas públicas de promoção da igualdade com ação continuada e conjunta com os movimentos sociais: grupo de mulheres negras e indígenas, no intuito de corrigir práticas discriminatórias históricas.

11. O princípio da igualdade deve ser implementado com respeito e atenção a diversidade de situações, experiências e formas de inserção social de todas as mulheres e considerando as categorias de gênero, classe, raça, etnia, de geração, orientação sexual e mulheres com deficiência no diagnóstico, na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas.

12. No tocante ao respeito a diversidade na igualdade, garantir a presença do Estado, suas instituições e organismos, políticas públicas e serviços públicos nas distintas regiões do país, rurais e urbanas, de forma adequada às condições locais de moradia e territorialidade, preservando o meio ambiente e primando pelo desenvolvimento econômico sustentável.

13. AUTONOMIA DAS MULHERES. Implica na ampliação do poder de decisão das mulheres sobre suas vidas, seus corpos, sua comunidade e país, favorecendo o rompimento com o legado histórico, os ciclos e espaços de dependência, exploração, opressão e subordinação que constroem as suas vidas no plano pessoal e da sua autonomia econômica, política e social.

14. ESTADO LAICO. O princípio da laicidade do Estado deve ser obedecido nas políticas públicas de forma a garantir a igualdade de todas e todos perante o Estado, assegurar a efetivação dos direitos já consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.

15. UNIVERSALIDADE. A luta pela universalização das políticas públicas permanentes tem sido uma marca da luta das mulheres pelo acesso aos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres, rurais e urbanas, em sua diversidade de raça e etnia, de situações e experiências. É necessário que o Estado implemente ações neste sentido e garanta que elas se cumpram na sua integralidade.

16. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais caracterizadas por sua indivisibilidade, integralidade e

17 de julho de 2004

inter setorialidade dos direitos, combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero que considera a diversidade de raça e etnia.

17. Este é, portanto, um princípio de responsabilidade permanente do conjunto do governo, e não de alguma área da administração, o que exige esforço de integração entre as distintas políticas de governo.

18. PARTICIPAÇÃO. A Política Nacional para Mulheres, e quaisquer projetos, programas e planos governamentais dela decorrente, deve ter presente à necessidade de debater e elaborar com o segmento interessado que busca beneficiar, o que implica estabelecer um diálogo e uma parceria com os movimentos feministas e de mulheres, respeitando sua diversidade e ampliando a cidadania.

19. A discussão das políticas públicas junto ao segmento interessado só será instrumento de mudança se vier acompanhada de poder de decisão sobre elas, com controle social.

20. EQUIDADE. Princípio que garante o acesso aos direitos universais, através de ações específicas e afirmativas a grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais requer o pleno reconhecimento das subordinações e necessidades específicas dos diferentes grupos de mulheres, e é compreendida como fundamento das ações afirmativas e como instrumentos necessários no alcance ao pleno uso-fruto por mulheres e homens, de todos os direitos humanos.

DIRETRIZES GERAIS

21. Para concretizar estes princípios que nortearão a formulação de planos de políticas para igualdade estabelece-se as seguintes diretrizes gerais:

22. O Estado deverá garantir e assegurar a implementação dessa política pública, nas suas diferentes esferas, na superação das desigualdades de gênero, raça e etnia e na necessária formulação de políticas integradas para a construção da igualdade.

23. Possibilitar a ampliação das condições de autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres, reconhecendo e valorizando a contribuição coletiva das mulheres quanto ao bem estar e qualidade de vida de todas e todos.



17 de julho de 2004

24. Favorecer as condições do exercício dos direitos reprodutivos, dos direitos sexuais e a livre orientação sexual, descriminalizando o aborto, possibilitando autonomia e bem estar também neste campo, intervindo contra as distintas formas de apropriação mercantil do corpo e da vida das mulheres, tendo em vista também a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens da mulher.

25. Reconhecer a violência de gênero e raça/etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e como questão de saúde pública. Isto exige responder as demandas que pressionam o cotidiano das mulheres, em particular a violência doméstica e sexual de que são vítimas, implementando e garantindo políticas permanentes de enfrentamento, assistência e prevenção.

26. O Estado tem a sua parte a cumprir na modificação da divisão sexual do trabalho: primeiro, reconhecendo a sua importância social e fundamental para as relações humanas e produção do viver; segundo, ampliando a oferta de equipamentos sociais e serviços correlatos; terceiro, contribuindo com a educação pública e construção social de novos valores que enfatizem a sua importância, e sensibilizando a todos, ao Estado, a mulheres e homens da necessidade de viabilizar novas formas de sua efetivação.

27. Garantir um desenvolvimento democrático e sustentável levando em consideração as diversidades regionais, com justiça social, assegurando que as políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado Brasileiro sejam direcionadas à superação das desigualdades econômicas e culturais, o que implica ações de caráter distributivo e desconcentrador de renda e riquezas.

28. Aperfeiçoar os mecanismos de participação, consolidando a relação com os movimentos populares e de mulheres e com as associações comunitárias de mulheres, incentivando e promovendo mecanismos de controle e participação popular aberto a todos os segmentos deste multifacetado movimento.



29. Garantir a soberania do Brasil nas políticas comerciais internacionais, assinando apenas acordos comerciais que promovam políticas econômica, agrícola e industrial, voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

30. Contribuir para a ampliação das políticas públicas voltadas para a melhoria de vida das mulheres, em todas as áreas de atuação governamental, garantindo redes de atuação inter-governamental desenvolvidas entre municípios, governos estaduais e governo federal.

17 de julho de 2004

31. Garantir o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro, que garantam os direitos humanos das mulheres.

32. Estabelecer estratégias que promovam equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais.

33. Implantar e implementar políticas de ações afirmativas como instrumento necessário ao pleno usufruto de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres - negras, índias, jovens, idosas, populações tradicionais, mulheres lésbicas e bissexuais, mulheres que fazem sexo com mulheres, mulheres vivendo com HIV/AIDS, profissionais do sexo, mulheres com deficiência, mulheres privadas de liberdade - para corrigir práticas discriminatórias.

34. Compete ao Estado, em parceria com diferentes segmentos da sociedade, através de uma ampla discussão, garantir a inclusão na grade curricular, desde o ensino fundamental, das questões de gênero, raça e etnia, e reconhecer a necessidade de alteração nas práticas educativas, na produção de conhecimento, na educação formal, na cultura e na comunicação com a sociedade.

35. Estabelecer uma política permanente de produção de dados desagregados por sexo, raça, etnia, deficiência quando houver e orientação sexual em todas as áreas de atuação do Estado, configurando um sistema estatístico de dados sobre as mulheres brasileiras, que evidencie salários, jornada e ambiente de trabalho, doenças profissionais e direitos trabalhistas, possibilitando o equacionamento das desigualdades de gênero e a construção de indicadores de gênero para fins de planejamento, formulação e acompanhamento das políticas públicas para as mulheres, considerando as especificidades das mulheres negras, brancas e índias.

36. Garantir e acompanhar a alocação e execução de recursos nos Planos Plurianuais - PPA, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentos Anuais visando atender as políticas públicas para as mulheres, considerando os diferentes programas e projetos dos órgãos governamentais, que concretizem a transversalidade de gênero considerando a diversidade de raça, etnia, classe, geracional, orientação sexual e pessoas com deficiência, nas políticas públicas.

37. Garantir caráter participativo no processo de elaboração do PPA, LDO, Orçamento anual, visando alocar recursos para políticas públicas para as mulheres garantindo o controle social para o acompanhamento da execução do orçamento, considerando os diferentes programas e projetos que concretizem a transversalidade de gênero, raça e etnia das políticas públicas. Cabe ao Estado prover as condições para que o controle e o acompanhamento dos indicadores da eficácia das políticas de gênero possam ser feitos pela sociedade civil organizada e movimentos feministas e de mulheres.

38. Implementar instância de controle social sobre o destino dos recursos públicos com a participação paritária das mulheres.

39. Avaliar a adequação de criação de Fundos Específicos que tenham por objetivo atender à execução de políticas públicas para as mulheres e efetivar a análise dos instrumentos orçamentários com o olhar de gênero, considerando a diversidade de raça, etnia, classe, geração, orientação sexual e pessoas com deficiência.

40. Criar, fortalecer e ampliar os organismos específicos dos direitos e de políticas públicas para as mulheres visando à operacionalização da transversalidade das ações e o desenvolvimento de programas que reúnam e articulem ações governamentais nos distintos níveis e esferas de poder, executivo, judiciário e legislativo, com desenvolvimento planejado e integrado dessas políticas.

41. Efetivar e revisar, aperfeiçoando e atualizando as diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, por meio de debate político na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada a cada três anos, precedida de conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal.

42. Caberá à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a coordenação das políticas para as mulheres. Nos estados e municípios este papel caberá às secretarias e coordenadorias com papel e atuação equivalentes.

EIXO I

ENFRENTAMENTO DA POBREZA: GERAÇÃO DE RENDA, TRABALHO, ACESSO AO CRÉDITO E À TERRA

43. Garantir que o Estado promova a independência econômica das mulheres, assegurando seus direitos, o acesso ao emprego, a melhoria das condições de trabalho e o controle sobre os recursos econômicos, com apoio à geração de renda e à economia solidária.

44. Criar mecanismos que garantam a isonomia salarial entre mulheres e homens nas mesmas condições de trabalho e mesmo nível educacional, respeitando as suas peculiaridades locais, com especial atenção às mulheres com deficiência, índias e negras, trabalhadoras rurais e moradoras ribeirinhas.

45. Recuperar o valor do salário mínimo com aumentos reais anuais que permitam elevar a renda das trabalhadoras, bem como diminuir as diferenças sociais de gênero, raça e etnia e classe social.

46. Estimular o compartilhamento das tarefas domésticas através de uma maior liberação do tempo das trabalhadoras que não incida na remuneração e de campanhas institucionais, construindo e reforçando uma nova cultura referente à divisão sexual do trabalho.

47. Ampliar e facilitar as oportunidades e garantir o acesso das mulheres ao sistema de crédito, desburocratizando-o mediante a adequação dos programas atuais; promovendo mudanças nas normas; criando novas linhas e sensibilizando os operadores de crédito; estimulando a capacitação e criando sistemas de acompanhamento e fiscalização; além de incentivar a criação de associações de produção.

48. Promover uma reforma fiscal, a partir do debate com a sociedade civil organizada, de forma a garantir a equidade e a justiça na cobrança de impostos e na redistribuição dos recursos.

49. Promover a ampliação da oferta de emprego por meio de uma revisão na política macroeconômica e estratégias de desenvolvimento que incentivem o crescimento econômico sustentável voltado para o mercado interno de consumo de massas. Re-



17 de julho de 2004



dução da jornada de trabalho, sem redução do salário, para aumentar o acesso ao emprego e favorecer também a divisão do trabalho doméstico, propiciando mais tempo livre para as mulheres participarem de outras atividades.

50. Adotar políticas macroeconômicas e estratégias de desenvolvimento, com a redução da taxa de juros e do superávit primário que assegurem as necessidades das mulheres, garantindo a superação da pobreza e do desemprego.

51. Realizar uma auditoria que permita dar transparência quanto à origem e volume da dívida pública interna e externa.

52. Garantir a implementação de políticas de geração emprego e renda, combatendo todas as formas de discriminação baseadas no gênero, geração, raça e etnia, incluindo as portadoras de HIV.

53. Combater a discriminação de sexo e de raça no mercado de trabalho, a segregação ocupacional e as práticas de assédio moral, simbólico e sexual.

54. Garantir melhores condições materiais e humanas às Delegacias Regionais de Trabalho (DRT) para que essas possam intensificar a fiscalização e o cumprimento da legislação trabalhista, com ênfase no trabalho da mulher, com objetivo de reduzir as desigualdades salariais.

55. Incorporar a questão de gênero, raça e etnia nos programas do sistema público de emprego, trabalho, renda e reforma agrária com ações afirmativas visando assegurar a igualdade de acesso.

56. Que o poder público, envolvendo empresas públicas e privadas, garanta o estabelecimento de programas de geração de emprego, associativismo, e empreendedorismo das mulheres jovens, no meio urbano e rural, contemplando a diversidade de raça e etnia e a livre orientação sexual, priorizando as mulheres gestantes, solteiras e pobres.

57. Implementar políticas públicas de escolarização, formação profissional e capacitação, voltadas para a inclusão das mulheres no mercado formal de trabalho, em condições justas e igualitárias.

17 de julho de 2004

58. Implantar e implementar projetos de qualificação profissional que garantam acompanhamento psicossocial, elevação da escolaridade e conhecimento tecnológico, visando a inserção no mercado de trabalho especialmente para mulheres em situação de violência, gestantes solteiras e pobres, empregadas domésticas, mulheres com deficiência, refugiadas e ex-presidiárias. Essas demandas deverão ser incorporadas pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional, pelo FAT e pelo SINE.

59. Implementar políticas públicas de geração de emprego e renda e de fomento a projetos produtivos auto-sustentáveis, que ofereçam capacitação e aprimoramento técnico e gerencial, e acesso a tecnologias, que respeitem e se adequem às demandas e às potencialidades produtivas, especialmente das comunidades quilombolas, pesqueiras, ribeirinhas, indígenas e das trabalhadoras rurais.

60. Desenvolver políticas públicas que ampliem e valorizem a participação das mulheres no mundo do trabalho, em condições justas e igualitárias, com mecanismos que incentivem a sua contratação, aumento, escolarização, qualificação e capacitação profissional gratuitos, partindo de diagnóstico das necessidades do mercado de trabalho, das comunidades rurais e urbanas, com condições dignas de trabalho, garantindo a diversidade de raça e etnia, geração e orientação sexual.

61. Implementar políticas de promoção de autonomia financeira de mulheres em situação de violência ampliando o contingente de mulheres atendidas pelos programas de capacitação profissional e geração de emprego e renda.

62. Assegurar às mulheres em situação de risco social e/ou pessoal, inclusive as egressas do sistema prisional, e em medidas sócio-educativas e portadoras de doenças crônicas, vagas em cursos profissionalizantes de gestão de seu próprio negócio, visando facilitar sua inserção no mercado de trabalho e a conquista de sua independência econômica.

63. Garantir capacitação e trabalho para a mulher encarcerada e ex-detentas, e aos seus dependentes, inserindo-os no mercado de trabalho, com direitos legais e trabalhistas.

64. Garantir políticas públicas governamentais voltadas à economia popular solidária com equidade de gênero, raça, etnia e geração, potencializando o associativismo, cooperativismo, micro-crédito e incubadoras, proporcionando a sustentabilidade econômica das mulheres.

17 de julho de 2004

65. Desenvolver a economia solidária estimulando a organização de redes de produção, comercialização e consumo, incentivando, através de recursos técnicos, financeiros e materiais, a criação e manutenção de cooperativas, associações e incubadoras voltadas às mulheres, com deficiência ou não, de todas as idades, raças e etnias das áreas rural e urbana.



66. Incentivar a criação e implementação de programas de crédito específicos para as mulheres com a desburocratização dos agentes financeiros e acesso facilitado nos programas de crédito existentes, renda e ampliação de convênios federais, estaduais e municipais, para efetivar projetos de capacitação das famílias e geração de renda, com foco no desenvolvimento da mulher, com deficiência ou não, sem distinção de raça, etnia ou idade, visando a implantação e empreendimentos de geração de trabalho e renda no meio rural e urbano, na perspectiva da economia solidária.

67. Incentivar as esferas municipais e estaduais na promoção de programas de inclusão no mercado de trabalho, com ênfase aos grupos auto gestionários, formados por mulheres.

68. Assegurar às mulheres rurais e urbanas a Previdência Social.

69. Assegurar a Previdência Social para as mulheres como fator de integração social. Dessa forma, discutir e apoiar as propostas em tramitação no Congresso Nacional sobre o acesso das donas de casa à Previdência Social, bem como as propostas que reconheçam o trabalho de reprodução social (trabalho doméstico não remunerado) como forma de inclusão no sistema de seguridade social, assegurando o acesso das mulheres a todos os benefícios da Previdência Social indispensável ao exercício pleno da cidadania.

70. Estender à empregada doméstica todos os direitos assegurados às demais trabalhadoras e trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil no âmbito do emprego doméstico.

71. Criar mecanismos legais que assegurem o acesso e o direito à seguridade social (saúde/assistência/previdência) à trabalhadora informal urbana e rural, às mulheres donas de casa, agricultoras, índias, ciganas, negras e quilombolas.

17 de julho de 2004

72. Assegurar que a Reforma Agrária garanta qualidade de vida e acesso aos bens e serviços, posse da terra e moradia.

73. Assegurar que a Reforma Urbana garanta qualidade de vida e acesso aos bens e serviços, posse da terra e moradia.

74. Garantir a efetividade das políticas de fortalecimento da agricultura familiar como o acesso ao crédito, assistência técnica, diversificação da produção e acesso aos mercados com igualdade de gênero, raça e etnia.

75. Incentivar o acesso das mulheres à titularidade da terra nos assentamentos e programas de reforma agrária, garantindo à trabalhadora rural a inclusão de seu nome nas escrituras de propriedades, independente do seu estado civil, bem como garantir o direito da mulher de ter seu nome no bloco de notas de produtora rural.

76. Estimular a promoção da agricultura agro-ecológica, com a garantia da preservação e defesa de sementes crioulas, como patrimônio da humanidade e soberania alimentar.

77. Valorizar o meio rural e ribeirinho como espaço privilegiado para a implantação de políticas públicas de inclusão social, preservação ambiental prevendo a estruturação de serviços públicos nas comunidades e assentamentos /acampamentos rurais.

78. Construir, garantir e viabilizar políticas públicas que garantam o transporte e a comercialização e os preços mínimos da produção agrícola familiar, possibilitando, ao mesmo tempo, a geração de renda e trabalho para as famílias e o incentivo à diversificação dos produtos agrícolas produzidos.

79. Contribuir para o acesso igualitário aos direitos econômicos, em especial ao crédito, terra e à moradia para as mulheres e populações negras e indígenas como forma de superação das desigualdades de raça e etnia.

80. Promover a simplificação de processo de acesso ao crédito agrícola e ao micro-crédito produtivo para as trabalhadoras do meio urbano e rural, em especial as negras, quilombolas e índias, dos meios urbano e rural.

81. Garantir a demarcação, homologação, ampliação e desintrusão das terras indígenas.

17 de julho de 2004

82. Propor a certificação, por lei, da titularidade da casa obtida pela Reforma Urbana, e a titularidade da terra obtida através do Programa de Reforma Agrária para o casal.

83. Assegurar a titularidade coletiva das terras das populações quilombolas, assim como a demarcação e regularização fundiária dos territórios indígenas.

84. Assegurar através de orçamentos públicos, espaços públicos coletivos para a produção, comercialização e consumo, priorizando grupos autogestionários constituídos por mulheres e empreendimentos de economia solidária.

85. Garantir a inserção soberana do Brasil no comércio e na política internacional, firmando apenas acordos comerciais que não impeçam políticas econômicas, industriais e agrícolas voltadas para o desenvolvimento sustentável do país e para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, negras, indígenas e brancas e combate a todas as formas de exclusão.

86. Rever os acordos com o Fundo Monetário Internacional buscando superar as políticas ortodoxas e restritivas por ele indicadas, objetivando assim o crescimento econômico e social com geração de renda e trabalho que permitam alterações estruturais na divisão sexual do trabalho.

87. Manutenção dos direitos existentes e ampliação de novos direitos na reforma sindical e trabalhista que obedeçam aos princípios da igualdade e equidade de gênero.

88. Criar programas de incentivos a agroecologia, contrapondo os transgênicos e agrotóxicos, e valorizando os produtos orgânicos.

89. A perspectiva de gênero, raça e etnia deve ser contemplada em todos os concursos públicos (federal, estadual, distrital e municipal), de ingresso a cargos, empregos e funções e deverá ser condicionada a assinatura da ciência sobre a interdição das discriminações de gênero, raça e etnia.

EIXO 2

SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER — PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO.

90. Cabe ao Estado combater a violência contra a mulher compreendida como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, psicológico, sexual ou econômico”.

17 de julho de 2004

mento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”, nos termos do Artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994).

91. Promover políticas públicas que aperfeiçoem e consolidem medidas de prevenção, assistência, punição e erradicação de todo os tipos de violência contra as mulheres baseadas nos princípios da transversalidade, incluindo relações de gênero, diferenças étnicas e raciais, geracionais, mulheres com deficiência (física, visual, auditiva e mental), de diferentes orientações sexuais ou qualquer outra especificidade/intersectorialidade, para que a questão seja tratada não apenas na área de segurança, mas também de forma interdisciplinar envolvendo diferentes áreas (saúde, educação, trabalho, segurança, assistência social, habitação, justiça, entre outras) na integralidade, para que a prevenção e o atendimento perpassem as esferas governamentais (municipal, estadual e federal).

92. Cumprir os princípios expressos na legislação nacional e nos textos internacionais subscritos pelo Brasil, nas recomendações das decisões das Cortes Internacionais e demais mecanismos, em casos de violações dos direitos humanos das mulheres, de maneira a dar efetividade ao cumprimento de tratados e convenções internacionais.

93. Promover política nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres, meninas e adolescentes de forma articulada entre os três Poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário – no Ministério Público e nos diversos setores públicos dos três níveis de governo, com políticas de defesa social e segurança pública, disponibilizando recursos orçamentários e rubricas específicas.

94. Reconhecer, nas distintas ações, programas e projetos que a violência contra a mulher é uma questão de saúde pública, segurança, educação e justiça. Uma violação de direitos humanos que se manifesta nas relações desiguais de poder, construídas historicamente.

95. Viabilizar a participação eficaz da sociedade civil organizada, principalmente dos movimentos feministas e movimentos de mulheres, em todas as instâncias de controle social, nas definições, implementações e monitoramento das políticas públicas, visando a erradicação da violência contra a mulher.

96. Criar condições para diversificar as formas de coibir a violência, com a promoção do enfrentamento de suas manifestações, com especial atenção à violência



doméstica e sexual, de maneira a garantir a prevenção e a promoção de assistência às vítimas, visando o fortalecimento, a recuperação de sua auto-estima, o fornecimento de condições concretas para sua autonomia e o exercício de sua cidadania.

97. Identificar e analisar os fatores de vulnerabilidade que atingem grupos específicos de mulheres.

98. Aumentar e garantir o acesso das mulheres ao atendimento e informação sobre as formas de prevenção de todos os tipos de violência. Nos casos de suspeita de violência intrafamiliar ou doméstica, os profissionais da rede de saúde, educação, segurança, Ministério Público e Assistência Social e demais envolvidos na rede de atenção, devem prestar informações às mulheres vítimas de violência sobre os direitos e os equipamentos de atendimento à denúncia.

99. Garantir às mulheres, nos serviços públicos de atendimento, a interdisciplinaridade e a integração, de forma unificada e articulada, dos serviços: psicológico, jurídico, social, médico, policial e pericial.

100. Promover a intersetorialidade e o fomento das redes interinstitucionais, na promoção da assistência integral às mulheres, através da estruturação de uma rede de apoio qualificado e eficiente que integre as áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda, assistência social, habitação, justiça e cidadania por meio de equipamentos sociais tais como: Juizados Especiais Criminais, Varas Especializadas, Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher, Defensorias Públicas Especializadas e Coordenadorias Estaduais da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMS), Casas-abrigo, Centros de Referência, unidades de atenção à saúde física e mental e serviços de preparação para reinserção no mundo do trabalho.

101. Incluir a perspectiva de gênero nos currículos das(os) agentes de segurança pública e da justiça e enviaar esforços para a melhoria urgente de suas condições e instrumentos de trabalho.

102. Construir mecanismos nos diferentes níveis de governo, de segurança, amparo legal, psicológico e jurídico para servidores públicos que atendem vítimas ou praticantes de violência intrafamiliar e doméstica, bem como garantir segurança, assistência e treinamento técnico pelo estado aos profissionais que atuam diretamente com situações de violência tipificadas na legislação brasileira.

17 de julho de 2004

103. Implementar políticas que combatam, reprimam e erradiquem o trabalho escravo e o tráfico nacional e internacional de mulheres e órgãos, incluindo ações de formação para profissionais de instituições que trabalham com turismo, garantindo segurança e assistência às mulheres vítimas de tráfico. Promover políticas efetivas no combate ao turismo sexual e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, bem como sua associação às redes de crime organizado, na direção da eliminação dessa manifestação de opressão.



104. Garantir a notificação compulsória dos casos de violência doméstica e sexual em todas as instituições da rede do serviço público e não apenas nos serviços de saúde. Produzir e divulgar, de modo sistemático, informações, análises e diagnósticos sobre a violência contra as mulheres, considerando as questões de raça, etnia, de geração, classe social, situação de domicílio (urbana ou rural), orientação sexual, mulheres com deficiência, bem como os tipos de crime e sua distribuição territorial, disponibilizando permanentemente essas informações para a população. Essas informações devem estar integradas aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e servir para a elaboração de estatísticas nacionais.

105. Garantir nas defensorias públicas dos estados a criação de núcleos de atendimento e acompanhamento específicos às mulheres vítimas de violência.

106. Federalizar e punir na forma da lei, os crimes praticados pelos militares (abuso de autoridade, abusos sexuais, estupro, abandono de paternidade e outras violências), motoristas (incentivo à prostituição), contra as mulheres indígenas, ribeirinhas e principalmente em áreas de fronteiras.

107. Implementar a revisão do Marco Legal para a violência doméstica e de gênero no Brasil. Adotando as normativas internacionais no que tange a elaboração de instrumental eficaz e ágil para o enfrentamento da violência, seu enquadramento legal e as reparações cabíveis.

108. Propor mudança na legislação penal visando o agravamento da punição do agressor, autor de violência contra a mulher.

109. Realizar ações e campanhas educativas interdisciplinares de prevenção, nas diferentes formas de mídia e em todos os espaços públicos, de forma a conscientizar o conjunto da sociedade que a violência contra a mulher é inaceitável.

EIXO 3

PROMOVER O BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA PARA AS MULHERES: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, SAÚDE, MORADIA, INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS SOCIAIS, RECURSOS NATURAIS, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.



Saúde

110. Garantir, efetivamente que o Estado cumpra os princípios e diretrizes da política nacional de atenção à saúde integral da mulher, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, introduzindo os conceitos dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos das mulheres, que se traduzam no direito de escolha e no respeito às diferenças nos aspectos da promoção à saúde, ampliação do acesso aos serviços, humanização e melhoria da qualidade da atenção e recuperação dos agravos e reabilitação, através das seguintes diretrizes:

111. Efetivar o cumprimento do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - respeitando as diversidades étnicas e raciais seguindo os princípios do SUS de universalidade, equidade e integralidade, garantindo orçamento nos três níveis governamentais, a implementação de suas ações e a qualificação, formação e capacitação das (os) profissionais.

112. Garantir a universalidade e integralidade da política de saúde das mulheres, levando em conta todas as diversidades e especificidades, como das adolescentes, jovens e idosas; trabalhadoras domésticas, rurais, urbanas, extrativistas, ribeirinhas e quilombolas; profissionais do sexo; mulheres negras e indígenas; lésbicas e mulheres que fazem sexo com mulheres; usuárias de drogas lícitas e ilícitas; mulheres com deficiência; mulheres do sistema prisional, e adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas; mulheres vivendo com HIV/AIDS. Neste sentido, promover também políticas específicas para qualificar e adequar os serviços de saúde nas diferentes comunidades rurais, urbanas e periferias urbanas.

113. Capacitar gestoras (es) e profissionais visando desenvolver sua competência para lidar com as diversidades e especificidades dos segmentos acima referidos, incentivando e criando mecanismos para a produção de pesquisas de caráter étnico/racial neste campo.

17 de julho de 2004

114. Incluir o quesito cor nos sistemas de informação e nos documentos do SUS.

115. Cabe ao Estado viabilizar a estrutura dos centros de referência para garantir o atendimento humanizado e descentralizado às mulheres, a partir da perspectiva da interdisciplinaridade e integralidade, interiorizando as ações e serviços, considerando as especificidades regionais, áreas de difícil acesso e sistema de referência e contra-referência, com responsabilidade definida para os níveis de gestão e com recursos definidos e específicos. Neste sentido a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres recomenda e referencia o reconhecimento da profissão da parteira tradicional, fortalecendo a relação entre parto domiciliar e SUS.

116. Garantir o recorte de gênero, raça e etnia, e demais especificidades das mulheres, nas ações e programas de saúde pública, em consonância com o PAISM, no atendimento primário feito pela rede direta com equipes multidisciplinares e não terceirizadas, atendendo inclusive as comunidades rurais, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, profissionais do sexo e soropositivas e o reconhecimento das especificidades de orientação sexual na Política Nacional de Saúde - SUS, considerando os diferentes níveis de complexidade - PSF, atenção básica, de média e alta complexidade - em consonância com as diretrizes e princípios do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), nas ações do Programa de Saúde da Família - PSF, capacitando as equipes, incorporando assistentes sociais e psicólogas para que se efetive a multidisciplinaridade, reforçando o sistema de referência, e integrando-o com equipes multidisciplinares, incluindo intérpretes e outros profissionais para atender as pessoas com deficiência.

117. Reorientar as ações do PSF, garantindo ao mesmo os princípios da universalidade, integralidade e equidade, previstos no SUS.

118. Implementar o Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, reduzindo a morbimortalidade, através da melhoria da assistência, garantindo a investigação de óbitos, considerando a variável cor, incluindo as parteiras para os casos onde houver assistência domiciliar e incentivando a participação do movimento de mulheres no acompanhamento das políticas. Neste sentido garantir cobertura de pré-natal, assistência às complicações obstétricas, transporte e referência às mulheres assistidas por parto tradicional indígena e quilombola, divulgando amplamente na mídia seus relatórios.

119. Implantar e implementar o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento - PHPN - em todos os estados, garantindo o acesso e a qualidade da assistência ao pré-natal e parto de baixo e alto risco, no puerpério, ampliando o número de leitos e implantando centros de parto normal. Descentralizar integralmente o PHPN garantindo o acesso e a qualidade da assistência e pré-natal, parto, puerpério e gestação de alto risco e abortamento, ampliando o número de leitos para mães e crianças, implantando centros de parto normal e criando casas casa de acolhimento pré e pós-parto para atendimento das trabalhadoras rurais na sede do município. Garantir a presença de acompanhante, de escolha da mulher e da adolescente, nas consultas ambulatoriais e nas internações de trabalho de parto, aborto incompleto e aborto legal.

120. Cabe ao Estado garantir o atendimento público de qualidade, humanizado, e ágil, para efetivação da interrupção de gravidez nos termos da "Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes", incluindo orçamento, equipes multiprofissionais capacitadas e tecnologias modernas como Aspiração Manual Intra-uterina - AMIU.

121. Garantir acesso à atenção integral à saúde da mulher, com ações de prevenção, diagnóstico precoce e reabilitação do câncer, destacando-se a necessidade de ação efetiva de prevenção do câncer de útero, pulmão, intestino e mama. Às mulheres mastectomizadas (que tiveram o seio retirado) com seqüelas limitantes, que seja garantida a aposentadoria integral. Garantir o fornecimento de todos os métodos contraceptivos de escolha do casal, inclusive para as(os) adolescentes.

122. Garantir acesso de todas as mulheres à assistência clínico-ginecológica, incluindo as soropositivas, ou vivendo com Aids, nas ações de prevenção integral, diagnóstico precoce e tratamento do câncer ginecológico e de mama e de pulmão, endometriose, miomatose e outros agravos prevalentes nas populações historicamente excluídas (inclusive procedimentos operatórios terapêuticos e concessão de órteses e próteses), mulheres com deficiência - com adaptação dos equipamentos para os exames específicos - nos hospitais públicos, privados e filantrópicos conveniados com o SUS. Expandir a capacidade instalada em termos de equipamentos para prevenção e diagnóstico precoce dessas enfermidades, contemplando não somente centros urbanos, bem como pólos regionais no interior dos estados.

17 de julho de 2004

123. Desenvolver políticas, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, de prevenção, diagnóstico e reconhecimento das doenças e acidentes do trabalho para as trabalhadoras, com deficiência ou não, do meio urbano, rural, indígena, quilombolas e trabalhadoras domésticas, com ou sem vínculo empregatício, bem como garantir e criar legislação específica de prevenção, segurança e vigilância sobre as condições de bem estar da mulher trabalhadora e reconhecer as enfermidades decorrentes do assédio sexual, do assédio moral, e da violência sexual no local de trabalho.

124. Reconhecer, valorizar, validar e regulamentar as terapias tradicionais e implementar os valores da medicina alternativa e tradicional, em especial as de matriz africana e tradições indígenas, integrando essas práticas nos serviços do SUS. Garantir o acesso das mulheres a tratamento com fitoterápicos, homeopatia, acupuntura e outras práticas comprovadamente benéficas à saúde. Reconhecer por parte do Poder Público, os conhecimentos das populações indígenas sobre o uso das práticas tradicionais de saúde, respeitando as especificidades de cada povo, intercambiando estes conhecimentos com o sistema formal de saúde e pactuando a capacitação.

125. Desenvolver ações de informação e educação em saúde reprodutiva que promovam a igualdade de direitos entre mulheres e homens, utilizando inclusive a Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS.

126. Promover e garantir a formação continuada das(os) profissionais de saúde para atendimento ético, respeitando os valores pessoais, a liberdade individual, a decisão informada, em especial no acolhimento e abordagem de profissionais do sexo, homossexuais, lésbicas e transgêneros, mulheres do sistema prisional, adolescentes, mulheres com deficiência, pessoas de religiões diversas e culturas diversas, pessoas vivendo com HIV/ Aids, mulheres com neoplasia de mama, doenças crônico degenerativas e portadoras de doença do trabalho.

127. Implementar a atenção à saúde das mulheres lésbicas e bissexuais, incluindo o quesito orientação sexual nos sistemas de informação e nos documentos do SUS, capacitando gestores e profissionais de saúde no atendimento destes grupos.

128. Ampliar as políticas e serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, incluindo as unidades de medicina legal, capacitando as(os) profissionais



17 de julho de 2004



para o cuidado integral garantindo o atendimento referencial e emergencial nos hospitais e postos de saúde da rede pública para mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência física e sexual.

129. Sensibilizar gestoras(es) e profissionais de saúde para tratar o aborto clandestino como problema de saúde pública, incluindo-o nas ações de saúde reprodutiva. Garantir que as mulheres em processo de abortamento tenham atendimento humanizado nos serviços de saúde.

130. Rever a legislação que pune as mulheres que realizam o aborto. A primeira Conferência Nacional de Políticas para Mulheres recomenda a descriminalização e a legalização do aborto, com garantia do atendimento humanizado pelos serviços públicos de saúde.

131. Traçar políticas e programas que cubram toda rede pública de saúde (hospitais públicos, privados, filantrópicos e conveniados com o SUS), para oferecer atendimento humanizado, sigiloso e seguro, e com as técnicas mais modernas e menos agressivas (AMIU) nos casos de mulheres em situação de abortamento, aos casos de aborto previsto em Lei e aos casos de abortos autorizado por sentença judicial.

132. Garantir a prevenção e assistência em DST/AIDS às mulheres, e a suas (seus) parceiras (os), filhas (os), com especial atenção às mulheres negras, Usuárias de Drogas Injetáveis (UDI) e em geral (lícitas e ilícitas), parceiras (os) de UDI, terceira idade, lésbicas, profissionais do sexo, mulheres em situação de prisão, vítimas de violência, incluindo a ampliação e o acesso a medicamentos.

133. Ampliar o credenciamento do SUS para especialidades de cirurgia reparadoras para mulheres com lipodistrofia.

134. Implantar e ampliar as redes de atenção à saúde mental que contemplem as ações de prevenção, tratamento e inclusão social, com recorte de gênero e com preparo dos profissionais de saúde para o atendimento das especificidades sociais, étnicas, culturais e biológicas das mulheres.

135. Implementar uma política nacional de acesso aos testes de reconhecimento de paternidade (DNA) pelo SUS.

17 de julho de 2004

136. Responsabilizar o Estado na garantia da efetiva implantação do controle social das ações por meio de formação de Comitês, Conselhos de Saúde, divulgação de índices alcançados e criação de mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas, com representação dos movimentos de mulheres e capacitação de conselheiras(os).

137. Garantir que o Estado efetive os registros e estatísticas, com ampla divulgação sobre o atendimento à saúde da mulher e óbito, como forma de reduzir a sub-notificação, incluindo dados referentes à raça e etnia, deficiências, orientação sexual, local de residência (urbano/rural), violência e gênero.

138. Elaborar diagnóstico do mundo do trabalho e suas conseqüências na saúde e vida das mulheres trabalhadoras, possibilitando que as (os) profissionais do SUS sejam capacitadas (os) para o atendimento adequado, com identificação e tratamento dessas doenças do trabalho.

139. Subsidiar, instrumentalizar e regulamentar os serviços das parteiras tradicionais.

140. Considerar como problema da saúde pública a exploração sexual e violação de crianças e adolescentes, garantindo a implementação de projetos que visem a proteção social, bem como a prevenção da gravidez precoce.

141. Garantir a efetiva implementação do Programa Nacional de Saúde Bucal no SUS. Implementar programas de assistência nutricional a gestantes, lactentes, idosas, portadoras de doenças crônicas Ex: HIV/ Aids, câncer etc.

142. Criar programas que previnam a violência contra grupos de maior vulnerabilidade: crianças e adolescentes, mulheres idosas, negras, indígenas, trabalhadoras sem terra, bissexuais e lésbicas.

143. Investir em pesquisas sobre violência contra as mulheres lésbicas, buscando um diagnóstico para garantir este recorte nas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

Moradia e Infra-estrutura

144. Cabe ao Estado garantir investimento financeiro que propicie a ampliação quantitativa e qualitativa dos serviços públicos que concretizam os direitos sociais,

17 de julho de 2004

com ênfase no direito ao meio ambiente saudável e moradia digna com posse e titularidade da habitação em nome da mulher.

145. Implementar a reforma urbana de forma articulada com a Reforma Agrária, com acesso ao crédito ou subsídios. Garantir a implantação do Estatuto da Cidade, com ênfase na moradia como um direito humano básico, garantindo o direito a todas e todos à regularização fundiária e que os Planos Diretores incluam as questões de gênero, raça e etnia, orientação sexual, deficiências e faixa etária. Garantia de Programas de Urbanização de Favelas, onde se localiza de 40 a 60% de mulheres chefes de família segundo o IBGE/2000 (setores censitários).

146. Garantir investimentos em programas de moradia com o acesso prioritário para as mulheres vítimas de violência, encaminhadas pelos serviços públicos de combate à violência contra a mulher, às mulheres chefes de família, às famílias monoparentais, as soropositivas, ou vivendo com Aids, em situação de vulnerabilidade, desempregadas com quadro clínico preocupante e sem amparo da previdência.

147. Incentivar a atuação dos governos Federal, Estadual e Municipal para desenvolver programas de habitação priorizando as populações de baixa renda, prioritariamente chefes de família, viúvas, idosas, deficientes e com necessidades especiais, dotando-os de infra-estrutura e equipamentos comunitários garantindo a titularidade e compra de material de construção.

148. Incentivar, implementar e garantir programas e projetos cooperativos. Desburocratizar o sistema dos bancos federais para famílias de baixa renda, e de mutirão e auto-gestão para a construção de habitação, em parceria ou convênios com entidades de luta pela moradia, equipamentos sociais de apoio ao trabalho doméstico e espaços de qualificação profissional, cultura e lazer para famílias com renda de zero a cinco salários mínimos.

149. Assegurar ações integradas entre os governos federal, estaduais e municipais para promover o saneamento básico, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis.

150. Aumentar o investimento de recursos em programas e projetos habitacionais que garantam o direito à moradia e à terra urbana e rural, assegurando a infra-estrutura urbana e necessária, bem como os equipamentos sociais de apoio ao trabalho doméstico, de geração de emprego e renda, e de espaços de lazer.

17 de julho de 2004

Equipamentos sociais

151. Garantir políticas que organizem os espaços públicos, refletindo a possibilidade de convívio com as diferenças de gênero, raça e etnia, geração, classe social, orientação sexual e deficiência, garantindo equipamentos e serviços adequados às suas necessidades tais como creches, postos de saúde, espaços de esporte e lazer, saneamento, etc, equipamentos de esporte e lazer voltados para a mulher, integrado à realidade.

152. Ampliar e universalizar as soluções específicas para os transportes coletivos que garantam o acesso às mulheres grávidas, idosas, obesas, com deficiência, respeitando sua dignidade e condição física e mental, emocional e social, e mobilidade reduzida.

153. Implantar serviços e equipamentos como lavanderias e restaurantes públicos, centros de convivência (esporte, cultura e lazer).

154. Garantir que o poder público cumpra, e exija dos órgãos públicos e das empresas privadas e conveniadas, a lei de creches, negando alvará municipal aos infratores e promovendo o cumprimento dos direitos constitucionais referentes a creches e escolas.

155. Criar uma política de creches públicas, na cidade e no campo, com universalização do acesso e descentralização, como necessidade social da mulher, da família e direito da criança, remetendo à política educacional e à rede de ensino.

156. Garantir programas de revitalização de áreas degradadas, assim como os sítios que contenham patrimônios históricos e culturais, dando visibilidade àqueles que contemplem a memória das mulheres. Incorporar, nos planos e programas nacionais, estaduais e municipais de meio ambiente, a visão de gênero, raça, classe e etnia, considerando as desigualdades regionais.

157. Criar mecanismos de capacitação e inserção das mulheres de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, das mulheres da agricultura familiar e atingidas por barragens, que garantam seu poder de decisão na gestão ambiental sustentável e comitês de bacias e que reconheçam a contribuição dessas mulheres na produção do viver.

158. Incentivar e garantir as práticas agro-ecológicas e de cultivo de iniciativa das mulheres, bem como a agricultura familiar, garantindo o acesso ao crédito e subsídios, tendo como referência a construção do desenvolvimento sustentável.





159. Viabilizar e garantir a realização de pesquisas, visando aprofundar o conhecimento sobre o cultivo e comercialização de produtos transgênicos, quanto a seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde da população e, em especial, sobre a saúde das mulheres em todas as suas diversidades. Assegurar em lei o princípio de precaução, vetando o cultivo e a comercialização de produtos geneticamente modificados até a conclusão dos estudos sobre seus impactos e a aprovação de lei que regularize esta questão no Brasil. Garantir a rotulagem de produtos de procedência transgênica, mesmo que parcial.

160. Fortalecer os saberes instituídos pelas mulheres que produziram formas mais saudáveis e seguras para a produção de alimentos sem agrotóxicos e sem processos de transgenia.

161. Garantir a preservação de nossa biodiversidade através de uma política de desenvolvimento sustentável, estimulando a pesquisa de tecnologias ambientalmente limpas de desenvolvimento e de fontes de energia renováveis, de particular interesse das mulheres, na medida em que a elas tem cabido o cuidado das doenças e seqüelas resultantes do uso de agrotóxicos e insumos químicos.

162. Formular políticas que proíbam a apropriação privada da biodiversidade, e o patenteamento de seres vivos de nossa fauna e flora, dos conhecimentos tradicionais e do saber indígenas, os considerando patrimônio comum da humanidade.

163. Implementar a Agenda 21 em vários níveis com a perspectiva de gênero, raça, etnia e geração.

164. Garantir os serviços de coleta, coleta seletiva e reciclagem do lixo, distribuição e tratamento de água, esgoto e lixo a toda população urbana e rural.

165. Garantir o acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais, no meio rural e urbano, beneficiando especialmente as quebradeiras de coco, cortadoras de cana, seringueiras, mineiras, caranguejeiras, ribeirinhas, quebradeiras de pedra, garimpeiras, extrativistas, pescadoras, apicultoras, artesãs, que trabalham com barro, palha e outros recursos naturais, litorâneas e beneficiadoras de produções animais, indígenas e trabalhadoras rurais, quilombolas, assentadas e reassentadas de barragens.

166. Garantir e promover o acesso das mulheres quilombolas e indígenas à terra mediante a demarcação, regularização e homologação das terras indígenas, em especial das terras em conflito, e garantindo a titularização coletiva das terras quilombolas.

167. Assegurar, às mulheres urbanas e rurais, o protagonismo nas instâncias de decisão no que se refere às políticas de segurança alimentar e nutricional.

168. Garantir o acesso e assento das entidades que defendem os direitos das mulheres, nas instituições setoriais formuladoras das políticas públicas ambientais, urbanas e rurais, como os Conselhos das Cidades, Meio Ambiente, Energia e recursos hídricos, nas esferas de poder nacional, estadual e municipal.

169. Apoiar e incentivar programas e projetos de cooperativas de mulheres na área de aproveitamento de resíduos.

EIXO 4

EfETIVAÇÃO dos DIREITOS HUMANOS das MULHERES: civis, políticos, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS.

170. É parte das responsabilidades do Estado, a defesa e promoção do exercício da cidadania pelas mulheres com adoção de medidas para garantir igualdade de acesso às estruturas de poder e aos processos de decisão por meio das seguintes diretrizes.

171. Adotar ações afirmativas não restritas à política de cotas, em diferentes iniciativas, programas e projetos na administração pública dos distintos níveis de governo, assim como nos processos eleitorais e nas práticas de gestão participativa e seus mecanismos, tais como os orçamentos participativos, conferências e conselhos de gestão de políticas sociais.

172. Aumentar o controle público sobre os processos da democracia representativa com o financiamento público de campanhas.

173. Ampliar e implementar ações afirmativas, especialmente para enfrentar a situação de desvantagens e diversidade de experiências e situações vivenciadas pelas

17 de julho de 2004

mulheres negras, índias, jovens, adolescentes, idosas, lésbicas, bissexuais e mulheres com deficiência, mulheres privadas de liberdade, mulheres vivendo com HIV/AIDS, profissionais do sexo e residentes em localidades de difícil acesso ou distantes de centros urbanos.

174. Assegurar a promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres, traduzindo na legislação nacional, nos planos, nos programas e projetos executivos, seu caráter de direitos universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, bem como reconhecer que violações perpetradas contra mulheres e meninas são violações de direitos humanos.

175. Estimular a implantação e implementação/extensão de defensorias públicas específicas para as mulheres, promotorias de justiça e juizados especiais e fortalecer o Ministério Público, como forma de agilizar e garantir a devida reparação nos casos de crimes de violência contra a mulher, de direitos humanos, racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia e de todas as formas de intolerância religiosa, bem como promover o controle democrático sobre o poder judiciário.

176. Promover o reconhecimento da diversidade e adotar mecanismos de reparação às populações afrodescendentes, quilombolas e indígenas, intensificando políticas públicas de efetivação de direitos. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR deverá atender com políticas públicas as necessidades e interesses dos povos indígenas, em especial das mulheres índias, e fazer a revisão de suas atribuições definidas na lei que a instituiu.

177. Assegurar às mulheres no sistema prisional ou egressas deste, a dignidade e proteção dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, em especial das regras mínimas para tratamento das detentas, aprovadas pelas Nações Unidas, respeitadas as especificidades decorrentes da orientação sexual e da maternidade. Oportunizar a visitação de seus familiares, especificamente no que se refere à visitação de filhos menores. Garantir a inclusão nas resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciárias, a visita íntima para as mulheres lésbicas.

178. Promover a divulgação dos compromissos governamentais assumidos no âmbito dos direitos internacionais, que tratam da promoção, defesa dos direitos e do exercício da cidadania das mulheres, de forma continuada e acessível a toda população, criando condição para o seu monitoramento por parte da sociedade civil.



17 de julho de 2004

179. Garantir que as normas de acessibilidade e segurança sejam implementadas em estabelecimentos, logradouros e transportes públicos, com vistas a efetivar os direitos de cidadania das mulheres com deficiência.

180. Garantir, defender e estender os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, trabalhistas e previdenciários previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, garantindo o reconhecimento e defesa das diversas modalidades de famílias e parcerias, independente da orientação sexual.

181. Contribuir para a transformação da relação das mulheres com o seu grupo familiar, independente da orientação sexual, favorecendo a democratização e possibilitando a superação das relações familiares estruturadas a partir do domínio e da violência.

182. Elaborar e implementar legislação e políticas para efetivação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, com políticas de difusão, informação e capacitação junto à sociedade e organismos da administração governamental, em todos os níveis, bem como promover a ampliação dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, para jovens, terceira idade e pessoas com deficiência.

183. Promover e garantir o reconhecimento público do direito das mulheres e dos casais quanto à opção da maternidade/paternidade, possibilitando meios para regulação da sua fecundidade, afirmando o caráter laico das políticas de saúde reprodutiva. Neste sentido, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres recomenda a descriminalização e a legalização do aborto, com a garantia da assistência ao aborto no serviço público de saúde.

184. Desenvolver mecanismos de promoção de respeito e legitimação à diversidade de orientação sexual, implementando políticas estratégicas e consolidando os direitos civis já constituídos para a construção e efetivação da plena cidadania de lésbicas, bissexuais e demais cidadãos que vivem em processo de exclusão, cumprindo determinação do Governo Federal no Programa “Brasil Sem Homofobia”, e garantindo os benefícios de assistência médica e previdenciária, direito à herança, pensão e registro de parceria civil entre homossexuais.

185. Estabelecer e garantir o direito das mulheres e dos casais quanto à opção da maternidade/paternidade.

186. Fortalecer e ampliar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres como espaço de formulação, elaboração e articulação das políticas de gênero e combate à discriminação nos diversos níveis de governo (municipal, estadual, distrital e federal).

187. Reconhecer e promover o projeto de promotoras legais populares, como uma política pública, em parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, para defesa e promoção do direito das mulheres e garantia do acesso à justiça.

EIXO 5

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A IGUALDADE.

Educação para a igualdade de gênero

188. Assegurar e monitorar ações estratégicas nas instâncias de decisão e execução de políticas educacionais para uma educação e pedagogia não sexista, anti-racista, antidiscriminatória e antihomofóbica, em direção a uma educação para a igualdade, respeitando, valorizando e levando em conta as diferenças individuais.

189. Identificar e atuar com ações afirmativas nas condições sociais que impedem segmentos de mulheres de se alfabetizarem, reformulando e implementando os programas educacionais de jovens e adultos, adequando-os às necessidades das mulheres.

190. Elaborar, adotar e divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre as populações afrodescendentes e indígenas para a formulação e implantação de políticas públicas, que combinem ações de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura. Dar especial atenção à implantação do quesito cor nos formulários e registros nas diferentes áreas.

191. Cabe ao Ministério da Educação - MEC introduzir na formação dos docentes, das Instituições de Ensino Superior, disciplinas sobre relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual incluindo estágio. Além disso, garantir aos docentes em exercício,

17 de julho de 2004

formação permanente específica subsidiada pelo governo, sobre as mesmas questões em todos os níveis do sistema educacional público. A inclusão de gênero, raça, etnia e orientação sexual deve ser ampliada para todas as áreas do conhecimento, acrescentando conteúdos sobre essas questões nos currículos do sistema Nacional de Ensino. Nessa perspectiva, a reforma universitária em curso deve contemplar essas demandas, com apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM.

192. Propiciar e estimular a abordagem das questões de gênero em suas interfaces com a educação, nos processos de formação continuada na rede de ensino, em todos os níveis, fornecendo informações regulares sobre como tais questões se relacionam com o desenvolvimento do currículo, tornando tais questões pauta permanente do trabalho pedagógico.

193. Realizar em nível nacional uma conferência articulada pela SPM, Ministério das Comunicações, SEPPIR e MEC sobre gênero, raça e etnia e educação escolar formal, não-formal e informal que trate das diretrizes para as escolas públicas e privadas, em todos os níveis, com a participação ativa das (os) trabalhadoras (es) em educação – professoras (es), administrativas (os) e estudantes.

194. Rever os parâmetros curriculares e as políticas educacionais sobre a ótica de gênero, raça e etnia, orientação sexual, geracional e pessoas com deficiência considerando outras dimensões além da sexualidade.

195. Atuar para garantir nos conteúdos programáticos e curriculares dos cursos de formação de professores, em todos os níveis, nas práticas de ensino, formação continuada, gestão escolar, as questões de gênero, raça e etnia e orientação sexual, visando a formação teórica e prático-reflexiva de todas (os) aquelas (es) que atuam em educação, enquanto elemento fundamental para uma educação inclusiva e de qualidade.

196. Garantir em âmbito nacional o movimento de reorientação curricular que incorpore a diversidade cultural nas questões de gênero, raça e etnia, e de livre orientação sexual com a participação ativa das educadoras (es).

197. Avaliar os livros didáticos e recursos pedagógicos, integrando a dimensão de gênero, raça, etnia, orientação sexual, de geração, deficiência e regionalidade, visando não só eliminar estereótipos e preconceitos, mas principalmente construir e orientar



17 de julho de 2004

parâmetros de análise quanto aos textos e imagens veiculados, respeitando as diretrizes curriculares nacionais.



198. Equipar as escolas de ensino fundamental e médio, formando educadoras(es) na utilização de equipamentos audiovisuais nas escolas, incentivando a criação de videotecas e a produção de vídeo e cinema nacional que abranjam os temas transversais, incluindo deficiência e orientação sexual, devendo a responsabilidade de tais medidas ser da União, através do Ministério das Comunicações e governos estaduais e municipais, além dos recursos já vinculados.

199. Realizar um processo de capacitação e formação continuada de profissionais da educação (professores, orientadores, diretores, psicopedagogos, agentes escolares administrativos etc) e comunidade escolar, no sentido de eliminar atitudes preconceituosas em relação às lésbicas, demais orientações sexuais, as profissionais do sexo e em relação às pessoas com deficiência, sejam alunas (os) ou professoras (es) no ambiente escolar e fora dele.

200. Criar programas de educação que entendam a realidade e as necessidades das mulheres do campo (assentadas, acampadas, sem terra, quilombolas) e trabalhadoras rurais e urbanas em geral que necessitam, por exemplo, de horários e tempo de duração escolar diferenciado, as mulheres indígenas que necessitam de escolas diferenciadas, com educadoras (es) capacitadas (os).

201. Ampliar os programas de educação sexual abordando os seguintes temas: relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, autonomia sobre o corpo, sexualidade como um direito, prevenção da gravidez na adolescência, prevenção das DST/AIDS, aborto, violência doméstica e sexual e drogadição, assegurando a capacitação continuada de todas (os) as (os) educadoras (es) e demais profissionais da rede envolvidas (os) no programa.

202. Reconhecer, estimular o contato e garantir espaço para a diversidade das práticas educacionais, esportivas e culturais das diversas matrizes culturais, principalmente as africanas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas e fronteiriças.

203. Determinar que as escolas garantam acessibilidade física, tecnológica, de equipamentos e de comunicação para receber as mulheres com deficiência (física, visual, auditiva e mental), promovendo a utilização de *softwares* (livres) que garan-

17 de julho de 2004

tam a inclusão e autonomia dessas pessoas, em especial as mulheres. Além disso, preparar as(os) profissionais da educação para o trato com a deficiência e profissionais que lidam com a linguagem de sinais (LIBRAS), favorecendo a educação inclusiva conforme previsto no capítulo V da LDB.

204. Criação de uma política de creches públicas, com universalização do acesso, como necessidade social da mulher, da família e direito da criança, qualificando as educadoras (es) infantis, garantindo seu funcionamento em horário diurno e noturno.

205. Garantir a ampliação do atendimento escolar em horário integral para crianças e jovens de 06 a 14 anos, com inclusão de atividades extracurriculares.

206. Ampliar a cobertura da educação infantil em período integral, especialmente as creches, estendendo o horário de permanência das crianças e possibilitando seu funcionamento no período noturno, garantindo a implementação do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB.

207. Traçar diretrizes para que os cursos profissionalizantes não reproduzam estereótipos de aptidões supostamente naturais para as mulheres e os homens, possibilitando às mulheres, especialmente as jovens, trabalhadoras do lar, terem acesso à formação nas diversas áreas, ampliar o universo profissional das mulheres, bem como romper com a cultura tradicional de que a mulher não precisa estudar.

208. Considerar as práticas esportivas como ações educativas fundamentais, formativa e de saúde, que deverão contemplar ações conjuntas com os profissionais de educação física, com o objetivo de desenvolver metodologias de atividades físicas atentando para a dimensão de gênero, referenciando conteúdos e práticas na área da educação física e esportiva, e de lazer.

209. Criar em todas as Secretarias de Educação (municipais, estaduais e distrital) mecanismos estratégicos voltados para o trato da eliminação do racismo no ambiente escolar da rede pública e privada, expresso nos livros didáticos e nas relações escolares em todos os níveis, visando a formação permanente dos profissionais de educação o qual deve ser composto e ou assessorado por educadoras e educadores negros comprometidos com a luta anti-racista e dispor de recursos suficientes para cumprir seus objetivos.

17 de julho de 2004

210. Criar em todas as secretarias de educação (municipais e estaduais e distrital) um núcleo específico para tratar a temática indígena no ambiente escolar da rede pública e privada, modificando o tratamento dado à questão indígena e étnico racial nos livros didáticos e nas relações escolares em todos os níveis. O núcleo deve ser composto e/ou assessorado por educadoras (es) indígenas comprometidas (os) com a causa indígena, dispondo de recursos suficientes para cumprir seu objetivo.

211. Fazer cumprir a LDB no disposto da lei federal 10.639/03 e as diretrizes curriculares nacionais decorrentes dessa lei que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de educação infantil, fundamental, médio e superior público e privado.

212. Formular políticas de ações afirmativas que possam ser desenvolvidas de modo transversal, estabelecendo parcerias com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

213. Desenvolver, através da SPM, campanhas educativas na mídia de enfrentamento a todas as formas de discriminação, com ampla divulgação dos direitos da mulher.

214. Promover na escola, em articulação com a comunidade, poder público e ONGs, ações voltadas à prevenção e assistência à violência doméstica, eliminação do trabalho infanto-juvenil, da homofobia e do racismo, informando sobre seus direitos, leis, equipamentos sociais e assistência psicossocial e jurídica.

215. Assegurar aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior, o acesso à educação previdenciária, com perspectiva de gênero, raça e etnia, articulando as várias instâncias de governo e da sociedade civil.

216. Ampliar a porcentagem do Produto Interno Bruto - PIB destinado a educação atingindo o mínimo de 7% (sete por cento).

217. Garantir, em todos os municípios, o acesso à escolarização pública em todos os níveis e modalidades de ensino.

218. Propiciar programas de incentivo a produção científica e cultural das mulheres, questionando o androcentrismo da ciência sob a aparente neutralidade com que se apresenta e seus efeitos sobre a educação e a produção do conhecimento.

17 de julho de 2004

219. Assumir o compromisso de construir políticas públicas para a igualdade, resgatando as mulheres como sujeito das práticas culturais e da produção de conhecimento, incentivando e ampliando, por meio das Secretarias de Cultura, do Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia e Secretaria Federal de Comunicação, estas iniciativas e objetivos, apoiando e divulgando a produção cultural e científica das mulheres, inclusive estimulando a pesquisa e adoção oficial de livros que contemplem a contribuição das mulheres na construção da história da humanidade.



220. Implementar e Incentivar as iniciativas culturais das mulheres, considerando-as como potencializadoras das ações educacionais e comunicativas, introduzindo a perspectiva de gênero, raça e etnia, utilizando as diferentes linguagens e expressões artísticas, aproximando e resgatando o cotidiano da cultura popular e da diversidade cultural de nossa realidade, ressaltando a contribuição das mulheres de todas as gerações.

221. Desenvolver políticas e estratégias de respeito a todas as pessoas: aceitação das diferenças culturais, sexuais, políticas, religiosas, étnicas e raciais, visando com isso à democratização das relações interpessoais e sociais.

222. Divulgar e se pautar pelos princípios do documento da Organização das Nações Unidas – ONU sobre envelhecimento ativo: independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização.

223. Criar e viabilizar políticas públicas descentralizadas que democratizem o direito das mulheres ao lazer e ao esporte, para que tenham condições de manifestar seu potencial criativo e tenham acesso aos bens esportivos culturais produzidos pela humanidade respeitando a terceira idade.

224. Fomentar a produção cultural e a pesquisa que trate da temática da mulher, valorizando a produção cultural e científica das mesmas, incorporando a dimensão de gênero, raça e etnia.

225. Incentivar a criação de centros de referência que integrem saúde, educação e cultura para as pessoas com deficiência, respeitando o princípio e metodologia de trabalho da interdisciplinaridade no diagnóstico, prevenção e acompanhamento, levando em consideração a relação entre a escola, família e comunidade.

226. Incentivar a criação de centros de referência cultural que atendam mulheres com diferentes condições de aptidão humana e livre orientação sexual.

227. Incentivar a criação de casas ou centros de cultura que incluam em suas agendas atividades que abordem a temática lésbica. Instituir o 29 de agosto como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Políticas de Igualdade de gênero na Comunicação

228. Cabe ao Estado democratizar os meios de comunicação e promover a implantação de políticas públicas de comunicação de caráter regulador e fiscalizador, e de controle social garantindo o acesso e a representação efetiva dos diferentes segmentos da população à informação e à liberdade de expressão das mulheres.

229. Promover a regulamentação das rádios e TVs comunitárias.

230. Elaborar um código de ética para os meios de comunicação de massa garantindo o controle social dos meios de comunicação para coibir e punir os excessos cometidos, no que diz respeito à violência, racismos, sexismo, pornografia e outros, no conteúdo da televisão, do rádio, jornais e revistas impressas, bem como as novas mídias que se caracterizam pela confluência dos diversos veículos, propiciada pela Internet, sistemas digitais e outdoor. Monitorar os meios de comunicação de massa visando um diagnóstico para um processo reflexivo sobre a qualidade da programação numa perspectiva de gênero, raça e etnia, inclusive sobre as lacunas e insuficiências existentes.



231. Exigir mídia gratuita para campanhas de comunicação e serviços.

232. Garantir que os contratos públicos celebrados pelo governo com agências de publicidade, propaganda e mídia em geral, tenham cláusula específica referente à participação de negros e negras, promovendo uma imagem equilibrada e não estereotipada nos meios de comunicação.

233. Regular uma cota de espaço de mídia para campanhas educativas governamentais e não-governamentais no sistema privado de comunicação, com vistas a desconstrução dos estereótipos e preconceitos contra a mulher.

17 de julho de 2004

234. Exigir, estabelecendo cotas mínimas de programação e espaço nos diferentes meios de comunicação de massas, a introdução de mensagens educativas e de serviços sobre diferentes temas de relevância, no que se refere a inclusão e valorização da mulher, como contraparte da concessão pública de transmissão.

235. Elaborar, em conjunto com a sociedade, um código de ética que regularmente e garanta na mídia o recorte de gênero, raça/etnia, sempre incentivando o respeito às diferenças e veiculando apenas o que determinar o referido código, responsabilizando empresas e profissionais da mídia pelo abuso mercantilista.

236. Estimular a elaboração em conjunto com o CONAR, órgão de auto-regulamentação da publicidade, código de ética sobre a imagem da mulher na publicidade, com garantia de controle social dos meios de comunicação, contemplando a diversidade das mulheres negras, com deficiências e lésbicas nas campanhas publicitárias, criando, então, um conselho fiscalizador do qual façam parte a SPM, Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, SEPPIR e movimentos de mulheres.

237. Garantir o direito de acesso às Tecnologias da Informação, através de programas de inclusão digital e o desenvolvimento de capacitação para o seu uso e produção, que vá além da questão instrumental, incluindo a perspectiva da cidadania ativa, com a leitura crítica e a criação de mecanismos de intervenção para alterar os estereótipos dos padrões vigentes. Prever a promoção do uso de software livre, inclusive para acesso de pessoas portadoras de deficiência e a utilização destes na produção de *sítes* inclusivos na Internet.

238. Promover através de campanhas nos meios de comunicação de massa, ações afirmativas que valorizem a estética negra e indígena (cor, cabelo, vestimenta, beleza, maquiagem e etc), estimulando, com isso, o orgulho da identidade étnico-racial.

239. Promover políticas de ações afirmativas, estabelecendo cotas de 30% para as mulheres negras e índias nas escolas, universidades federais, estaduais e privadas e cargos públicos em todos os escalões.

17 de julho de 2004

MOÇÕES APRESENTADAS NA PLENÁRIA FINAL

18 moções atingiram o número de 200 assinaturas exigidas no Regulamento.

1) Moção de Repúdio

Nós delegadas e delegados da 1ª Conferência Nacional de Política para Mulheres repudiamos, veementemente a publicação do livro *Manual da Incompetência Feminina*, do autor Paulo Mundim Prazeres Repudiamos também o procedimento da Editora IBRASA, sendo co-responsável por tamanha violência e discriminação contra as mulheres brasileiras, motivo este que exigimos a imediata suspensão da edição, assim como o repasse das verbas adquiridas pela vendagem do livro para órgãos de apoio à mulher ou a Secretaria Especial de Política para Mulheres.

Essa é a redação que teve 325 assinaturas – Aprovada

2) Nós, Delegadas de Pernambuco, expressamos nosso repudio ao Governador Jarbas Vasconcelos, que se mostrou indiferente a importância do processo das conferências para as mulheres, descumprindo o seu papel de garantir que todas as Delegadas eleitas na I Conferência Estadual de Políticas para Mulheres pudessem participar do pleno da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizado em Brasília/ DF, de 15 a 17 de julho de 2004. Em seu descaso, o governo de Pernambuco não propiciou condições para que a I Conferência Estadual de Política para Mulheres se desenvolvesse de modo a promover uma eficaz discussão de políticas públicas para as mulheres. A ausência de estrutura adequada comprometeu o debate político e o processo de escolha das delegadas. Além disso, o governo de Pernambuco não viabilizou condições dignas para a viagem da delegação ao oferecer a essas representantes somente a opção de viagem de ônibus, sem a ajuda de custo adequada, dificultando o deslocamento e a presença da delegação completa, impossibilitando que a representação da diversidade pernambucana estivesse presente, de forma a contribuir com a construção de um Plano Nacional que busca a igualdade a partir de uma perspectiva de gênero, não-sexista, anti-racista e não-homofóbica. Isso comprova a falta de compromisso na sua política e na construção de processos democráticos que incluam as mulheres como protagonistas.

Essa é a redação que teve 200 assinaturas - Aprovada

3) A I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, realizada entre os dias 15 e 18 de julho de 2004, em que estiveram presentes mulheres de todos os estados brasileiros, aprovou no dia 16 de julho a seguinte moção a respeito da liminar do Supremo Tribunal Federal sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Funda-

17 de julho de 2004

mental apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, com assessoria técnica da ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero:

Moção de apoio: Diante do sofrimento das mulheres grávidas de fetos com anencefalia, do direito universal à saúde e do cumprimento aos princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, expressamos nosso apoio à liminar do Ministro Marco Aurélio Mello que autoriza mulheres grávidas de fetos com anencefalia a interromperem a gestação. Registramos, ainda, nossa confiança que o plenário do Supremo Tribunal Federal irá referendar tão importante decisão para a garantia da saúde reprodutiva, psíquica e espiritual das mulheres, bem como dos direitos humanos.

411 assinaturas - Aprovada

4) Moção de apoio à liminar concedida pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, do Superior Tribunal Federal – STF, cujo mérito será avaliado em agosto, favorável à realização de aborto em casos de gravidez de fetos anencéfalos (sem cérebro), que não possuem nenhuma chance de sobrevivência, causando enorme sofrimento às mulheres.

313 assinaturas - Aprovada

5) Moção de Protesto contra a Legalização do Aborto

Nós, abaixo assinadas, protestamos contra qualquer proposta em prol da LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, reiterando o princípio legal de que TODOS TÊM O DIREITO A VIDA, conforme previsto no art. 5º da Constituição Federal, pois a partir da concepção, uma nova vida foi gerada, não cabendo a nós o direito de decidir sobre ela. Alertando também sobre a importância de um programa de acompanhamento de crianças, adolescentes e jovens, que precocemente estão entrando na atividade sexual sem estarem totalmente cientes das suas conseqüências e responsabilidades, gerando um aumento no número de adolescentes grávidas ou com problemas de DST/AIDS.

224 assinaturas – Rejeitada

6) Moção de defesa da legalização do aborto.

Retirada pelo tema já ter sido debatido e aprovado na Conferência

7) Emenda Constitucional – PEC 385/2001 – aposentadoria para donas-de-casa

Nós, mulheres de várias organizações sociais de todo o Brasil, manifestamos nosso total apoio à proposta de emenda constitucional 385-2001, que dá direito a aposentadoria para Donas-de-Casa. Este direito é de fundamental importância para a diminuição da pobreza e desigualdade de gênero no Brasil.

244 assinaturas – Aprovada





8) Secretaria da Mulher no Primeiro Escalão – Recomendação para candidatas(os) Moção de recomendação às candidatas e candidatos as Prefeituras de todos os municípios brasileiros, pela criação de Secretarias da Mulher, com status de 1º escalão, em seus futuros governos, pois as experiências existentes, neste sentido, tem tido êxito e tem contribuído para a implantação de políticas públicas que beneficiam as mulheres em diversos setores de suas vidas.

538 assinaturas – Aprovada

9) Desvinculação de recursos constitucionais - Saúde, Educação e Superávit

Os recursos que a Constituição garante para a saúde e para a educação constituem uma conquista histórica do povo brasileiro. A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, vêm, de público, com profundo sentimento de indignação, manifestar seu repúdio à proposta de desvinculação das verbas constitucionais destinadas à saúde e a educação em estudo no Ministério da Fazenda, atendendo as exigências do FMI.

É falso o argumento de que é preciso “desengessar o orçamento” para se ter mais recursos para aplicar na área social. A intenção manifesta de acabar com as vinculações orçamentárias, em nome de uma maior flexibilidade fiscal é para a realização de superávit para o pagamento da dívida. De janeiro a maio de 2004, o superávit somou R\$ 29 bilhões (29.347.429.568,37) valor que o governo previu para a saúde no ano de 2004. A I Conferência Nacional de Política para as Mulheres exige que o governo cumpra o seu contrato com a Nação e a Constituição, mantendo as regras atuais que vinculam a receita para Saúde e Educação.

244 assinaturas – Aprovada

10) Promotoras Legais Populares

Considerando que a falta de conhecimento e consciência da condição de sujeito de direitos pela grande maioria das mulheres brasileiras impede a efetivação dos seus direitos civis e políticos, econômicos e sociais; Considerando que no Brasil a experiência de formação de PROMOTORAS LEGAIS POPULARES tem se revelado como importante mecanismo de empoderamento e fortalecimento da cidadania das mulheres e está sendo implementado em 11 estados da federação; Nós, mulheres brasileiras, reunidas na I Conferência Nacional de Política para Mulheres, recomendamos o reconhecimento e promoção do projeto de Promotoras Legais Populares como uma Política Pública em parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, para a defesa e promoção dos direitos das mulheres e garantia de acesso à justiça.

453 assinaturas – Rejeitada

17 de julho de 2004

11) Construção de uma Cultura da Paz

"A história está clamando por reconciliação, compaixão, amor, serviço e sacrifício. Os problemas de hoje não podem ser solucionados pela lógica do poder... Nossos problemas podem ser solucionados pela lógica do amor" – Dr^a Hak Ja Han Moon – Presidente da Federação das Mulheres para a Paz Mundial."

Considerando que a Organização das Nações Unidas incumbiu as mulheres de ajudar a concretizar o maior sonho da humanidade: A PAZ MUNDIAL e que uma campanha mundial indicará, coletivamente, ao Prêmio Nobel da Paz 2005, mil mulheres que trabalham pela construção de uma cultura de paz, as delegadas do Estado da Paraíba resolvem apresentar a presente moção, que visa sensibilizar o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, na criação de um programa que defina as seguintes prioridades:

- a. Reconhecer o papel das mulheres na democratização e na construção de uma CULTURA DA PAZ;
- b. Enfocar que cada brasileira possa ser MULHER AGENTE DA PAZ;

214 assinaturas – Aprovada

12) Mulher Indígena – Terra Raposa Serra do Sol

Nós, mulheres participantes da I Conferência Nacional de Política para Mulheres apoiamos as mulheres indígenas de Roraima que manifestam seu repúdio pela forma como os direitos dos povos indígenas estão sendo violados, especialmente o direito ao território tradicionalmente ocupados pelos povos da terra indígena Raposa Terra do Sol, conforme portaria 820/98 da constituição brasileira. Desse modo, exigimos a imediata homologação em área contínua da TI Raposa Serra do Sol, que se tornou um caso emblemático da violência e descaso contra os povos indígenas.

233 assinaturas – Aprovada

13) Homologação das terras indígenas com demarcação continuada

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ao Supremo Tribunal Federal

Ao Ministério Público

Ao Ministério da Justiça

Nós, mulheres indígenas, na I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas em Brasília de 12 a 13 de julho e também na I Conferência de Políticas para Mulheres que manifestam lutas e vigílias constantes, para que nos seja entregue a HOMOLOGA-

17 de julho de 2004

ÇÃO DE NOSSAS TERRAS COM DEMARCAÇÃO CONTINUADA NO PAÍS INTEIRO (ninguém deve atravessá-las, nem invadi-las). Partes dessas terras já foram demarcadas pelo INCRA e tem uma nação indígena em Goiás que está vivendo em terra emprestada de outros parentes, eles sentem e estão marginalizados por isso. NÃO QUEREMOS MAIS VIOLÊNCIAS. QUEREMOS VIVER COM DIGNIDADE. Somos um povo resistente e defensor do país.

200 assinaturas – Aprovada

14) Apoio à candidatura de Sílvia Pimentel ao CEDAW

No próximo dia 05 de agosto de 2004 serão realizadas eleições para o Comitê sobre Discriminação contra a Mulher (Comitê Cedaw), órgão das Nações Unidas responsável pelo monitoramento da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher. O Comitê é composto em sua maioria por especialistas de países do hemisfério norte, com sub-representação do hemisfério sul, especialmente da América Latina e Caribe. O Brasil esteve representado no Comitê uma única vez, há mais de 20 anos. Em reconhecido compromisso para reverter esse quadro, o governo brasileiro, por indicação da sociedade civil, apresentou como candidata ao Comitê CEDAW a Professora Doutora Sílvia Pimentel, jurista feminista, de histórica trajetória no movimento de mulheres em âmbito nacional e internacional.

A I Conferência Nacional de Política para Mulheres manifesta seu total apoio à candidatura de Sílvia Pimentel, reconhecendo sua legitimidade, competência e compromisso na luta pela defesa dos direitos humanos das mulheres, e solicita ao governo brasileiro, no marco do Ano Nacional da Mulher, que dê a máxima prioridade a essa candidatura, a fim de que as mulheres brasileiras possam contar com legítima representante em órgão internacional de tamanha relevância.

231 assinaturas – Aprovada

15) Atos de violação dos direitos das mulheres nos processos de guerra

Moção de repúdio a todos os atos de violação dos direitos das mulheres, nos processos de guerra, nos quais elas sofrem abusos de toda a ordem e têm seus corpos violentados sistematicamente.

239 assinaturas – Aprovada

16) Casa-abrigo de Juiz de Fora

Nós mulheres, representando todos os Estados do Brasil, queremos APOIAR a iniciativa das companheiras de Juiz de Fora/MG, na sua luta pela continuidade do serviço

de CASA-ABRIGO, que está na iminência de ser fechada por atos abusivos de setores da Administração Municipal.

Neste ano de implementação de Políticas Públicas de Igualdade de Oportunidades de Gênero, apelam para a sensibilidade do Prefeito Municipal, cuja propalada vocação social é conhecida de todos, para que apóie a luta das mulheres brasileiras, como sempre o fez, pois Juiz de Fora não pode transitar na CONTRAMÃO dos avanços sociais, cujos resultados estão evidenciados nesta 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

418 assinaturas – Aprovada

17) Moção sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós delegadas da primeira conferência nacional de políticas para mulheres vimos parabenizar a comissão parlamentar mista de inquérito do abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes pela aprovação do relatório final. Vimos também manifestar nossa indignação com os parlamentares que votaram a favor da retirada do nome do vice-governador do estado do Amazonas da lista dos envolvidos.

235 assinaturas – Aprovada

18) Caso Maria da Penha

Em 1983, Maria da Penha foi vítima de tentativa de homicídio por seu então marido, que em Fortaleza (CE), atirou em suas costas, deixando-a paraplégica. Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) responsabilizou o Estado Brasileiro por omissão, negligência e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, pela ineficácia da Justiça em punir crimes dessa natureza. Passados 3 anos dessa decisão, o Brasil ainda não cumpriu integralmente com as recomendações da Comissão.

A I Conferência Nacional de Política para Mulheres protesta contra a demora do Estado em cumpri-las e EXIGE que o governo imediatamente tome todas as medidas para investigar os responsáveis pela demora injustificada que resultou na violação dos direitos e garantias de acesso à Justiça; efetuar o pagamento de indenização a Penha e demais medidas de leis e políticas públicas para enfrentar o problema.

201 assinaturas - Aprovada



I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

REGULAMENTO INTERNO

APROVADO NA PLENÁRIA do dia 15 de julho de 2004



CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - Este regulamento tem por finalidade definir as normas de funcionamento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), convocada por Decreto Presidencial de 19 de dezembro de 2003, com REGIMENTO aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 02 de dezembro de 2003. A I CNPM tem por objetivo “propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a ser apresentado ao Presidente da República”.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º - A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será presidida pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária-Adjunta ou pela Coordenadora Executiva da Conferência.

Art. 3º - A coordenação das atividades durante os três dias da Conferência estará a cargo da Comissão Organizadora designada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), composta por quatro integrantes do CNDM e por quatro representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, presidida pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - A realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá a seguinte programação:

- a) Plenária de Abertura
- b) Painéis
- c) Grupos Temáticos
- d) Plenária Final

CAPÍTULO IV

DOS PAINÉIS

Art. 5º - Nos termos de seu Regimento, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá como tema "Política para as mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero" que será abordado a partir de dois grandes painéis:

1. análise da realidade brasileira, avaliando as políticas realizadas e os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro;
2. apresentação de propostas de diretrizes para a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Art. 6º - O temário da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será abordado por painelistas indicadas(os) pela Comissão Organizadora que disporão de 20 (vinte) minutos para as suas exposições.

Parágrafo 1º—Ao término do primeiro painel, as(os) delegadas(os) e as(os) convidadas(os) poderão manifestar-se verbalmente ou por escrito, sendo que o tempo de intervenção será de 3 (três) minutos, improrrogáveis.

Parágrafo 2º - Caberá à mesa definir o número de inscrições considerando-se a programação da Conferência.

Art. 7º - As exposições serão registradas em fita magnética com vistas a sua divulgação nos Anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

CAPÍTULO V

DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 8º - Os Grupos Temáticos se reunirão para debater e definir as propostas de diretrizes para um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a serem apreciadas pela Plenária Final da Conferência a partir dos seguintes eixos temáticos:

1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.
2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança.
3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais.
4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.
5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

Parágrafo 1º - Cada eixo temático será debatido por 4 (quatro) grupos.

Parágrafo 2º - Os Grupos Temáticos serão constituídos buscando levar em consideração as opções feitas pelas(os) inscritas(os) no pré-credenciamento.

Parágrafo 3º - Os grupos temáticos deverão abordar os temas numa perspectiva não sexista, não racista, não homofóbica, incorporando a diversidade étnica.

Art. 9º - Os Grupos Temáticos serão constituídos:

I – Por delegadas(os) com direito a voz e voto, convidadas(os) com direito a voz e observadoras(es) em número de até 100 (cem pessoas por grupo).

II – Por uma coordenadora, indicada pela Comissão Organizadora, com as funções de coordenar as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com o roteiro previamente recebido.

III – Por uma relatora, indicada pela Comissão Organizadora e uma sub-relatora indicada pelo próprio grupo, responsáveis pelo relatório do grupo e da consolidação junto aos demais grupos do mesmo eixo temático.

Art. 10º - As delegadas(os) nos grupos terão direito a aprovar, suprimir, mudar a redação ou incluir propostas em forma de diretrizes pertinentes ao tema, contidas nos relatórios dos Estados, e que não foram contempladas no documento-base.

Parágrafo Único - Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem 50% mais 1 (um) dos votos das(os) delegadas(os) presentes nos grupos.

Art. 11º - A discussão nos grupos temáticos, será realizada tendo por base o Relatório consolidado pela Comissão Especial Temática e de Relatoria, contendo as propostas de diretrizes emanadas das Conferências Estaduais, que deverão ser debatidas e deliberadas no próprio grupo.

Parágrafo 1º - Estarão disponíveis nos grupos a Memória das deliberações de todas as conferências estaduais, para eventuais consultas.

Art. 12º - As propostas discutidas nos grupos, depois de sistematizadas, deverão ser entregues à Comissão Especial de Relatoria pelas(os) relatoras(es) dos grupos até as 21:00 horas do dia 16/07/2004.

CAPÍTULO VI

DAS PLENÁRIAS E RELATÓRIO FINAL

Art. 13º - A Plenária de Abertura terá como função aprovar o Regulamento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e deliberar sobre eventuais recursos. A Plenária Final deverá debater e votar as propostas de Diretrizes já apreciadas pelos Grupos Temáticos e as moções apresentadas.

Art. 14º - Participação das Plenárias:

- a) as(os) delegadas(os), com direito a voz e voto;
- b) as(os) convidadas(os) com direito a voz
- c) as(os) observadoras(es).

Art. 15º - As sessões plenárias da I CNPM serão coordenadas por uma mesa constituída por integrantes da comissão organizadora ou pessoas por ela indicadas.

Parágrafo Único – Caberá à mesa:

- a) informar ao plenário o número de delegadas(os), convidadas(os) e observadoras(es) inscritas(os) na Conferência.
- b) encaminhar para aprovação o Regulamento Interno da Conferência.
- c) conduzir os trabalhos das plenárias.

Art. 16º - A sistemática dos trabalhos da Plenária Final da I CNPM se dará da seguinte forma:

- a) Apreciação dos relatórios consolidados por eixo.
- b) Apreciação das moções.

Parágrafo 1º – Caberá ao plenário a aprovação das propostas encaminhadas para votação, sendo aprovadas as que obtiverem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos das(os) delegadas(os) presentes mediante apresentação do crachá.

Parágrafo 2º - As propostas que obtiveram aprovação nos quatro grupos do mesmo eixo temático, serão consideradas aprovadas pela conferência, mediante referendo do plenário.

Parágrafo 3º - As propostas aprovadas em 1 (um) ou mais grupos do mesmo eixo temático e as não aprovadas, mas que obtiverem no mínimo de 20% da votação nos grupos, serão deliberadas em plenário, com o seguinte encaminhamento:

- a) as propostas apresentadas em plenário e não destacadas serão consideradas aprovadas.
- b) as propostas destacadas terão uma intervenção a favor e uma intervenção contra, com o tempo máximo de 3 (três) minutos para cada. Caso o plenário não se sinta devidamente esclarecido, será aberta uma nova rodada de intervenção, sendo uma a favor e outra contra.
- c) após a discussão, serão submetidas à votação no plenário e aprovadas aquelas que obtiverem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos das(os) delegadas(os) presentes.

Art. 17º - As moções serão exclusivamente apresentadas por delegadas(os), devendo ser de âmbito ou repercussão nacional e devem ser encaminhadas, por escrito, à

Secretaria da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, até às 19h do dia 16.

Parágrafo 1º - Cada moção deverá ser assinada por, no mínimo, 200 (duzentas) delegadas (os).

Parágrafo 2º - A Comissão Especial de Relatoria organizará as moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por tema.

Parágrafo 3º - Em caso de divergência, haverá uma intervenção a favor e uma contra, de no máximo 3 (três) minutos cada.

Parágrafo 4º - As moções serão apreciadas após a votação das propostas de diretrizes. Serão aprovadas as que obtiverem 50% mais 1 (um) dos votos das presentes.

Art. 18º - A redação do Relatório Final, a cargo da Comissão Especial de Relatoria, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, será elaborada em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Art. 19º - O Relatório Final será referendado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, antes de sua divulgação, respeitando-se a aprovação da Plenária Final da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º - Será assegurado pelas mesas das plenárias, o direito a manifestações "PELA ORDEM" das(os) delegadas(os), sempre que quaisquer dos dispositivos deste regulamento não estiverem sendo observados.

Parágrafo Único - As "QUESTÕES DE ORDEM" não serão permitidas durante o regime de votação.

Art. 21º - Serão conferidos certificados de participação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres a todas (os) as (os) participantes: integrantes da Comissão Organizadora, das Comissões Especiais, delegadas (os), convidadas (os) obser-

vadoras (es), expositoras (es) e reladoras (es), especificando a condição de participação na Conferência.

Art. 22º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

HOMENAGEM ÀS MULHERES BRASILEIRAS

Na solenidade de Abertura da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, quatorze mulheres foram homenageadas. Seis delas (Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Elizabete Teixeira, Ruth de Souza, Ana Montenegro e Mãe Estela) não puderam comparecer por motivos imperiosos.

Perfil das HOMENAGEADAS

Raimunda Gomes da Silva — Raimunda dos Cocos

Filha de lavradores pobres, natural do Maranhão, Raimunda não estudou e se casou aos 18 anos. Sozinha, criou seus seis filhos trabalhando como lavradora. Conseguiu valorizar as mulheres em uma das regiões mais machistas do país, salientando a importância do trabalho das quebradeiras de coco babaçu para a renda familiar. Fundou a Federação Interestadual das Quebradeiras de Coco e a Associação das Quebradeiras de Coco. É uma grande liderança entre as trabalhadoras rurais.



Graciliana Selestino Wakanã

Graciliana Selestino Wakanã reside na Aldeia Boqueirão, do povo indígena Xucuru-Kariri, da cidade de Palmeira dos Índios - Alagoas, sendo uma das mais atuantes líderes do movimento em defesa do povo indígena, em especial das mulheres indígenas. É uma das primeiras mulheres indígenas a participar do movimento feminista.



Zuleika Alambert

Zuleika Alambert foi deputada pelo partido comunista nos anos 40. É feminista, escritora e política. Exilou-se no Chile e na França durante a ditadura militar. Em Paris, foi fundadora do grupo de mulheres brasileiras na capital francesa. Recebeu o título de cidadã paulista em 1986 graças à sua militância. Possui livros publicados no Brasil e no exterior, entre eles "Uma jovem brasileira na URSS".





Benedita da Silva

A primeira senadora negra no Brasil é atualmente um símbolo para mulheres, homens e crianças negros. Benedita da Silva venceu todas as adversidades e, determinada a seguir uma carreira política, foi eleita vereadora, deputada federal, senadora, vice-governadora e governadora do estado do Rio de Janeiro. Foi também Secretária Especial de Assistência Social do governo Luiz Inácio Lula da Silva.



Heleieth Saffioti

Socióloga, professora, pesquisadora, Heleieth dedicou seu conhecimento a pesquisar e escrever sobre a mulher. Com dez livros publicados e centenas de ensaios no mundo inteiro, é a primeira teórica da questão da violência contra a mulher.



Clara Charf

Cidadã militante, viúva de Carlos Mariguella, viveu exilada em Cuba por nove anos e hoje é membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Integrante da Secretaria Nacional de Mulheres do PT é também coordenadora do Comitê Brasileiro 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz de 2005.



Enid Backes

Gaúcha e socióloga, Enid foi militante do movimento estudantil, do movimento feminino pela anistia e de movimentos populares. Atuou também na luta sindical, como dirigente da Associação Gaúcha dos Sociólogos. Participou da fundação da primeira Coordenadoria da Mulher no Rio Grande do Sul.



Lenira Carvalho

Nascida em 1932, em um engenho alagoano, Lenira tem origens humildes que não a pouparam do destino de ser empregada doméstica.

Por volta de 1962 formou um grupo de domésticas para discutir os problemas da categoria. Durante o Golpe de 1964 teve sua casa invadida e foi presa. Dada a repressão ao movimento, retomou a sua profissão, sem deixar de lado o propósito de ajudar a construir uma associação de empregadas domésticas no Recife, sonho que se realizou em 1979. A Associação das Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife virou Sindicato em 1988. Com muita garra pelas reivindicações de sua categoria durante a Constituinte de 1988, chegou-se ao resultado histórico de conquistas trabalhista.

Rose Marie Muraro

Rose Marie nasceu em 11 de novembro de 1930, praticamente cega. Formou-se em Física e Economia e graças a sua forte personalidade teve determinação suficiente para se tornar uma das mais brilhantes intelectuais de nosso tempo. Escritora e editora, publicou diversos livros polêmicos, contestadores e inovadores, do ponto de vista dos valores sociais modernos. Nos anos 70, foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil. Suas idéias se refletem em sua vida pessoal: aos 66 anos, ela desafiou os seus próprios limites, quando recuperou a visão por meio de uma cirurgia e viu seu rosto pela primeira vez. Rose considera o movimento de mulheres o mais importante movimento social do século no mundo inteiro.

Heloneida Studart

Nascida em 09 de abril de 1932, em Fortaleza, no Ceará, Heloneida, aos 16 anos, já publicava crônicas no jornal "O Nordeste" que provocavam polêmicas entre parentes e amigos. Aos 18 anos veio para o Rio de Janeiro com o seu primeiro manuscrito debaixo do braço. O romance seguinte - "Dize-me o teu nome" - ganhou os prêmios Orlando Dantas e o da Academia Brasileira de Letras. No entanto, a Literatura não diminuiu sua militância política e sindical. Heloneida foi presidente do Sindicato de Entidades Culturais, em plena ditadura, de onde saiu presa. Candidatou-se a deputada estadual, em 1978, pelo antigo MDB e foi eleita com 70 mil votos. Heloneida é uma feminista histórica e fundadora do Centro da Mulher Brasileira.

Elizabeth Teixeira

Elizabeth Teixeira nasceu no município de Sapé, Paraíba, em 13 de fevereiro de 1925, em uma família de sete irmãos. No dia 02 de abril de 1962, quando três policiais, vestidos de vaqueiros, mataram o líder camponês João Pedro Teixeira, seu marido e fundador da Liga Camponesa, Elisabeth sentiu que a organização dos trabalhadores do campo não podia morrer com ele. Após o golpe de 1964, Elizabeth, mesmo perseguida, presa e ameaçada, não desistiu e continuou a luta de seu companheiro, mantendo-se à frente da Liga Camponesa. Sobreviveu como lavadeira e professora na cidade de São Rafael e, na clandestinidade, perdeu o contato com os filhos e foi dada como morta pela repressão política. Exilou-se em Cuba, por um período, mas recusou o convite de Fidel Castro para ir viver, com os 11 filhos, na ilha, em nome de seu compromisso com os camponeses no Brasil. Elizabeth hoje é considerada uma das grandes responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais.

Ruth de Souza

Ruth de Souza, uma das grandes damas da dramaturgia nacional, nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Ruth tem mais de 50 anos de carreira artística, vividos nos palcos de teatro, estúdios de TV e sets de filmagem. Primeira brasileira a ser indicada para um prêmio internacional - o de melhor atriz, na edição do Festival de Veneza de 1954, pela sua atuação no filme *Sinhá Moça* - Ruth de Souza disputou, também, o Leão de Ouro com artistas consagrados do cinema mundial. Na época em que começou sua carreira, o fato de ser negra era um grande obstáculo, mas, Ruth sempre foi uma pioneira. Em um período em que não havia atores negros, ela fez parte do primeiro grupo teatral importante do Brasil, o Teatro Experimental do Negro Negro. Lutou contra o racismo e combateu, com intensidade, por melhores papéis para as atrizes e atores negros em todos os meios culturais.

Ana Montenegro

Ana Montenegro é reconhecida por sua luta em defesa de seu povo e de sua terra. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos, Ana lutou bravamente pelo restabelecimento da democracia no Brasil e, em consequência disso, teve a sua vida conturbada por perseguições políticas. Foi obrigada a se afastar de seu lar e de sua família por quase 20 anos de exílio. Com participação expressiva nos movimentos de mulheres, ela foi a primeira mulher a ser exilada do país. Aos 90 anos de idade, Ana ainda afirma em alto e bom tom que a sua luta continua sendo por pão, terra e trabalho e diz ainda: - um país que tem isso, tem liberdade!

Mãe Estela

Mãe Estela de Oxossi, 60 anos, baiana, ialorixá e herdeira do axé do candomblé Axé Opô Afonjá, localizado no bairro de São Gonçalo do retiro, em Salvador. Mãe Estela, uma das mais respeitadas mulheres da Bahia, iniciou um importante movimento de rompimento com o sincretismo, que vem sendo seguido por várias casas. Não por sectarismo, mas para resgatar os valores negros e a religião africana e garantir a preservação dessa cultura. A casa de Mãe Estela mantém obras sociais da maior relevância para diversas comunidades na Bahia.

PERFIL DAS DELEGADAS E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

A SPM e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM - realizaram uma pesquisa durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres para traçar o perfil das delegadas que participaram do evento. Responderam ao questionário 44,6% das (os) participantes.

Esta pesquisa e seus resultados serão apresentados na íntegra em publicação à parte por constituir um conjunto riquíssimo de informações.

Apresentamos alguns gráficos resultantes do trabalho realizado pelo IBAM no pré-credenciamento e durante a I Conferência Nacional.

Este trabalho foi elaborado pelo Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, da Área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

Créditos:

Supervisão

Alexandre Santos

Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenação

Delaine Martins Costa

Coordenadora Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas

Equipe

Marina Sidrim Teixeira

Consultoria para Metodologia de Pesquisa e Análise de Dados

Antonio Carlos Alkmim dos Reis

Consultoria para elaboração do Banco de Dados e Metodologia de Pesquisa

André Saldanha Costa

Getúlio Sérgio de Jesus Silva

Codificação dos questionários

Afrânio de Oliveira Silva

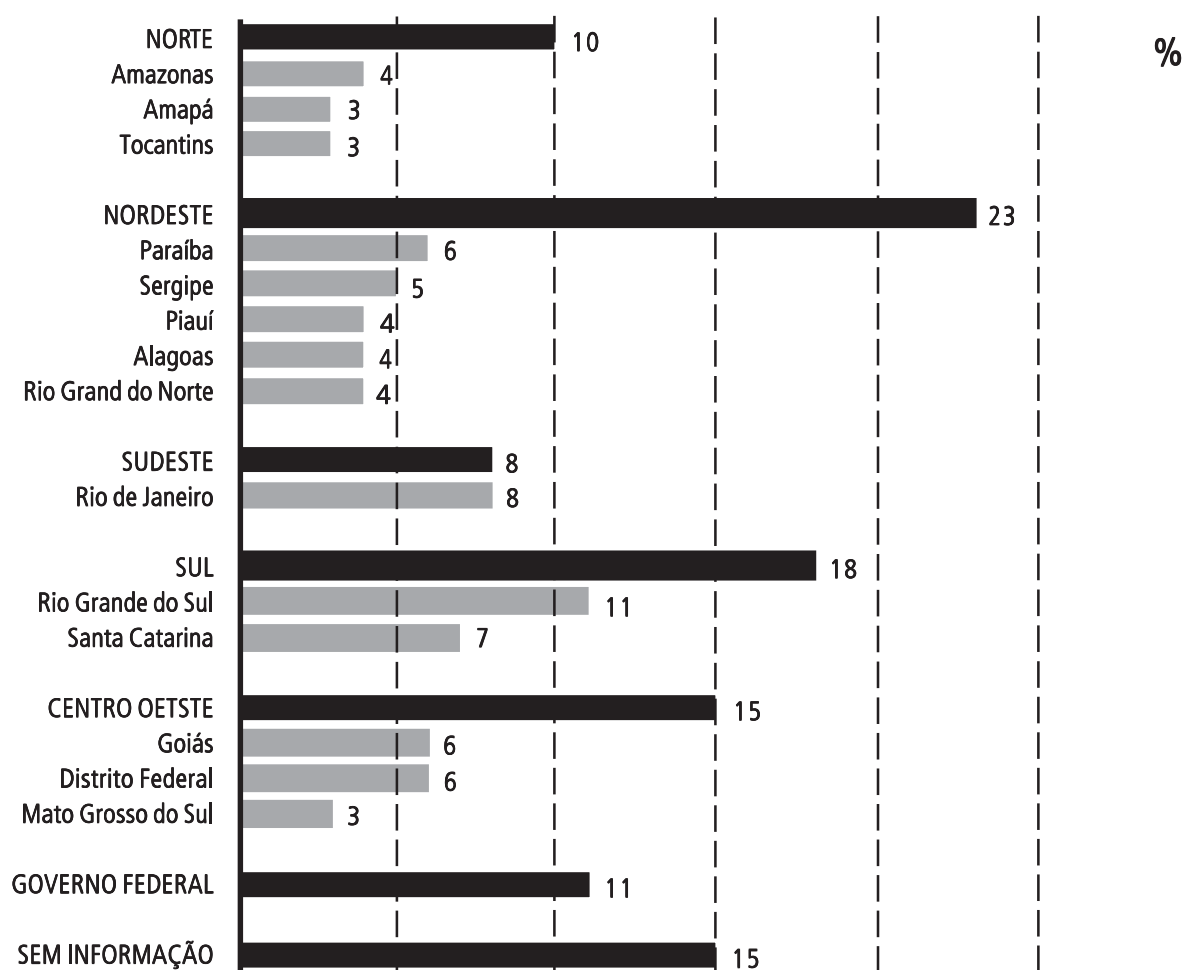
Marcia Alkmim dos Reis

Digitação dos questionários

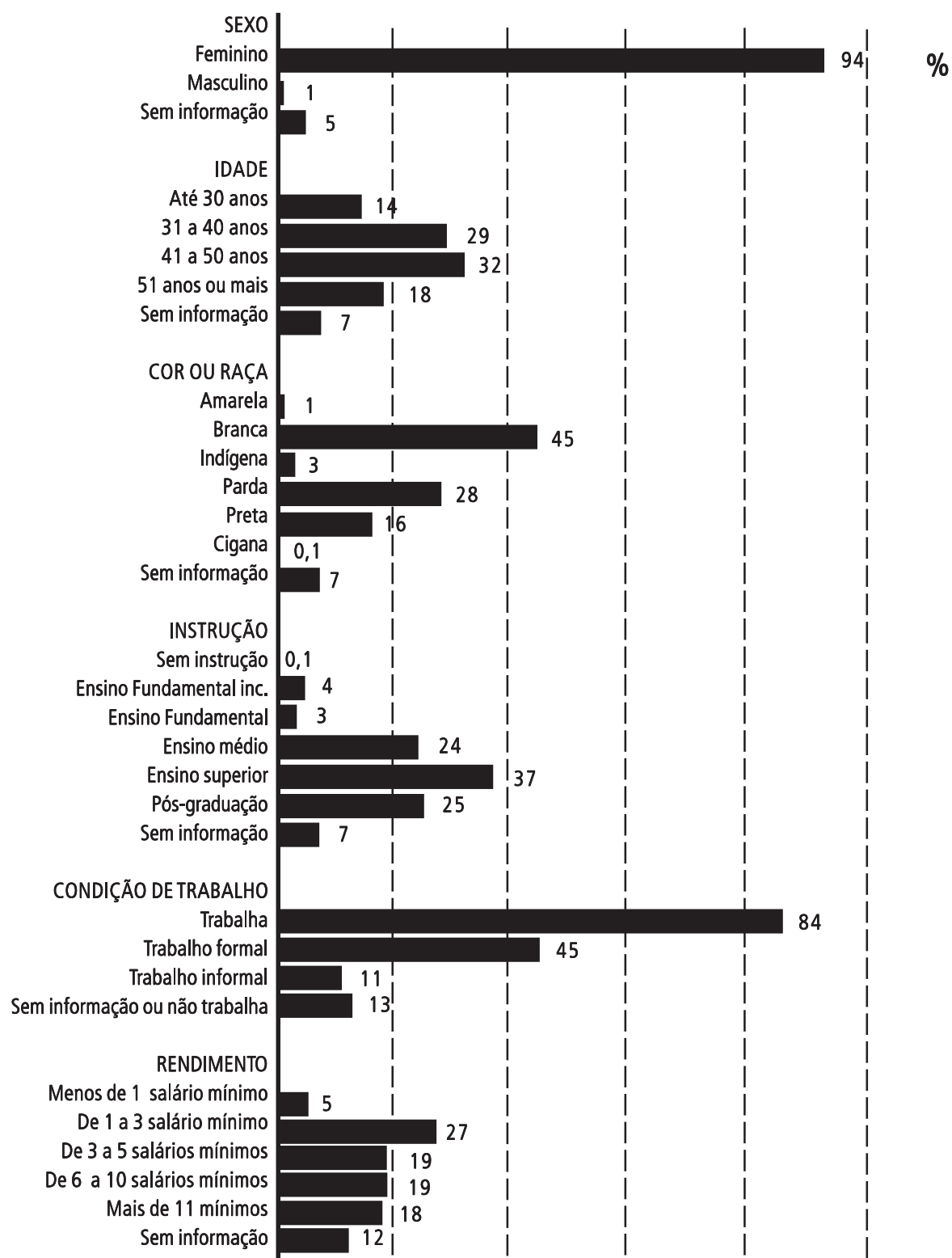
Apoio Administrativo

Flávia da Silva Lopes

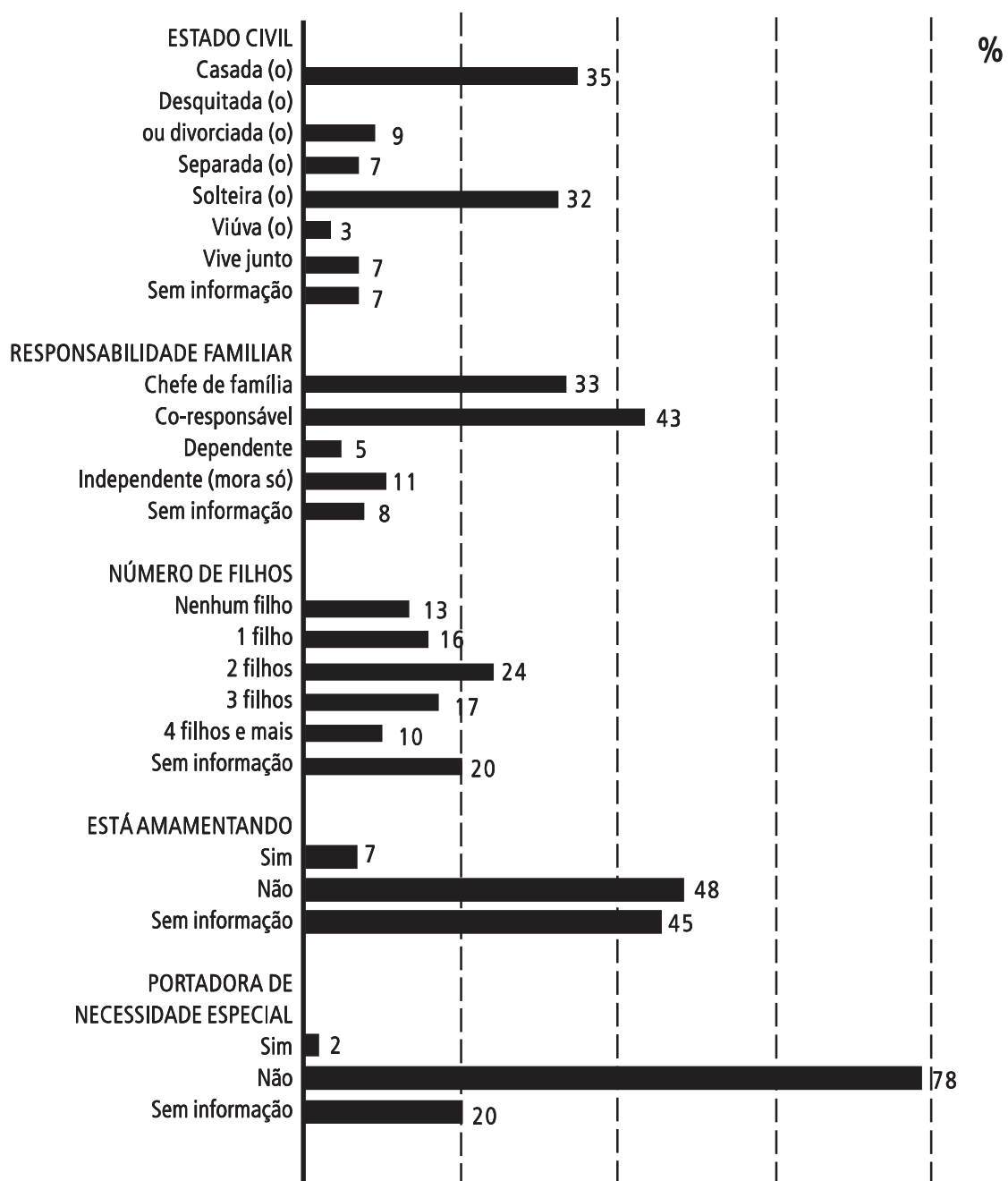
1. Distribuição das(os) inscritas(os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo origem geográfica ou administrativa da delegação



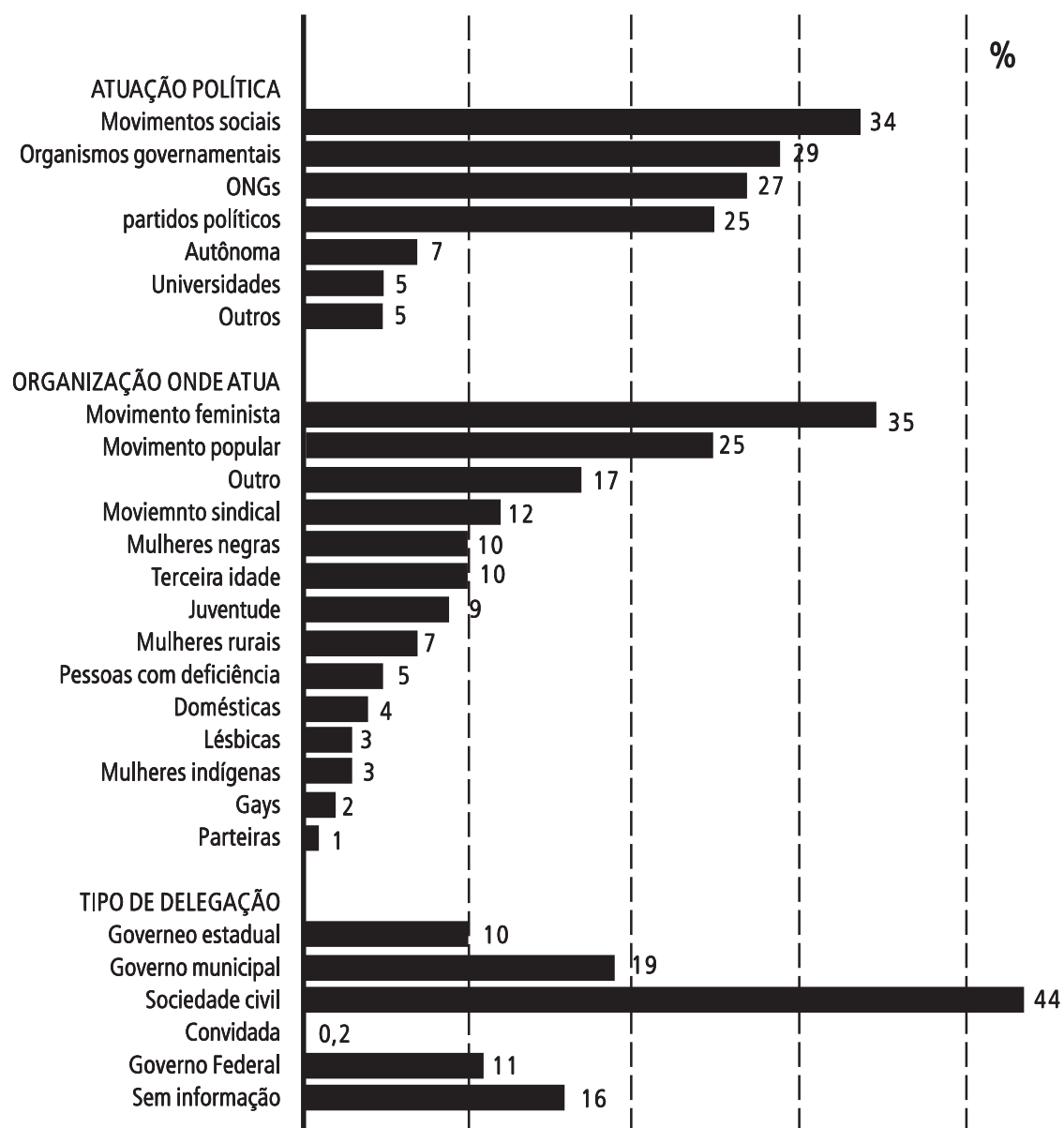
2. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo características sócio-demográficas



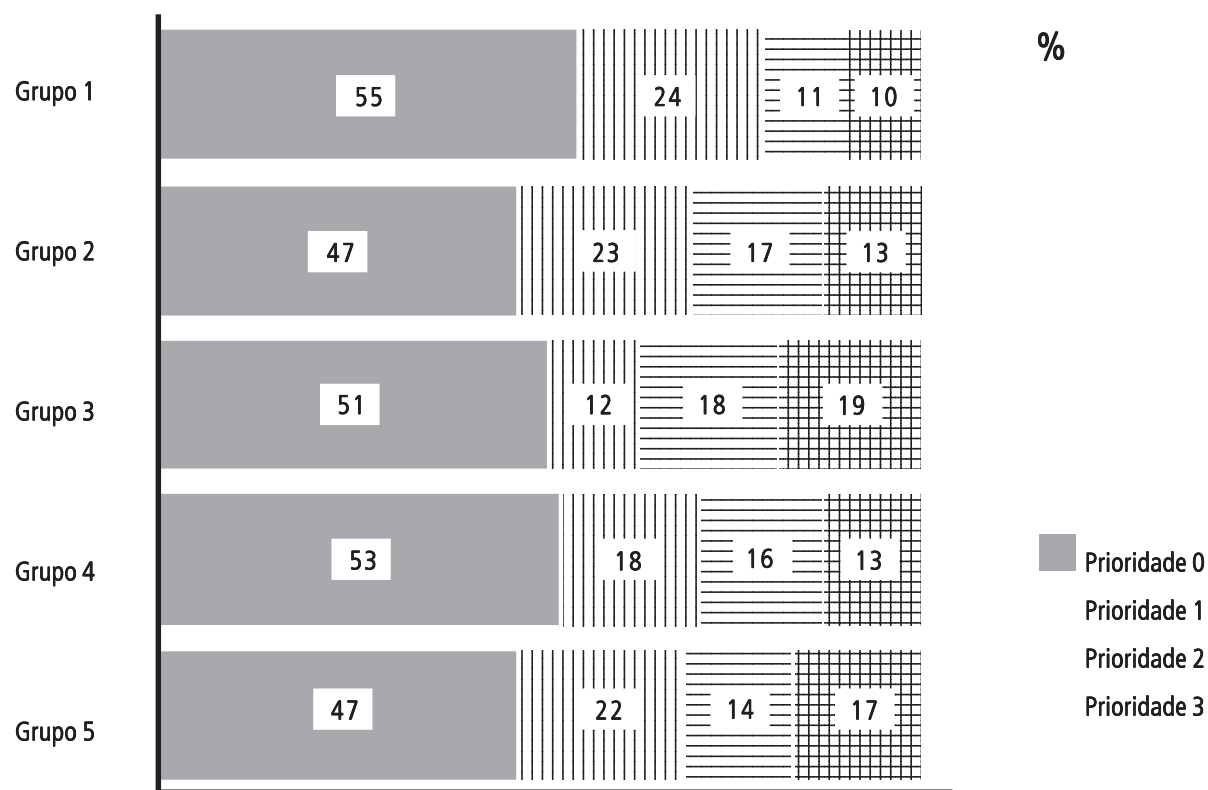
3. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo características familiares e sócio-demográficas



4. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo características da atuação política e tipo de delegação na Conferência



5. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo a prioridade de participação nos grupos de trabalho



CRÉDITOS

Durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi projetado o vídeo *Mulheres do Brasil: presente!*, realizado exclusivamente para a abertura do Evento.

O vídeo faz uma homenagem às mulheres brasileiras, em especial a muitas delas que se destacaram na luta por seus direitos, e contou com a colaboração de diversas atrizes e mulheres do Brasil.

Mulheres do Brasil: presente!

Ficha Técnica

Participação Afetiva:

Arlete Salles
Camila Pitanga
Dira Paes
Isabel Fillardis
Natalia do Vale
Ruth de Souza
Tássia Camargo

EMI Music
Eunice Gutman
Fernando Brant
Gilberto Gil
Grupo Edit. Musical Arlequim
Inês Magalhães
Inês Pandeló
Intervídeo Comunicações
Ivan Lins

Produção
Adriana Brandão
Irapuan Portugal

Fotografia e Câmera
P.C.Alves

Assistente de Câmera
Gustavo Freitas

Agradecimentos Especiais:

Ana Montenegro
Benedita da Silva
Clara Charf
Heleieth Saffioti
Heloneida Studart
Mãe Estela
Raimunda dos Cocos
Rose Marie Muraro
Zuleika Alambert

Maria Luiza Aboim
Miltinho
Milton Nascimento
Nilza Iraci
Universal Music
Universal Publishing
Warner Chappell
Warner Music

Operador de TP
André Oliveira

Maquiagem
Cida Freitas

Edição
J.A. Medeiros

Agradecimentos:

BMG
Chico Buarque de Holanda
Casa Eliane de Grammont
Cláudia Ferreira
Conceição Nascimento

Direção Geral
J.A. Medeiros

Roteiro e Direção
Heitor Silva

Locução
Cristiane Vianna

Edição em Symphony
Cláudio Nunes

Finalização
Link Digital

PATROCÍNIOS

A realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres contou com diversas colaborações.

Em especial, destacamos as empresas que patrocinaram a Conferência pela sua sensibilidade e comprometimento com as questões da Mulher. A elas, nosso muito obrigada!

AVON

CAIXA

CNI





Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

